



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**MARÇO
2017**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Maria José de Sena

Reitora

Marcelo Brito Carneiro Leão

Vice Reitor

Mozart Alexandre Melo de Oliveira

Pró-Reitoria de Administração

Ana Virgínia Marinho

Pró-Reitoria de Atividades de Extensão

Maria do Socorro de Lima Oliveira

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

Maria Madalena Pessoa Guerra

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Carolina Raposo

Pró-Reitoria de Planejamento

Severino Mendes de Azevedo Júnior

Pró-Reitoria de Gestão Estudantil



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia

Juliana Regueira Basto Diniz

Direção Geral e Acadêmica

Elidiane Suane Dias de Melo Amaro

Coordenação Geral de Cursos de Graduação

Domingos Sávio Pereira Salazar

Coordenação Geral da Universidade Aberta do Brasil (UAB/UFRPE)

Rodrigo Gayger Amaro

Coordenação do Curso Bacharelado em Administração Pública

Elidiane Suane Dias de Melo Amaro

Vice Coordenação do Curso Bacharelado em Administração Pública



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Comissão de Elaboração

Profa. Elidiane Suane Dias de Melo – UFRPE

Prof. Rodrigo Gayger Amaro – UFRPE

Prof. Jorge da Silva Correia Neto – UFRPE

Prof. José de Lima Albuquerque – UFRPE

Profa. Carla Renata Silva Leitão – UFRPE

Profa. Alessandra Carla Ceolin – UFRPE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

SUMÁRIO

1. DADOS INSTITUCIONAIS.....	8
2. HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	9
2.1. Evolução das Atividades de Graduação.....	9
2.2. Caracterização Regional da Área de Inserção da Instituição.....	11
2.2.1. Breve história de Pernambuco.....	11
3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO.....	14
3.1. Nome do Curso:.....	14
3.2. Proponente:.....	14
3.3. Ato de Autorização.....	14
3.4. Público-Alvo:.....	14
3.5. Número de Vagas:.....	14
3.6. Forma de Ingresso:.....	14
3.7. Regime de Matrícula:.....	15
3.8. Turno de Funcionamento.....	15
3.9. Duração do Curso:.....	15
3.10. Base Legal:.....	15
4. INTRODUÇÃO.....	16
4.1. Histórico do Curso.....	17
4.2. Justificativa.....	18
5. CONCEPÇÃO DO CURSO.....	19
5.1. Diretrizes Metodológicas do Curso.....	19
5.2. Dimensões de Formação.....	20
5.3. Aspectos do Curso.....	20
5.4. Objetivo Geral.....	21
5.5. Objetivos Específicos.....	22
6. PERFIL DO EGRESSO.....	22
7. REQUISITOS DE INGRESSO.....	24
8. PRESSUPOSTOS DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	26
8.1. Carga Horária.....	28
8.2. Matriz Curricular.....	28



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

8.3. Representação Gráfica da Matriz Curricular.....	30
8.4. Representação Gráfica de Pré-Requisitos.....	32
8.5. Programas por Componente Curricular.....	33
8.6. Seminário Temático.....	33
8.7. Estágio Supervisionado.....	34
8.8. Atividades Complementares.....	35
8.9. Trabalho de Conclusão de Curso.....	37
9. METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	38
9.1. Descrição do Material do Curso.....	38
9.2. Material Didático do Curso.....	39
9.3. Estratégias de Desenvolvimento da Aprendizagem.....	40
9.4. Momentos Presenciais Planejados para o Curso.....	40
10. MECANISMOS DE AVALIAÇÃO.....	41
10.1. Avaliação do Ensino-Aprendizagem.....	41
10.2. Auto Avaliação do Curso.....	43
11. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO.....	45
12. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS ANTERIORES.....	46
13. INCENTIVO À PESQUISA E À EXTENSÃO.....	47
14. INSTALAÇÕES GERAIS.....	48
14.1. Espaço Físico.....	48
14.1.1. Salas de Aula e Laboratórios de Informática.....	49
14.2. Dependências.....	49
14.2.1. Dependências Administrativas:.....	49
14.2.2. Dependências para Docentes:.....	50
14.2.3. Dependências para Coordenações de Cursos:.....	50
14.2.4. Dependências Sanitárias:.....	50
14.2.5. Auditório.....	50
14.2.6. Recursos Tecnológicos e de audiovisuais.....	50
14.3. Serviços.....	51
14.3.1. Manutenção e Conservação das Instalações Física.....	51
14.3.2. Manutenção e conservação dos equipamentos.....	51
14.4. Informações dos Polos.....	51
14.5. Instalações Administrativas:.....	51



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

14.6. Instalações para Docentes:.....	52
14.7. Instalações para Coordenações de Cursos:.....	52
14.8. Instalações Sanitárias:.....	52
14.9. Existência de rede de comunicação científica (Internet):.....	52
15. BIBLIOTECA.....	52
15.1. Acervo.....	54
15.2. Espaço Físico.....	54
15.3. Informatização.....	55
15.4. Serviços.....	56
16. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA.....	58
16.1. Núcleo Docente Estruturante.....	58
16.2. Coordenação de Curso.....	59
16.3. Composição e Funcionamento do Colegiado de Curso.....	60
16.4. Organização do Controle Acadêmico/ Registros Acadêmicos.....	61
16.5. Descrição do Gerenciamento Administrativo-Financeiro do Curso.....	63
16.6. Coordenação Pedagógica do UAEADTec.....	63
16.7. Coordenação de Produção de Material Didático.....	65
16.7.1. Distribuição e Aplicação de Recursos.....	65
16.7.2. Prestação de Contas e Outras questões do Exercício Financeiro.....	65
16.7.3. Sistema que permite extração e envio de dados a SEED.....	66
16.8. Atendimento ao Discente.....	66
16.8.1. Apoio Psicopedagógico ao Discente.....	67
16.8.2. Mecanismos de Nivelamento.....	68
16.8.3. Acompanhamento dos Egressos.....	68
16.9. Estímulo a Atividades Acadêmicas.....	69
17. CORPO DOCENTE DO CURSO.....	71
APÊNDICE A - INFORMAÇÕES SOBRE OS POLOS PRESENCIAIS.....	73
APÊNDICE B - EMENTAS.....	78



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

1. DADOS INSTITUCIONAIS

1.1. Mantenedora (Ministério da Educação)

Nome: Ministério da Educação

Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco L - Ed. Sede e Anexos

CEP: 70.047-900

Município: Brasília

Estado: Distrito Federal

Telefone: (61) 0800 6161610

1.2. Mantida (UFRPE)

Nome: Universidade Federal Rural de Pernambuco

Endereço: Av. Dom Manoel de Medeiros, S. N°, Dois Irmãos, Recife – PE, CEP: 52171-900

CNPJ: 24.416.174/0001-06

Telefone: (81) 3320-6100

Site: www.ufrpe.br

Portaria de Credenciamento: Decreto Federal nº 60.731, publicado em 19/05/1967, e Decreto Federal nº 76.212, publicado em 05/09/1975.

1.3. Unidade Acadêmica

Nome: Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia

Endereço: Av. Dom Manoel de Medeiros, S. N°, Dois Irmãos, Recife – PE, CEP: 52171-900

Telefone: (81) 3320-6103

Site: <http://www.ead.ufrpe.br/>

Resolução de Criação: Resolução N° 017/2010 do CONSU-UFRPE (Processo UFRPE N. 23082.003134/2010) de 01/03/10.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

2. HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal Rural de Pernambuco, sempre comprometida com a excelência no ensino, pesquisa e extensão, originou-se da antiga Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária “São Bento”, fundada em 1912, na cidade de Olinda, Pernambuco. À época, possuía apenas os cursos de Agronomia e Medicina Veterinária.

Em 07 de janeiro de 1914, o curso de Agronomia foi transferido para o Engenho São Bento, uma propriedade da ordem beneditina, localizado no município de São Lourenço da Mata, Pernambuco. O curso de Medicina Veterinária permaneceu em Olinda, compondo a Escola Superior de Veterinária São Bento. Em 09 de dezembro de 1936, a Escola Superior de Agricultura São Bento, desapropriada pela lei 2443 do Congresso Estadual e ato nº 1.802 do poder Executivo, passou a denominar-se Escola Superior de Agricultura de Pernambuco (ESAP). Pelo decreto nº 82, de 12 de março de 1938, a ESAP foi transferida do Engenho São Bento para o Bairro de Dois Irmãos, no Recife, onde permanece até os dias de hoje. A Universidade Federal Rural de Pernambuco foi criada pelo Decreto Estadual 1.741, de 24 de julho de 1947, incorporando as Escolas Superiores de Agricultura, Veterinária, a Escola Agrotécnica de São Lourenço da Mata e o curso de Magistério de Economia Doméstica Rural.

No dia 4 de julho de 1955, através da Lei Federal nº 2.524, a Universidade foi então federalizada, passando a fazer parte do Sistema Federal de Ensino Agrícola Superior. Com a promulgação do Decreto Federal 60.731, de 19 de maio de 1967, a instituição passou a denominar-se Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Nos anos de 1970, a Universidade passou por reformas estruturais, levando a criar novos cursos de graduação, além de terem sido criados os primeiros programas de pós-graduação. Desde então surgiram novos cursos e, atualmente, a UFRPE desenvolve trabalhos no âmbito da graduação e pós-graduação, voltadas para diversas áreas do conhecimento, além do ensino médio, através de cursos técnicos, contribuindo para o desenvolvimento da Região Nordeste e do país como um todo.

2.1. Evolução das Atividades de Graduação

A considerar o ensino de graduação, a UFRPE possui três marcos importantes no decorrer de sua história. O primeiro período é compreendido da fundação até 1970, onde a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

característica básica da instituição era a opção pelo ensino de graduação nas Ciências Agrárias. O segundo período vai de 1970 até 2004, o qual se caracteriza pela ampliação do foco de atuação para outros ramos do conhecimento, com atividades acadêmicas centralizadas no Campus de Dois Irmãos. E o terceiro marco teve início em 2005, sendo caracterizado pela interiorização de ofertas de curso de graduação presenciais nos Campi do interior do Estado e de ensino à distância.

Assim, nos anos de 1970, em decorrência de reformas estruturais houve a criação dos cursos de graduação em Zootecnia, Engenharia de Pesca, Bacharelado em Ciências Biológicas, Economia Doméstica, Licenciatura em Estudos Sociais e licenciatura em Ciências Agrícolas, Engenharia florestal e Licenciatura em Ciências com Habilitação em Física, Química, Matemática e Biologia.

Em 1988, o curso de Licenciatura em Ciências, com suas respectivas habilitações, foi desmembrado em quatro novos cursos: Licenciatura Plena em Física, em Química, em Matemática e em Ciências Biológicas, modificação que passou a vigorar a partir do primeiro semestre de 1989. Em 1990, foram criados os cursos de Bacharelado em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia Rural, Bacharelado em Ciências Econômicas com ênfase em Economia Rural e Licenciatura em História. Com a criação desses cursos foi extinto gradualmente o de Licenciatura em Estudos Sociais. Em 2004, foram criados os cursos de Licenciatura em Ensino Normal Superior e de Bacharelado em Gastronomia e Segurança Alimentar.

O terceiro marco do histórico da graduação teve início em 2005, sendo caracterizado pela interiorização da oferta de curso de graduação nos Campi do interior do Estado, com início das atividades da Unidade Acadêmica de Garanhuns, com os cursos de Agronomia, Medicina Veterinária, Normal Superior e Zootecnia; e com a aprovação do Conselho Universitário do início, em 2006, das atividades da Unidade Acadêmica de Serra Talhada com os cursos de Agronomia e Licenciatura em Química, Engenharia de Pesca, Bacharelados em Ciências Biológicas e Economia, Sistemas de Informação, com ênfase em Economia Rural. Também em 2005, a UFRPE teve o curso de Licenciatura em Física a distância aprovado pelo Ministério da Educação.

A UFRPE considera a questão da educação a distância estratégica para o futuro e implantou, em 2006, o seu primeiro curso de graduação a Distância – o curso de Licenciatura em Física, reconhecido pelo Ministério da Educação. A iniciativa da UFRPE ao utilizar o recurso da Educação a Distância, tem como objetivo expandir a oferta de serviços educacionais, ampliando as oportunidades de acesso à educação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

O Curso de Bacharelado em Administração Pública a Distância da UFRPE, aprovado pela Resolução Nº 017/2010 do CONSU-UFRPE (Processo UFRPE N. 23082.003134/2010) de 01/03/10, iniciou suas atividades em março de 2010, com todas as vagas na modalidade semipresencial. No ano de 2015 o curso teve seu reconhecimento aprovado pelo MEC, conforme Portaria 405 de 29/05/2015. A renovação do reconhecimento aconteceu no ano de 2017, conforme Portaria 274 de 03/04/2017.

Dando continuidade ao seu projeto de expansão e desenvolvimento do ensino superior, no ano de 2014 a UFRPE implantou a Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho (UACSA), com o objetivo de formar recursos humanos qualificados, realizar pesquisas de ponta e projetos de inovação tecnológica com a formação de parcerias institucionais.

2.2. Caracterização Regional da Área de Inserção da Instituição

A sede e foro da Universidade Federal de Pernambuco – UFRPE é na cidade do Recife, Estado de Pernambuco. A UFRPE é uma instituição pública de ensino superior, integrante do Sistema Federal de Ensino e, como tal, preocupada em cumprir sua missão educacional. Está inserida na Região Metropolitana do Recife, no Bairro de Dois Irmãos.

2.2.1. Breve história de Pernambuco¹

Em 1501, quando a expedição do navegador Gaspar de Lemos fundou feitorias no litoral da colônia portuguesa, na recém-descoberta América, teve início o processo de colonização de Pernambuco, uma das primeiras áreas brasileiras a ter ativa colonização portuguesa.

Foram os índios que deram ao estado o nome de Pernambuco – Paranamuka, em tupi, significa "o mar que bate nas pedras". Ele foi uma das primeiras áreas brasileiras ocupadas pelos portugueses. Em 1535, Duarte Coelho torna-se o donatário da Capitania, fundando a vila de Olinda e espalhando os primeiros engenhos da região.

Com 98.311 km², que se estendem longitudinalmente do litoral ao Sertão, localizado no centro leste da Região Nordeste, tem sua costa banhada pelo Oceano Atlântico. O estado faz limite com a Paraíba, Ceará, Alagoas, Bahia e Piauí. Também faz parte do território pernambucano, o arquipélago de Fernando de Noronha, a 500 km da costa. São 185 municípios – com um total de 8.796.032 habitantes – e tem a cidade do

¹ Fonte: www.pe.gov.br. Acesso em fevereiro de 2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Recife como sua capital.

Pernambuco é o sétimo estado mais populoso do Brasil, com 8.796.032 habitantes, o que corresponde a aproximadamente 4,6% da população brasileira, distribuídos em 185 municípios, agrupados em três mesorregiões – Zona da Mata, Agreste e Sertão, e o território de Fernando de Noronha. Cerca de 80,2% dos habitantes do estado moram em zonas urbanas. A densidade demográfica estadual é de 89,5 hab./km².

Conforme dados do IBGE, a composição étnica da população pernambucana é constituída por pardos (53,3%), brancos (40,4%), negros (4,9%) e índios (0,5%), de acordo com o Censo 2010 do IBGE. Pernambuco, nos últimos anos, vem apresentando taxas médias de crescimento superiores à média nacional. Isso decorre de uma combinação de fatores – como a localização estratégica, capital humano de alta qualidade técnica e uma política de atração de investimentos focada no desenvolvimento das vocações econômicas.

a) **Economia do Estado:** A indústria pernambucana teve o segundo melhor crescimento do país entre janeiro de 2011 e janeiro de 2012, revela a última edição da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada em março de 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento mostra que a produção do estado no mês em questão cresceu 11,3% sobre o ano passado, atrás apenas de Goiás (25,4%), que liderou o ranking nacional. As médias do Brasil e da região Nordeste foram de -3,4% e 3,8% no período, respectivamente.

b) **Infraestrutura:** A infraestrutura é um dos principais diferenciais competitivos de Pernambuco, tem excelência na oferta de energia elétrica, uma vez que seu território é cortado por linhas de transmissão da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) que seguem para os Estados ao norte da Região Nordeste. O gás natural é um componente importante da matriz energética de Pernambuco e, graças aos investimentos realizados pela Copergás, 12 municípios contam com acesso a gasodutos. Responsável por atrair novos negócios e investimentos para Pernambuco, o Porto de Suape consolida-se como um dos maiores e mais modernos do país.

c) **Forças de Pernambuco**

- Polo de Saúde: Atualmente, Recife é o principal polo médico do Norte / Nordeste e o segundo polo médico do Brasil, atraindo pessoas de todas as regiões. Todos vêm em busca da alta qualidade nos serviços prestados do setor,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

aliadas às mais modernas técnicas de tratamento com equipamentos de última geração.

- Informática: Pernambuco se insinua no cenário mundial por seu capital humano, empreendedorismo e inovação na área de Tecnologia da Informação e Comunicação. A transição dos engenhos de açúcar para uma economia baseada em serviços, com uma participação crescente do setor de TIC no PIB, torna o estado um modelo de referência para as economias emergentes. Nesse contexto surgiu o Porto Digital, um projeto de desenvolvimento econômico que reúne investimentos públicos, iniciativa privada e universidades, compondo um sistema local de informação que tem várias instituições entre empresas de TIC, serviços especializados e órgãos de fomento.
- Turismo: O setor de turismo vem registrando um aumento no volume de visitantes. As atividades turísticas se distribuem por todo o território pernambucano. O litoral é um forte atrativo turístico, com destaque para as praias do Cabo de Santo Agostinho, Itamaracá, Ipojuca, Olinda, Paulista e Recife. Diversidade cultural e história também atraem turistas para a Região Metropolitana e municípios da Zona da Mata.
- Educação²: Pernambuco é um importante centro de pesquisa e desenvolvimento científico, atraindo estudantes e pesquisadores de todo o País para os seus vários *campi* das Instituições de Educação Superior. Segundo o CNPq, 24% dos grupos de pesquisa científica em atividade no Nordeste estão em Pernambuco. Em apenas 600km concentram-se 51% dos grupos de pesquisa. Segundo dados da Secretaria de Educação do Estado, o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco e as Metas para a Educação Básica constituem uma política pública cuja diretriz é assegurar a melhoria da qualidade social da educação pública. Isto requer o comprometimento de todos os professores, gestores, comunidade escolar, estudantes e suas famílias.

² Fonte: <http://www.siepe.educacao.pe.gov.br>. Acesso em fevereiro de 2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO

3.1. Nome do Curso:

Bacharelado em Administração Pública

3.2. Proponente:

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

3.3. Ato de Autorização

Resolução de Criação: Resolução Nº 017/2010 do CONSU-UFRPE (Processo UFRPE N. 23082.003134/2010) de 01/03/10.

Reconhecimento: Portaria 405 de 29/05/2015.

Renovação do reconhecimento: Portaria 274 de 03/04/2017.

3.4. Público-Alvo:

Concluintes do segundo grau, que residam nas regiões dos municípios Polos de Apoio Presencial do Curso de Administração Pública da UAB, selecionados por meio de processo seletivo de ingresso na UFRPE.

3.5. Número de Vagas:

No ano de 2010 foram abertas 60 vagas, distribuídas em 04 polos presenciais. No ano seguinte, em 2011, foram disponibilizadas 500 vagas, entre 10 polos. Durante os anos de 2015 e 2017, 150 vagas foram ofertadas (em cada ano), distribuídas em 06 polos presenciais.

3.6. Forma de Ingresso:

Através de participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

3.7. Regime de Matrícula:

Sistema de créditos com matrícula semestral por disciplina.

3.8. Turno de Funcionamento

Não possui. Modalidade semipresencial com aulas previstas aos sábados.

3.9. Duração do Curso:

O Curso de Bacharelado em Administração Pública tem duração de 3210 horas, a serem integralizadas em um prazo mínimo de 08 e máximo de 14 semestres para integralização curricular.

3.10. Base Legal:

O presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC) foi elaborado levando em conta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/1996) e a Resolução CNE/MEC 02/2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

No que tange às diretrizes específicas ao Curso de Bacharelado em Administração Pública, este documento também tem como base as Diretrizes Curriculares para os Cursos de graduação em Administração Pública (Parecer CNE/CES nº 266/2010, Parecer CNE/CP nº 7/2013 e Resolução CNE/CES nº 1/2014).

A elaboração do PPC também considerou os documentos abaixo:

- a) Parecer CNE/CES nº 02, de 18 de junho de 2007: Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- b) Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004: Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências.
- c) Decreto nº 5296 / 2004: Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

dá outras providências.

d) Decreto nº 5626 / 2005: Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

e) Lei nº 11788 / 2008: Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências.

Este projeto também está em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI e com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRPE, além das resoluções estabelecidas na Instituição.

4. INTRODUÇÃO

O Projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e fomento dos cursos da UAB, e conseqüentemente, a democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério de Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distância – SEED, estimula a oferta do curso de Administração Pública na modalidade a distância, operacionalizado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior, de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso Bacharelado em Administração Pública vem ao encontro das necessidades das organizações públicas contemporâneas, que buscam gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos da nação.

Para atender a demanda pela formação superior de gestores públicos no Estado de Pernambuco, incluindo seus mais distantes municípios, a UFRPE oferta o curso de Administração Pública na modalidade a distância (EaD), como forma eficaz para ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo assim sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Curso de Administração Pública é ofertado na modalidade à distância. É



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

importante compreender que a Educação a Distância (EaD) não pode ser reduzida a questões metodológicas, ou à simples gestão acadêmico-administrativa, ou como possibilidade apenas de emprego de Novas Tecnologias da Comunicação (NTCs) na prática docente e no processo formativo dos estudantes.

Não existe uma metodologia de Educação a Distância (EaD) e, menos ainda, um “modelo” único na oferta de cursos a distância. Cada instituição, ao longo desses anos, vem construindo sua experiência em EaD e se ajustando à modalidade, dando-lhe identidade, calcada na realidade local e na trajetória da instituição e dos profissionais que atuam na EaD.

4.1. Histórico do Curso

O Curso de Bacharelado em Administração Pública (BAP) a Distância da UFRPE foi regulamentado na instituição em 02 de setembro de 2009, mediante aprovação da Resolução Nº 017/2010. Iniciou suas atividades no mês de março de 2010, com todas as vagas na modalidade semipresencial.

Partindo de uma demanda levantada junto à classe política pernambucana, validada junto aos prefeitos que seriam contemplados com a oferta do BAP, foram contemplados 04 (quatro) municípios para a primeira oferta do curso: Recife, Jaboatão, Carpina e Limoeiro. Em cada município foram abertas 60 vagas.

No ano de 2011, utilizando o mesmo método de prospecção do ano anterior, a UFRPE selecionou 10 (dez) municípios para oferta total de 500 vagas no curso de Bacharelado em Administração Pública. Em 2015 foram ofertadas 150 vagas e em 2017 mais 150 vagas foram disponibilizadas. As informações detalhadas podem ser vistas no quadro a seguir.

Ano	Polos	Vagas / Polos	Total de Vagas
2010	Recife Jaboatão Carpina Limoeiro	60	240



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

2011	Afrânio Gravatá Olinda Pesqueira Surubim Camaçari (BA) Recife Jaboatão Carpina Limoeiro	50	500
2015	Recife Carpina Limoeiro	50	150
2017	Afrânio Carpina Pesqueira	50	150

Para aprovação desses municípios como polos presenciais foi preciso que os mesmos ofertassem estruturas educacionais mínimas, estabelecidas pela Universidade Aberta do Brasil, em termos de sala de aula, laboratório, internet etc. As prefeituras também se responsabilizaram por manter as condições mínimas para abertura dos polos à noite (para reuniões e trabalhos em grupo) e nos finais de semana, quando ocorrem as atividades presenciais.

4.2. Justificativa

A administração pública atual possui uma série de atividades complexas e que necessitam de pessoal devidamente capacitado. Os funcionários precisam estar aptos as mais diversas tarefas da administração pública, desde o atendimento de qualidade aos cidadãos até a gestão dos recursos públicos. Contudo, vemos que a preocupação das universidades em geral, inclusive públicas, é a formação de administradores com competência apenas para atendimento do mercado de trabalho.

A oferta de um Curso de BAP na UFRPE, na modalidade à distância, justifica-se, dentre outros motivos, pelo fato de não haver, dentre os inúmeros Cursos de Graduação em Administração existentes em Pernambuco, um único curso com foco na Administração Pública. Em verdade, quando da oferta inicial desse curso existiam apenas 04 cursos de graduação presenciais, e nenhum a distância, de Administração Pública no Brasil.

São passados 04 anos e essa realidade no Estado permanece praticamente a mesma, embora haja uma crescente demanda social de candidatos para este curso, o que



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

o torna um importante instrumento de fortalecimento do processo de modernização da gestão pública que vem sendo buscado pelos diversos níveis de gestão pública em Pernambuco.

Nesse sentido, esse projeto de formação de administradores para o exercício do emprego público atende a demanda existente no Estado de Pernambuco como um todo. Pretende-se assim, colaborar com o Estado para a qualificação de administradores públicos com competência e responsabilidade para atuarem nos mais diversos setores no âmbito das instituições públicas, ONGs e empresas socialmente responsáveis.

5. CONCEPÇÃO DO CURSO

5.1. Diretrizes Metodológicas do Curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

I. Nortear a concepção, a criação e a produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma que contemplem e integrem os tipos de saberes que hoje são reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e os princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, as práticas e os fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;

II. Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, da curiosidade e da criatividade;

III. Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos estudantes, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;

IV. Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários; e

V. Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e valorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o objetivo de resolvê-los.

VI. Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas, baseadas nos aspectos:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

- > técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- > ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

5.2. Dimensões de Formação

A formação e o perfil do administrador público serão expressos através de duas dimensões:

I. epistemológica: que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas ao currículo da Administração Pública; e

II. profissionalizante: que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador público e a construção de competências para atuação em todas as suas relações sociopolíticas, culturais e nas perspectivas da moral e da ética.

5.3. Aspectos do Curso

A concepção do Curso de Bacharelado em Administração Pública está voltada para a formação de egressos capazes de atuarem de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos e desenvolvimento das organizações governamentais e não governamentais, de forma a possibilitá-las atender às necessidades e ao desenvolvimento da sociedade.

Para tal, o curso contempla sólida formação nas teorias administrativas e enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além de formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador moderno, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de poder e de governo.

Buscando oportunizar a formação de profissionais para atuarem como gestores em áreas específicas da administração pública, o curso oferece três Linhas de Formação Específica (LFE), ampliando competências e agregando ao egresso habilidades para o exercício da gestão pública na área por ele escolhida.

Acenando para a educação continuada, por meio de um elo entre graduação e pós-graduação, serão ofertadas três LFE's:

- Linha de formação em Gestão Pública da Saúde;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

- Linha de formação em Gestão Municipal;
- Linha de formação em Gestão Governamental.

O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso de Administração Pública, sua vocação e organização caracterizam-se pelos seguintes elementos compositivos:

I. **Transversalidade** – Os conteúdos sempre que vinculados a outras disciplinas, serão estudados de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade.

II. **Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino** – envolvendo discentes em práticas de pesquisa e extensão, com o objetivo de despertar nestes, atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, além de propiciar vivências administrativas inseridas nos setores produtivos e de serviços. Dentre as atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino encontram-se os seminários temáticos, que possibilitam o desenvolvimento de pesquisas, articulando atividades acadêmicas com as necessidades do Estado e da sociedade, como também a realização do Estágio Supervisionado, inserindo o discente em atividades reais de administração pública, aprimorando assim a sua formação profissional.

III. **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** – que consiste na elaboração de uma pesquisa – monografia ou artigo científico – desenvolvida pelo acadêmico, ao longo dos semestres 07 e 08, com foco nos conteúdos de gestão pública estudados no curso e aplicados à área da Linha de Formação Específica escolhida pelo acadêmico. No TCC, o estudante deverá demonstrar domínio significativo do conteúdo programático do curso, dos procedimentos pesquisa. Os TCCs aprovados integrarão o acervo do curso, enriquecendo as fontes de pesquisa para desenvolvimento do pensamento administrativo dos acadêmicos. A defesa do trabalho será continuada, a cada semestre, integrando atividades dos Seminários Temáticos nos encontros presenciais e será assistida por estudantes do curso, disseminando assim as pesquisas desenvolvidas e a visão holística das organizações.

5.4. Objetivo Geral

Formar profissionais com amplo conhecimento de Administração Pública, capazes de atuar no âmbito federal, estadual e municipal, administrando com competência as organizações governamentais e não governamentais, de modo proativo, democrático e ético, visando a transformação e o desenvolvimento da sociedade e do país.



5.5. Objetivos Específicos

I. Oportunizar a conscientização do estudante para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos, promovendo o ser humano como força de trabalho e capital intelectual.

II. Propiciar formação integral do egresso de tal forma a permitir-lhe pesquisar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações no campo da administração, fazendo vigorar a legislação profissional e normas éticas a que está sujeita a gestão.

III. Formar profissionais capazes de ampliar os níveis de competitividade organizacional frente ao dinamismo das transformações no âmbito interno e externo às organizações.

IV. Capacitar o estudante para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais e do próprio mercado de trabalho, considerando a função social que deve exercer, por meio de formação sólida que lhe dê um embasamento de cultura geral, complementado pela visão holística em sua dimensão humanística e técnica.

V. Preparar o estudante para atuar como gestor, envolvendo-se com decisões, estratégias e adversidades, buscando estabelecer vantagens competitivas no mercado globalizado, frente às mudanças impostas pelo ambiente.

VI. Preparar lideranças para a administração pública, gerar novos empreendedores e capacitar mão-de-obra já inserida no mercado para atuação na gestão pública.

VII. Despertar no estudante o interesse de capacitar-se como gestor público empreendedor, gerente e técnico preparado para enfrentar as mais diferentes situações de mercado e de necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.

6. PERFIL DO EGRESSO

O curso de Bacharelado em Administração Pública da UFRPE está organizado visando a formação de profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações públicas contemporâneas, permitindo, por meio de disciplinas obrigatórias, da linha de formação específica, dos seminários temáticos, do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso, a formação de competências que preparem o egresso às contingências da gestão pública.

As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista, integral e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

integrado, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural. Em outras palavras, um profissional autodidata, detentor de amplo portfólio de conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprofundamento do conhecimento da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas, especialmente as afins, sem perder de vista as descobertas daquelas correlatas, uma vez que qualquer que seja o objeto de trabalho, ele estará inserido no contexto integral de uma sociedade globalizada.

Para atender às expectativas dessa sociedade emergente, o curso Bacharelado em Administração Pública procura formar profissionais de competência sólida e moderna, em condições plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do produto de seus trabalhos, apresentando habilidades para pró-atividade e criatividade; raciocínio lógico, crítico e analítico; visão sistêmica e estratégica para negociações, tomada de decisão, liderança e trabalhos em equipe.

O egresso do curso de Administração Pública estará apto a:

- I. atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;
- II. compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e Sociedade Civil;
- III. empreender e promover transformações de forma interdisciplinar, compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do Serviço Público;
- IV. expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;
- V. promover com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;
- VI. liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica e social;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

- VII. adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando o bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilite a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas;
- VIII. reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- IX. refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- X. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle em diferentes contextos organizacionais e sociais; e
- XI. elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.

7. REQUISITOS DE INGRESSO

A admissão aos cursos de graduação da UFRPE pode ocorrer de acordo com uma das modalidades abaixo:

- a) **Processo seletivo:** Para candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente por meio de classificação em ENEM. O aluno ingressante via ENEM é matriculado automaticamente nas disciplinas do primeiro período, sendo obrigatório o aluno cursar os dois primeiros semestres letivos (Resolução 486/2006 CEPE/UFRPE).
- b) **Reintegração:** Alunos desvinculados da UFRPE, dentro de cinco anos, podem solicitar a reintegração (Resolução 410/2007 CEPE/UFRPE). Este mecanismo pode ser utilizado apenas uma vez por discente, para o mesmo curso (inclusive para colação de grau), desde que tenha condições de concluir o curso dentro do prazo máximo permitido e que não possua quatro ou mais reprovações em uma ou mais disciplinas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

- c) **Transferência interna:** Alunos regularmente matriculados e ingressos na UFRPE através de Processo Seletivo poderão solicitar transferência interna para outro curso de Graduação da UFRPE, de uma área de conhecimento afim ao seu de origem. Os critérios para esta solicitação são listados na Resolução 34/1997 CEPE/UFRPE.
- d) **Transferência Externa:** Alunos de outras Instituições de Ensino Superior (IES), vinculados a cursos reconhecidos pelo MEC, podem ingressar em curso de área afim da UFRPE, que estejam com vínculo ativo ou trancado com a Instituição de origem. Para detalhes sobre os critérios necessários para transferência e quantitativo de vagas, consultar a coordenação de curso.
- e) **Portadores de Diploma:** Portadores de diploma de curso superior pleno, reconhecido pelo CNE que desejam fazer outro curso superior, também reconhecidos, na UFRPE, podem requerer o ingresso. Consultar a coordenação de curso para detalhes.
- f) **Transferência Obrigatória ou Ex-offício:** É a Transferência definida na Lei n.º 9.536, de 11/12/97 que regulamenta o Art. 49 da Lei n.º 9.394, de 20/12/96 (LDB), Portaria Ministerial n.º 975/92, de 25/06/92 e Resolução n.º 12, de 02/07/94 do Conselho Federal de Educação. Esta transferência independe da existência da vaga e época, atingindo o servidor público federal da administração direta ou indireta, autarquia, fundacional, ou membro das forças armadas, inclusive seus dependentes, quando requerido em razão de comprovada remoção ou transferência Ex-Offício. A transferência deverá implicar em mudança de residência para o município onde se situar a instituição rebedora ou para localidade próxima a esta, observadas as normas estabelecidas pelo CFE.
- g) **Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G):** Alunos provenientes de países em vias de desenvolvimento, especialmente da África e da América Latina. São aceitos como estudantes dos cursos de Graduação da UFRPE. Estes alunos são selecionados diplomaticamente em seus países pelos mecanismos previstos no protocolo do PEC-G e dentro dos princípios norteadores da filosofia do Programa, sendo alunos de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

tempo integral, para que possam integralizar o curso em tempo hábil. Não podem ser admitidos através desta modalidade, o estrangeiro portador de visto de turista, diplomático ou permanente; o brasileiro dependente de pais que, por qualquer motivo, estejam prestando serviços no exterior; o indivíduo com dupla nacionalidade, sendo uma delas brasileira.

- h) **Cortesia Diplomática:** Em atendimento ao que determina o Decreto 89.758, de 06.06.84, Art. 81, item III, da Constituição, que dispõe sobre matrícula por cortesia, em cursos de graduação, em Instituições de Ensino Superior, de funcionários estrangeiros de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares de Carreira e Organismos Internacionais, e de seus dependentes legais a UFRPE aceita alunos incluídos nas seguintes situações: funcionário estrangeiro, de missão diplomática, ou repartição consular de carreira no Brasil, e seus dependentes locais; funcionário estrangeiro de organismo internacional que goze de privilégios e imunidades em virtude de acordo entre o Brasil e a organização, e seus dependentes legais; técnico estrangeiro, e seus dependentes legais, que preste serviço em território nacional, no âmbito de acordo de cooperação cultural, técnica, científica ou tecnológica, firmado entre o Brasil e seu país de origem, desde que em seu contrato esteja prevista a permanência mínima de 1 (um) ano no Brasil e técnico estrangeiro, e seus dependentes legais, de organismo internacional, que goze de privilégios e imunidades em virtude de acordo entre o Brasil e a organização, desde que em seu contrato esteja prevista a permanência mínima de 1 (um) ano em território nacional. Este tipo de ingresso nos cursos de graduação se dá mediante solicitação do Ministério das Relações Exteriores, encaminhada pelo Ministério de Educação, com a isenção do concurso vestibular e independentemente da existência de vaga, sendo, todavia, somente concedido a estudantes de país que assegure o regime de reciprocidade e que seja portador de visto diplomático ou oficial.

8. PRESSUPOSTOS DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos revelam as



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

inter-relações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando tecnologias inovadoras, assim como atendendo aos seguintes campos interligados de formação, conforme especificado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Administração:

- I. Conteúdos de Formação Básica – relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas, através das disciplinas: Introdução à Economia; Sociologia Organizacional; Economia Brasileira; Psicologia Organizacional; Filosofia e Ética; Ciência Política; Contabilidade Geral; Macroeconomia; Contabilidade Pública; Instituições de Direito Público e Privado; Legislação Tributária e Comercial; Direito Administrativo; Negociação e Arbitragem; Auditoria e Controladoria; e Políticas Públicas e Sociedade.
- XII. Conteúdos de Formação Profissional – relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços, por meio das disciplinas: Teorias da Administração I e II; Organização, Processos e Tomada de Decisão; Elaboração e Gestão de Projetos; Orçamento Público; Administração Estratégica; Teorias da Administração Pública; Teoria das Finanças Públicas; Planejamento e Programação na Administração Pública; Gestão de Pessoas no Setor Público; Gestão de Operações e Logística I e II; Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público; Tecnologia e Inovação; Gestão da Regulação; Relações Internacionais; Gestão Ambiental e Sustentabilidade; TCC I e TCC II.
- XIII. Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias – abrangendo pesquisa operacional, matemática, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração, contemplados nas disciplinas: Matemática para Administradores; Estatística Aplicada à



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Administração; Matemática Financeira e Análise de Investimentos, além de conteúdos transversais apresentados em outras disciplinas.

- XIV. Conteúdos de Formação Complementar – estudos de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando, contemplados nos seminários temáticos, atividades complementares e nas disciplinas Informática para Administradores; Redação Oficial; Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Seminário Integrador, Seminário Temático I, II e III; Seminário Temático I e II das Linhas de Formação I, II e III.

8.1. Carga Horária

A carga horária total do curso contempla 3210 horas.

8.2. Matriz Curricular

As disciplinas que integram a matriz curricular estão distribuídas em oito semestres e são de natureza:

- I. Obrigatória – que garantem o perfil desejado para o egresso, totalizando 2430 horas.
- II. Optativa – que totalizam 360 horas.

A distribuição da carga horária para integralização do currículo do Curso de Administração Pública está representada abaixo:

Quadro 2 – Resumo de Distribuição de Carga Horária

Carga Horária	Créditos	Conteúdos
2430	160	Disciplinas Obrigatórias
360	12	Disciplinas Optativas
300	20	Estágio Supervisionado
120	08	Atividades Complementares
3210	200	Carga Horária Total do Curso

As disciplinas que integram a matriz curricular do curso de Administração Pública da UFRPE estão especificadas nos Quadros a seguir. As disciplinas obrigatórias estão



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

apresentadas no Quadro 03.

Quadro 3 – Matriz Curricular: Disciplinas Obrigatórias

Nº	Disciplina	Nº CR	C. H.	Conteúdo	Natureza	
1	Administração Estratégica	4	60	FP	Geral	Obrigatória
2	Auditoria e Controladoria	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
3	Ciência Política	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
4	Contabilidade Geral	4	60	FB	Geral	Obrigatória
5	Contabilidade Pública	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
6	Direito Administrativo	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
7	Economia Brasileira	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
8	Elaboração e Gestão de Projetos	4	60	FP	Geral	Obrigatória
9	Estatística Aplicada à Administração	4	60	EQT	Geral	Obrigatória
10	Filosofia e Ética	4	60	FB	Geral	Obrigatória
11	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	4	60	FC	Geral	Obrigatória
12	Gestão da Regulação	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
13	Gestão de Operações e Logística I	4	60	FP	Geral	Obrigatória
14	Gestão de Operações e Logística II	4	60	FP	Geral	Obrigatória
15	Gestão de Pessoas no Setor Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
16	Instituições de Direito Público e Privado	4	60	FB	Geral	Obrigatória
17	Introdução à Economia	4	60	FB	Geral	Obrigatória
18	Tecnologia para Ensino e Aprendizagem	4	60	FB	Geral	Obrigatória
19	Legislação Tributária e Comercial	4	60	FB	Geral	Obrigatória
20	Macroeconomia	4	60	FB	Geral	Obrigatória
21	Matemática Financeira e Análise de Investimentos	4	60	EQT	Geral	Obrigatória
22	Matemática para Administradores	4	60	EQT	Geral	Obrigatória
23	Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	4	60	FC	Geral	Obrigatória
24	Negociação e Arbitragem	4	60	FP	Geral	Obrigatória
25	Orçamento Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
26	Planejamento e Programação na Administração Pública	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
27	Políticas Públicas e Sociedade	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
28	Organização, Processos e Tomada Decisão	4	60	FP	Geral	Obrigatória
29	Psicologia Organizacional	4	60	FB	Geral	Obrigatória
30	Relações Internacionais	4	60	FC	Geral	Obrigatória
31	Seminário Integrador	2	30	FC	Geral	Obrigatória
32	Seminário Temático I	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
33	Seminário Temático II	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
34	Seminário Temático III	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
35	Sistemas de Informação e Comunicação no	4	60	FP	Pub.	Obrigatória



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

	Setor Público					
36	Sociologia Organizacional	4	60	FB	Geral	Obrigatória
37	TCC I	4	60	FC	Geral	Obrigatória
38	TCC II	4	60	FC	Geral	Obrigatória
39	Tecnologia e Inovação	4	60	FP	Geral	Obrigatória
40	Teoria das Finanças Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
41	Teorias da Administração I	4	60	FP	Geral	Obrigatória
42	Teorias da Administração II	4	60	FP	Geral	Obrigatória

FB Conteúdos de Formação Básica

FP Conteúdos de Formação Profissional

FC Conteúdos de Formação Complementar

EQ Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas

T Tecnologias

As disciplinas optativas estão apresentadas no Quadro 04.

Quadro 4 – Matriz Curricular: Disciplinas Optativas

Nº	Disciplina	Nº CR	C. H.	Natureza	
1	Controle Externo	4	60	Pub.	Optativa
2	Controle Interno	4	60	Pub.	Optativa
3	Empreendedorismo Governamental	4	60	Pub.	Optativa
4	Gestão da Cadeia de Suprimentos	4	60	Geral	Optativa
5	Gestão da Qualidade no Setor Público	4	60	Pub.	Optativa
6	Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública	4	60	Pub.	Optativa
7	Informática para Administradores	4	60	Geral	Optativa
8	Inglês Instrumental	4	60	Geral	Optativa
9	Licitação, Contratos e Convênios	4	60	Pub.	Optativa
10	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	4	60	Geral	Optativa
11	Língua Portuguesa	4	60	Geral	Optativa
12	Redação Oficial	4	60	Geral	Optativa
13	Seminário Temático I na LFE I / LFE II/ LFE III	4	60	Pub.	Optativa
14	Seminário Temático II na LFE I / LFE II/ LFE III	4	60	Pub.	Optativa
15	Tópicos Especiais em Gestão Pública	4	60	Pub.	Optativa
16	Tópicos Especiais em Transparência Pública	4	60	Pub.	Optativa

8.3. Representação Gráfica da Matriz Curricular

Figura 1 – Representação da Matriz Curricular

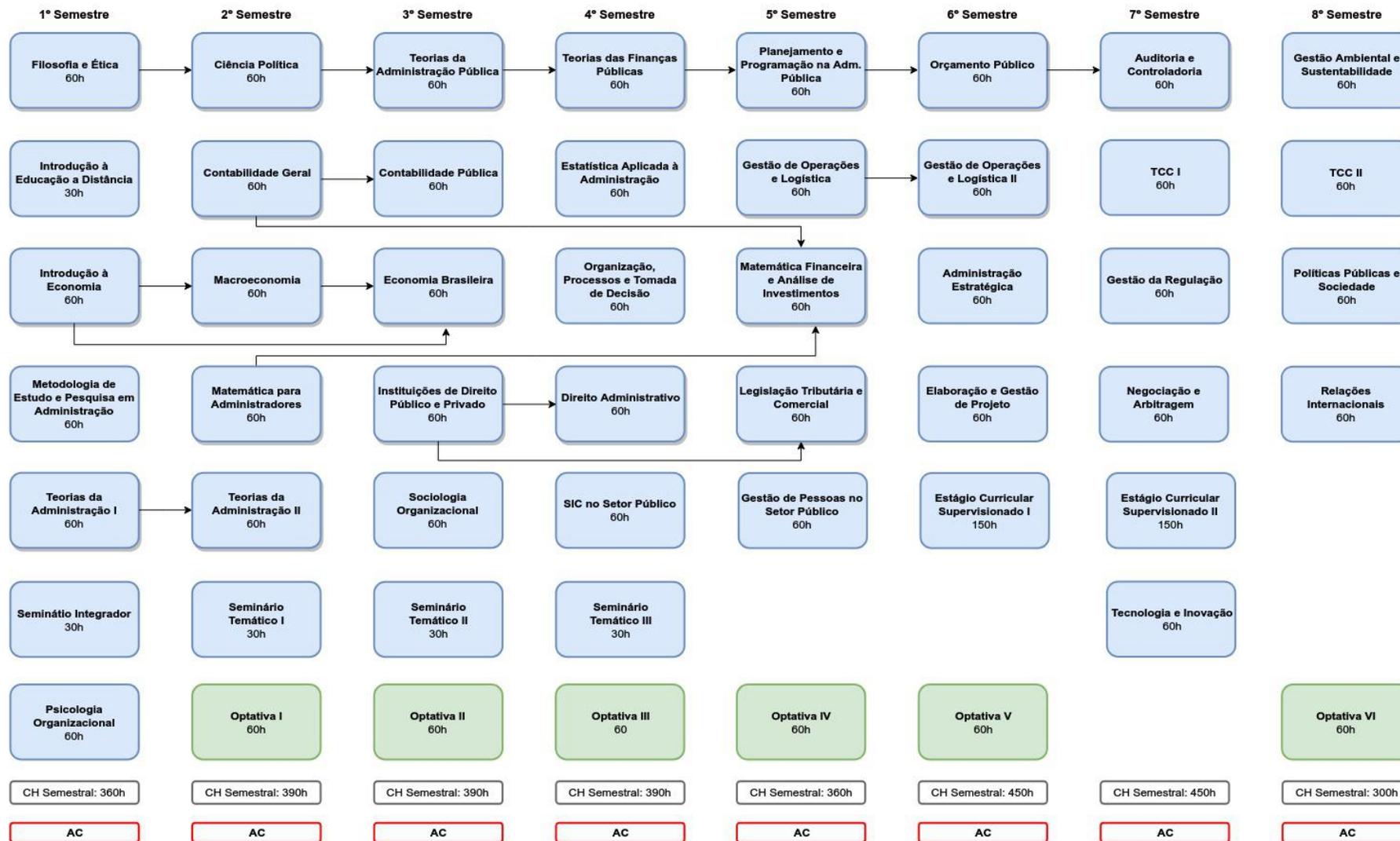


Universidade Federal Rural de Pernambuco
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia

MATRIZ CURRICULAR - BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Bacharelado em
**ADMINISTRAÇÃO
 PÚBLICA**



DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS: 2430h

DISCIPLINAS OPTATIVAS: 360h

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO: 300h

ATIVIDADES COMPLEMENTARES: 120h

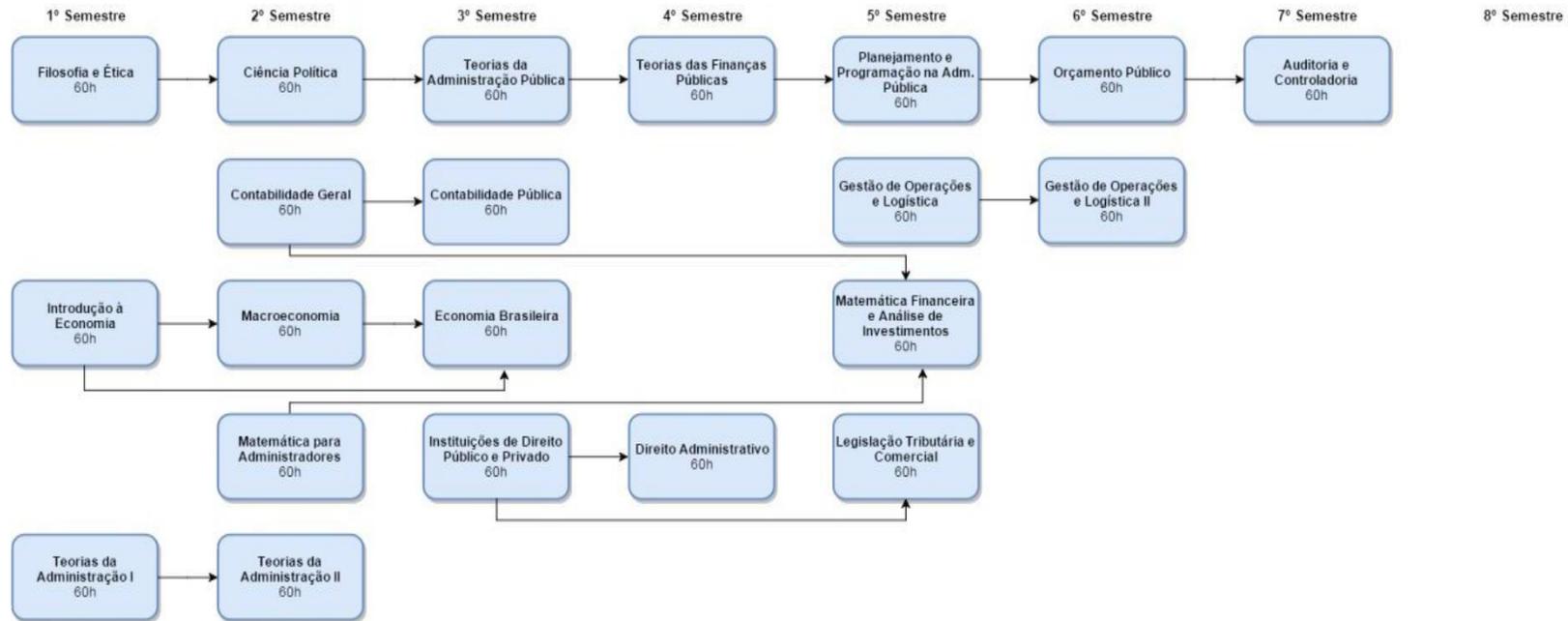
CARGA HORÁRIA TOTAL: 3210h



8.4. Representação Gráfica de Pré-Requisitos

A representação gráfica dos Pré-requisitos pode ser vista na Figura 02.

Figura 2 – Representação dos Pré-Requisitos





8.5. Programas por Componente Curricular

O ementário das disciplinas está definido no Apêndice B.

8.6. Seminário Temático

Para contribuir também com a formação integral do profissional da Administração Pública, há na estrutura curricular do curso os Seminários Temáticos. Foram pensados como um dos elementos centrais do processo de aprendizagem do estudante, servindo de elemento motivador para o desenvolvimento de processos de pesquisa sobre o cotidiano das práticas de administração.

Nas disciplinas de Seminário Temático o estudante realizará pesquisa sobre determinado fato, relacionado com a realidade em que está inserido e envolvendo o campo da Administração Pública. Os resultados desse estudo serão apresentados durante os encontros presenciais.

No 1º Semestre, o Seminário Temático possui uma característica específica de promover a inserção e a integração do estudante como o curso na modalidade a distância, sendo nominado como Seminário Integrador. A partir do 2º semestre os Seminários Temáticos possibilitam a aplicação dos conteúdos estudados, oportunizando vivências na administração das organizações públicas e revelando o caráter sistêmico do comportamento organizacional. Os Seminários Temáticos dos semestres 05 e 06 constituem as Linhas de Formação Específica I, II e III, das quais uma deverá ser escolhida pelo estudante para complementar sua formação.

Nos semestres 02, 03 e 04 o estudante realizará pesquisas e diagnósticos sobre o campo da LFE I (Seminário Temático I), da LFE II (Seminário Temático II) e da LFE III (Seminário Temático III), o que possibilitará a compreensão macro da Linha de Formação a ser escolhida. No 5º Semestre, o estudante fará opção por uma das Linhas de Formação, elaborando, nos Seminários Temáticos I e II das LFEs específicas (componentes optativos), projetos de pesquisa, a partir de um problema identificado na fase de diagnóstico e fundamentado na literatura estudada nos seminários anteriores. Nos semestres seguintes o estudante desenvolverá um problema de pesquisa e apresentará os respectivos resultados, a partir das disciplinas TCC I e TCC II.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Figura 3 – Representação dos Seminários Temáticos



Os Seminários Temáticos serão sempre precedidos de planejamento específico, podendo incluir modalidades diversas de trabalho: grupos de trabalho, oficinas, conferências, palestras, etc. devendo ser acompanhados pelo alunado, tutores, professores e aberto ao público interessado em geral.

8.7. Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado, totalizando 300 horas, será cumprido de acordo com a Lei Federal nº 11.788/08, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), estabelecidas pelo MEC e pela Resolução 677/2008 CEPE/UFRPE.

O estágio tem por objetivo a complementação do currículo do aluno e sua integração com a comunidade, através desenvolvimento de atividades vinculadas à sua área de formação acadêmico-profissional. As atividades de estágio são preponderantemente práticas e devem proporcionar ao estudante a participação em situações reais e/ou simuladas de vida e trabalho, vinculadas à sua área de formação, bem como a análise crítica das mesmas, devendo buscar, em todas as suas variáveis, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

As atividades de Estágio Supervisionado serão realizadas durante os semestres 06 e 07, por meio das pesquisas e práticas profissionais integradas tanto aos Seminários Temáticos quanto ao Trabalho de Conclusão de Curso. Assim, pesquisas e práticas de estágio caminham juntos, propiciando trocas de práticas e saberes, fazendo pontes entre a prática e teoria, entre o mundo acadêmico e o campo profissional.

O estágio será acompanhado através de documentos como seguro de estágio, plano de atividades, termo de compromisso, parecer do supervisor e relatório final de estágio, onde consta a evolução do discente, com a descrição dos processos e atividades desenvolvidas, problemas identificados diariamente no campo de estágio e as medidas adotadas.



8.8. Atividades Complementares

No Curso de Bacharelado em Administração Pública, as atividades complementares compreendem 120 horas.

A realização de Atividades Complementares possibilita a customização da formação dos alunos em um contexto mais amplo. Para que estas atividades sejam devidamente reconhecidas, algumas ferramentas de controle e avaliação foram criadas pela universidade. A Resolução 362/2011 CEPE/UFRPE estabelece os critérios para a quantificação e o registro das Atividades Complementares, nos cursos de graduação da UFRPE. Esta Resolução será utilizada como fonte de referências para a presente seção.

Dentre os critérios estabelecidos na Resolução, decidiu-se que as Atividades Complementares devem ser aquelas consideradas relevantes para que o estudante adquira saberes e habilidades para sua formação profissional (Artigo 1º). Além disso, as atividades devem ser desenvolvidas semestralmente no decorrer do curso, enquanto o aluno estiver vinculado (Artigo 2º) e a unidade de registro para atividades complementares é de 15 horas (Artigo 3º).

Ainda na mesma Resolução, o Artigo 4º aponta que as Atividades Complementares são obrigatórias para todos os alunos e devem ser realizadas no âmbito do Ensino, Pesquisa ou Extensão. Cabe à coordenação do curso orientar que os alunos não excedam o total de 120 horas por atividade desenvolvida, pois este é o limite de horas computado para uma única atividade (Artigo 5º). Atividades que não façam parte diretamente das categorias de Ensino, Pesquisa e Extensão precisam ser aprovadas pelo Colegiado de Coordenação Didática do curso de graduação (Artigo 6º).

No âmbito geral de Ensino, Pesquisa e Extensão, destacam-se atividades específicas:

Ensino:

- Iniciação à Docência: Atividades vinculadas ao Programa de Monitoria, Programa de Educação Tutorial, PIBID, BIA e outros programas de Formação de Docentes (como bolsista ou voluntário).
- Discussões Temáticas: Exposições programadas pelos docentes, estudos de caso, resolução de situação-problema, outros.
- Tópicos Especiais: Estudos teóricos ou práticos, com carga horária pré-fixada, desenvolvido predominantemente pelos alunos e com caráter de atualização de conhecimento, aprovado pelo CCD.

Pesquisa:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

- Iniciação à Pesquisa: Conjunto de atividades ligadas a programas e projetos de pesquisa, sob orientação de docente (PIBIC, PIBITI, outros projetos e publicações).
- Vivências Profissionais Complementares: Atividade realizada por aluno com objetivo de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situação prática profissional. Avaliação mediante a apresentação de relatório.

Extensão:

- Programas: Programas envolvendo diversas Unidades Acadêmicas, abrangendo experiências político-pedagógicas, que viabilizem a troca entre os diferentes tipos de conhecimento e a participação junto a diferentes segmentos da sociedade, integrando ações e divulgando as experiências resultantes dessas ações em benefício da comunidade.
- Projetos: Ações processuais, de caráter educativo, cultural, artístico, científico, e/ou tecnológico, que envolvem docentes, alunos e técnico-administrativos, desenvolvidas junto à comunidade.
- Cursos: Cursos ofertados à comunidade, objetivando a socialização do conhecimento acadêmico, potencializando o processo de interação universidade-sociedade.
- Eventos: Atividades realizadas, no cumprimento de programas específicos, oferecidos com o propósito de produzir, sistematizar, divulgar e intercambiar conhecimentos, tecnologias e bens culturais, podendo desenvolver-se em nível universitário ou não, de acordo com a finalidade visada e a devida aprovação.
- Produtos: Aqueles produtos susceptíveis à disseminação e intercâmbio de saberes e inovações, desenvolvidos a partir de demandas da sociedade, ou como resultado do desenvolvimento de pesquisas.
- Prestação de Serviço: A ação de interesse social decorrente da identificação e monitoramento de situações-problemas apresentadas pela sociedade.

Além das categorias citadas anteriormente, as disciplinas Redação Oficial e Informática para Administradores, ofertadas no Curso de Bacharelado em Administração Pública, podem ser contabilizadas para os estudantes que não as escolheram como optativas.

Ainda na Resolução, o Artigo 7º aponta que o Coordenador de Curso remeterá ao



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

DRCA a carga horária correspondente à atividade complementar do aluno, depois de aprovada no CCD. Para os docentes orientadores e para o Coordenador de Curso, o Artigo 8º indica que a contabilização das horas de atividades complementares deve ser feita da seguinte forma: Até 30 horas por semestre para efeitos de relatório.

A solicitação da contabilização das atividades complementares deverá ser realizada pelo aluno, por meio de requerimento documentado e encaminhado à Coordenação do Curso para proceder conforme Art. 37 da referida Resolução do CEPE. Deferido o processo nas instâncias competentes, o Coordenador de Curso remeterá ao DRCA, para creditar no histórico escolar do discente a carga horária e créditos, correspondentes ao aprovado.

8.9. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um trabalho individual a ser executado pelo discente nas disciplinas TCC I e TCC II, oferecidas nos semestres 07 e 08, sob orientação de um docente do curso. Tem o objetivo de promover a integração do conhecimento adquirido ao longo do curso, fornecendo ao discente a articulação teórico-prática, além da consolidação dos conhecimentos adquiridos durante o curso, através do planejamento, organização, desenvolvimento e redação do trabalho científico.

Os objetivos gerais do TCC são:

- Familiarizar o aluno com as exigências metodológicas e a consulta a bibliografias especializadas;
- Promover a iniciação profissional do aluno, em atividades técnico-científicas;
- Propiciar aos alunos do curso a oportunidade de desenvolvimento de um projeto que permita demonstrar o grau de habilitação e a integração dos conhecimentos teórico-práticos adquiridos ao longo do curso, aplicados na solução de problemas característicos da atividade profissional.

São atividades do TCC:

- Seminários de orientação;
- Desenvolvimento da pesquisa e do projeto;
- Elaboração da monografia ou artigo científico;
- Defesa do TCC.

As atividades do TCC estarão sob a supervisão da Coordenação do Curso ou por um professor indicado por ela. O professor orientador tem a função de acompanhar o aluno



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

no andamento do seu trabalho, auxiliando-o na elaboração e execução do projeto.

A nota final do TCC é composta por uma avaliação, que consiste na apresentação final do TCC. O TCC será submetido à Coordenação do Curso para apreciação da banca examinadora, composta pelo orientador e por outros avaliadores, definidos pela coordenação. A defesa equivale a 100% da nota do TCC, pontuação atribuída pela banca examinadora, que será composta por, no mínimo, 03 membros.

9. METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM

9.1. Descrição do Material do Curso

A proposta metodológica semipresencial é baseada em material didático construído para o ensino à distância, mídia disponível na internet, atendimento tutorial e avaliações através de atividades e laboratórios de informática nos polos. Utiliza-se um ambiente virtual de estudo, onde são disponibilizadas seções diversas, como grade curricular, processo de seleção, conteúdo teórico, aulas, *links* para assuntos correlatos, entre outros.

Esses ambientes possibilitam uma interação professor-tutor-aluno estimulando o processo de aprendizagem interativo e criativo. A interatividade dar-se-á devido à convergência dos ambientes utilizados. Os indivíduos envolvidos no processo podem trabalhar os conteúdos de forma didático-pedagógica utilizando essa diversidade de ambientes.

Os alunos, tutores e professores terão à sua disposição um guia geral do curso, com o intuito de orientá-los nas questões pertinentes aos direitos, deveres e atitudes de estudo a serem adotados. Esse guia definirá a comunicação entre os alunos, professores, tutores e coordenadores. Todo o material será disponibilizado na rede, possibilitando uma maior amplitude de recursos. Em função de modificações de tecnologia ou pedagogia, e da experiência adquirida durante o desenvolvimento do curso, pode haver a necessidade de modificação, em turmas futuras, da metodologia adotada.

Para que a comunicação do curso possa estar ao alcance dos alunos far-se-á uso de ferramentas síncronas e assíncronas gratuitas na Internet. As ferramentas assíncronas, que permitem a comunicação entre os participantes independentemente do horário de acesso, são o correio eletrônico e o fórum de discussão. O correio eletrônico permite troca de mensagens escritas e o envio de arquivos em diversos formatos para cada participante. Já o fórum de discussões possui as mesmas características do correio eletrônico, as



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

mensagens são armazenadas hierarquicamente (de acordo com as linhas de discussão) no servidor, facilitando o registro e o acompanhamento dos vários assuntos.

As ferramentas síncronas, que funcionam em tempo real exigindo o encontro dos participantes em horário previamente marcado, podem ser o bate-papo e a videoconferência. O bate-papo promove discussões interativas em forma de texto, entre duas ou mais pessoas simultaneamente, e permite o envio de mensagens para todos os usuários conectados ou apenas para um usuário em particular. As discussões podem ser gravadas para acesso e análise posterior.

A videoconferência permite que os usuários se comuniquem simultaneamente através de áudio e vídeo. Essa ferramenta requer a utilização de dispositivos como câmera de vídeo, microfone, equipamentos especiais para digitalização e compressão e conexão de rede de alta velocidade.

Em síntese, o curso contará com os seguintes materiais auxiliares:

- Material impresso especialmente elaborado para o curso a distância;
- Apresentação de arquivos em software de apresentação com animações;
- Softwares de simulação educativos, páginas e portais na Internet;
- Apresentação do curso com programa, ementa, informações sobre o professor e os tutores;
- Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- Homepage do curso com Respostas para perguntas frequentes (FAQ);
- Contato telefônico.

9.2. Material Didático do Curso

Os materiais didáticos desenvolvidos nas disciplinas são disponibilizados no formato digital na Biblioteca Virtual do curso e, na maioria dos casos, seguem para os polos no formato impresso. A gestão da elaboração do material didático é responsabilidade da Coordenação Pedagógica (CP) da UAEADTec, cujas atribuições são descritas na seção 16.4.1.

A impressão dos materiais didáticos, realizada na gráfica exclusiva do UAEADTec, é de responsabilidade da Coordenação de Produção de Material Didático, descrita na seção 14.9.



9.3. Estratégias de Desenvolvimento da Aprendizagem

Visando um aprendizado sólido propõem-se aqui algumas estratégias de desenvolvimento da aprendizagem.

O sucesso do programa passa, primeiramente, por uma comunicação efetiva para que a aprendizagem ocorra. Para efetivar esta comunicação se faz necessária uma infraestrutura de suporte adequada. Na Universidade Federal Rural de Pernambuco, a infraestrutura de suporte consta de uma Coordenação Geral que serve de suporte para fazer a comunicação entre alunos, tutores, professores e coordenação de tutores e de curso, ao longo do curso de bacharelado. Essa Coordenação é responsável pela distribuição de material para os polos e pontos centrais, controle de horário de atendimento, calendário de atividades, etc.

Os polos têm como função principal prover a infraestrutura de atendimento e de estudo, bem como ser referência institucional para os alunos, promovendo, além da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, a adesão do alunado ao sistema UFRPE. Nesses polos também poderão ser desenvolvidos cursos de extensão e atividades culturais. Nos polos, o sistema de atendimento ao aluno é realizado pelo tutor presencial e pelo coordenador do polo, quando necessário. A tutoria presencial é realizada nos polos no turno da manhã, tarde e noite, durante todos os dias da semana, inclusive aos sábados, com calendário previamente estipulado.

A tutoria virtual é realizada especialmente através da internet, uma vez que cada polo possui infraestrutura adequada para tal. Pode-se também utilizar contato telefônico. O acompanhamento à distância do aluno, em cada disciplina, é feito pelo professor da disciplina, coordenador de tutoria e os próprios tutores de conteúdos. O processo de tutoria à distância é complementado com a tutoria presencial em cada polo.

9.4. Momentos Presenciais Planejados para o Curso

Os encontros presenciais são motivos de amplo planejamento, envolvendo os atores pedagógicos e administrativos do curso. Entre as atividades a serem contempladas incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica.

O bacharelado em Administração Pública inclui diversos encontros obrigatórios, ao longo de cada semestre, visando inclusive, a familiarização com a utilização de ambientes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Para o início de cada nova turma, pretende-se fazer aberturas solenes com a presença de autoridades envolvidas, realizar orientação sobre o uso da plataforma e repassar informações sobre o funcionamento do curso e da Universidade, com entrega do Guia do aluno/curso;

No início dos períodos subsequentes está previsto o encontro presencial para informar como serão desenvolvidas as atividades destes semestres, programa das atividades e reunião com os tutores e professores, bem como, avaliações nas disciplinas cursadas no semestre anterior.

10. MECANISMOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não só análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também a dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

10.1. Avaliação do Ensino-Aprendizagem

A relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Administração Pública e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

O que interessa no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que, possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

Por isso, é importante desencadear processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

O estudante será avaliado em três situações distintas:

- Durante a oferta das disciplinas, a partir de atividades realizadas a distância, como pesquisas, exercícios, e outras tarefas planejadas para o desenvolvimento da disciplina;
- Durante os encontros presenciais, a partir da realização de provas,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

apresentação de trabalhos e realização de outras tarefas propostas no encontro;

- Ao final do curso, com a elaboração do TCC e respectiva defesa em banca examinadora.

Nessas situações de avaliação, os tutores e os professores formadores deverão estar atentos para observar e fazer o registro dos seguintes aspectos: a produção escrita do estudante, seu método de estudo, sua participação nos Encontros Presenciais, nos fóruns e nos bate-papos; se ele está acompanhando e compreendendo o conteúdo proposto em cada uma das disciplinas, se é capaz de posicionamentos crítico-reflexivos frente às abordagens trabalhadas e frente à sua prática profissional (dimensão cognitiva) e na realização de estudos de caso e de pesquisa, a partir de proposições temáticas relacionadas ao seu campo de formação profissional, entre outros fatores.

Para verificar o rendimento acadêmico do aluno são passadas atividades semanais. O aluno deve responder e postar no Ambiente Virtual de Aprendizagem. O aluno também deve fazer duas avaliações presenciais nos polos. As atividades e as avaliações presenciais serão utilizadas para compor a média de cada unidade.

A 1ª e 2ª verificações de aprendizagem versam, respectivamente, sobre a primeira e segunda parte do conteúdo programático da disciplina. A 3ª verificação abrange todo o conteúdo programático e tem caráter de segunda chamada da 1ª ou 2ª verificação, para quem faltou a uma delas.

Para ser aprovado por média, o aluno deverá obter, no mínimo, média 7,0 (sete) na composição dos pesos do primeiro e segundo blocos de avaliação. Caso não seja aprovado por média ou tenha faltado alguma avaliação, o aluno poderá realizar a terceira avaliação que substituirá a menor nota das duas avaliações anteriores ou substituirá a sua nota ausente. Caso o aluno não atinja a média 7,0 (sete) na composição das duas maiores notas, o aluno deverá realizar a prova final e obter, no mínimo, média 5,0 (cinco) para ser aprovado.

Um calendário acadêmico com todas as atividades a serem desenvolvidas pelos alunos, inclusive datas das provas, será elaborado e disponibilizado no início de cada semestre.



10.2. Auto Avaliação do Curso

A Lei nº 10.861/2004 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES com a finalidade de analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados. O SINAES realiza análise de três componentes principais: avaliação das instituições de ensino superior, dos cursos de graduação e desempenho acadêmico de seus estudantes.

A avaliação das instituições de educação superior é composta de duas modalidades: Avaliação Externa, realizada por Comissões Avaliadoras do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP e Avaliação Interna, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA.

A CPA da UFRPE é composta por cinco representantes do corpo docente (um como coordenador), cinco representantes dos técnico-administrativos (um como vice coordenador), quatro representantes do corpo discente e quatro representantes da sociedade civil organizada, levando em consideração a ideia de construção participativa da auto avaliação, com representação dos segmentos da comunidade acadêmica.

O Objetivo Geral da CPA da UFRPE é desenvolver um processo contínuo de auto avaliação institucional, transformando-o em um instrumento de autoconhecimento que possibilite a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão no cumprimento de sua missão e responsabilidade social. Especificamente a CPA pretende estimular o desenvolvimento da cultura de auto avaliação continuada e participativa entre os que fazem a UFRPE, por meio da permanente sensibilização da comunidade acadêmica; identificar pontos fortes, fracos e potencialidades da instituição no que concerne às dimensões avaliadas e a missão da UFRPE, apontando caminhos para melhoria das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária; criar/implementar/gerenciar sistemas de informações, promovendo o levantamento contínuo de dados acerca das dez dimensões instituídas pelo SINAES e prestar contas à sociedade (comunidade acadêmica e sociedade civil) das ações desenvolvidas pela CPA.

São estratégias da CPA:

- Elaborar calendário de atividades e ações da CPA;
- Estruturar estratégias de divulgação e discussão de todas as etapas do processo de avaliação, com a utilização de mídias digitais e impressa inter-relacionando os diversos segmentos envolvidos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

- Criar/articular Comissões Setoriais de Avaliação, bem como núcleos temáticos, organizadas pela CPA nas Unidades Acadêmicas e entre os integrantes da Comissão;
- Utilizar informações e incorporar práticas de avaliação vigentes na UFRPE;
- Coordenar o estudo e discussão em grupo das legislações pertinentes ao processo de avaliação institucional, de forma dinâmica e interativa.

No processo avaliativo proposto serão observados os seguintes princípios:

- A responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- O reconhecimento da diversidade dos diversos órgãos e unidades da instituição;
- O respeito à identidade, à missão e à história da instituição;
- A globalidade institucional, pela utilização de indicadores e instrumentos, considerados em sua relação orgânica;
- A continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional para cada instituição (Sede e Unidades) e o sistema de educação superior em seu conjunto.

A Auto Avaliação Institucional é elaborada a partir da discussão do projeto de pesquisa da formação anterior da CPA da UFRPE, dos projetos de outras Instituições Federais de Ensino, do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e também dos documentos oficiais do MEC, as Orientações Gerais para Roteiro de Auto Avaliação do Inep e as Diretrizes para Avaliação das Instituições da Educação Superior da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, além de outros documentos oficiais.

A Comissão Própria de Avaliação propõe a construção de um processo auto avaliativo da UFRPE a realizar-se-á através de Ciclo Avaliativo de dois anos. Todo semestre, dada a importância do acompanhamento dos processos do ensino, será aplicado, por meio do Sistema de Gestão Acadêmico (SIG@), o Questionário Docente, no qual os alunos avaliam os seus professores das turmas do semestre anterior, fazem a sua auto avaliação e avaliam a infraestrutura do ambiente de sala de aula. Também será aplicado o Questionário de Turma.

Ao final de cada semestre, ao aluno em fase de conclusão de curso, será disponibilizado um questionário de avaliação, buscando identificar a inserção profissional dos egressos e a participação dos mesmos na vida da Instituição.

Ao final do primeiro ano do Ciclo Avaliativo, um Relatório Parcial é produzido a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

partir da análise e discussão dos dados do Questionário Docente, do Questionário de Turma, do Egresso e Enade. As dez dimensões elencadas serão contempladas de forma integral, a partir do estudo dos documentos oficiais produzidos pelos diversos órgãos que compõem a Universidade, destacando-se os Relatórios de Gestão.

No segundo ano, além dos instrumentos de avaliação permanente (Docente, Turma, Egresso e Enade), é aplicado um Relatório Geral a ser respondido por toda comunidade acadêmica (professores, alunos e técnicos), contemplando de forma detalhada as dez dimensões, de forma a permitir a avaliação de todos os órgãos e setores que compõem a Instituição.

Da análise dos dados de questionário docente e de turma são produzidos relatórios síntese por Departamento e por Curso, levados a ampla discussão nesses órgãos e somente então irão alimentar o relatório parcial.

No segundo ano, a CPA apresenta um relatório geral, o qual, além dos documentos e dados oriundos dos instrumentos descritos acima, consolidará a síntese de um questionário geral, aplicado a todos os atores desse cenário educacional, conforme descrito acima. Ao final do processo de auto avaliação é realizada uma reflexão junto à comunidade sobre todas as ações desenvolvidas no processo e sobre a metodologia empregada, dessa forma contribuindo para o ajustamento dos procedimentos adotados para a continuidade do mesmo. Dessa forma, além do auto-conhecimento institucional, a própria sistemática será avaliada.

11. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Administração Pública a Distância da UAEDTec/UFRPE passará por avaliações regulares pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE). Os mecanismos de avaliação serão implantados sob a direção da coordenação do curso, com periodicidade mínima anual.

O presidente do NDE deve inserir a avaliação e ajustes do PPC na pauta do NDE pelo menos uma vez por semestre. Os docentes do NDE opinam sobre as modificações e, caso sugestões sejam aprovadas, o NDE registra a decisão formalmente na ata da reunião. Em seguida, o NDE pode deliberar para seus participantes atuações específicas na modificação do PPC, de acordo com a área de experiência de cada membro.

Na maioria dos casos, as modificações e ajustes do PPC devem ser feitas para adequar o Projeto ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFRPE e às instruções da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Comissão Permanente de Avaliação (CPA). Além disso, cabe ao NDE verificar se alguma norma do Regimento da UFRPE está sendo obedecida de forma parcial. As modificações também devem atender à demanda dos discentes e atualizar as referências bibliográficas conforme a Biblioteca disponibilize novos exemplares dos livros utilizados no Curso, sobretudo na área de Administração Pública.

Outro ponto importante a ser constantemente revisado no PPC é a adequação das ementas das disciplinas, para que contemplem tópicos relevantes e atuais. Para isso, os membros do NDE devem trazer propostas de ementas para serem discutidas nas reuniões. Além disso, a eventual decisão do Colegiado de Coordenação Didática de criação de uma disciplina optativa deve entrar na pauta do NDE para ajuste no PPC. Após as atualizações, a decisão deve seguir para as instâncias superiores da Universidade, via processo, a fim de entrar na pasta oficial do Curso, de posse da Pró-Reitoria de Ensino e Graduação.

12. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS ANTERIORES

O aproveitamento de estudos corresponde à dispensa de cumprimento de disciplinas regulares do curso, quando a mesma ou uma equivalente em conteúdo e carga horária tiver sido cumprida em outro curso superior, seja em cursos da UFRPE ou em cursos de outra instituição. No âmbito da UFRPE, a dispensa de disciplinas está normatizada pela Resolução 442/2006 CEPE/UFRPE.

Para que sejam creditadas pela UFRPE, as disciplinas cursadas devem ser equivalentes em pelo menos 80% do conteúdo programático às correspondentes disciplinas que serão dispensadas, ter carga horária igual ou superior àquela das disciplinas a serem dispensadas e ser oferecidas regularmente pela Instituição onde foram cursadas como integrantes do currículo de um curso devidamente reconhecido. Sendo, de competência do Colegiado do Curso a dispensa das disciplinas não cursadas na UFRPE.

O pedido de dispensa da disciplina deverá ser dirigido ao Coordenador do Curso do solicitante, através de requerimento, acompanhado de histórico escolar ou declaração e do programa da disciplina a ser creditada. No requerimento deverão ficar esclarecidos códigos e denominações da disciplina a ser creditada e da disciplina a ser dispensada. Os pedidos de dispensa serão analisados por representantes dos cursos e homologados pelo Colegiado do Curso.

Em se tratando de disciplina cursada na UFRPE, a dispensa será analisada e decidida diretamente pelo Coordenador do Curso, devendo o mesmo informar ao CCD das



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

dispensas, sendo obrigatório o registro em ata.

No que tange a possibilidade de abreviação do tempo de estudos para alunos que demonstrem extraordinário aproveitamento nos estudos, prevista no Art. 47, § 2º da Lei 9394/96, ainda está sendo normatizada pela UFRPE, com base na Resolução CFE nº 1/94 e no Parecer CES/CNE nº 247/99, o procedimento e as normas dos instrumentos de avaliação específicos a serem aplicados por banca examinadora especial.

13. INCENTIVO À PESQUISA E À EXTENSÃO

A pesquisa nos cursos de graduação a UFRPE é incentivada, principalmente, pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFRPE), que tradicionalmente tem sido apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mas que conta também com o suporte financeiro da UFRPE no custeio de bolsas com recursos da própria Universidade. Além disso, docentes da UFRPE podem concorrer a cotas de bolsas de iniciação científica que são concedidas anualmente pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

A UFRPE também incentiva a pesquisa dirigida ao desenvolvimento tecnológico e de processos de inovação por meio do programa de Programa Institucional de Bolsas de Iniciação tecnológica e inovação (PIBITI). Essa modalidade de pesquisa pretende formar recursos humanos dedicados ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no País e com condições de participar de forma criativa e empreendedora na sua região.

No curso de Bacharelado em Administração Pública, os professores estimulam a produção científica através de trabalhos executados dentro de disciplinas, fornecendo os subsídios para a pesquisa e confecção do trabalho, assim como, estabelecendo os critérios de avaliação e orientação aos acadêmicos. Os Seminários Temáticos possuem a característica de motivar, ao longo do curso, o desenvolvimento de processos de pesquisa sobre o cotidiano das práticas de administração, como pode ser visto na seção 8.6.

Além dos componentes de seminários temáticos, o estudante do curso também desenvolve e discute processos de pesquisa na confecção e apresentação dos trabalhos de conclusão de curso, como apresentado na seção 8.9.

Por fim, a UFRPE também procura valorizar a pesquisa científica e tecnológica e, em especial, a formação do discente. Para tanto, realiza anualmente da Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesse evento, os trabalhos dos alunos são divulgados através dos anais, e os trabalhos mais relevantes são premiados por áreas de conhecimento,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

oferecendo ao autor certificado de premiação. Este evento estimula o desenvolvimento do pensar criativo e a aplicação do método científico, melhorando o processo ensino-aprendizagem, além de incrementar a produtividade científica da Instituição.

Uma dificuldade encontrada nos cursos de educação a distância, com relação ao fomento de projetos de pesquisa é o fato de o curso possuir muitos professores contratados externamente (bolsistas) que, formalmente, não podem responder como orientadores dos alunos do curso. Além disso, o desafio de alocar um aluno de iniciação científica ou de extensão, em formação e trabalhando fora do ambiente universitário (por residir em uma cidade polo), causa situações que não são evidenciadas na educação presencial e, portanto, os docentes ainda estão em fase de discussão e adequação do tema.

A nova Coordenação de Curso, a partir de 2014, formou uma equipe qualificada de apoio para, dentre outras atribuições, monitorar editais de projetos de pesquisa e extensão que contemplem a entrada de alunos do curso à distância, cuja presença na universidade deva ser limitada a reuniões previamente agendadas e financiadas pelo projeto. As metas semestrais de número de bolsas a serem atingidas serão decididas em reunião do NDE/CCD, com impacto já no ano de 2014. Com isso, a Coordenação de Curso tem como objetivo autofinanciar os projetos, sempre monitorada por professores efetivos, através de fontes internas (PIBIC/PIBIT/UFRPE) e externas (FACEPE, CNPq). O sucesso desta estratégia depende principalmente da aderência por parte do quadro efetivo de docentes do curso de Bacharelado em Administração Pública.

14. INSTALAÇÕES GERAIS

14.1. Espaço Físico

A Universidade Federal Rural de Pernambuco deu início a oferta de cursos na modalidade a distância em 2005. Nossa unidade está localizada no bairro de Dois Irmãos, Recife - PE. Antes de se transformar em uma unidade acadêmica, o espaço físico funcionava como biblioteca desta instituição.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Quadro 5 – Estrutura Física UFRPE Sede

Capacidade (Pessoas)	Quantidade	Dependência
06	01	Diretoria Geral
12	01	Coordenação Geral
12	01	Coordenação de Tutoria
30	01	Laboratório de Informática (Compartilhado)
300	01	Salão Nobre (CEGOE - Compartilhado)
50	01	Auditório (DEINFO - Compartilhado)
150	01	Biblioteca
02	01	WC
06	01	Copa

O curso de Bacharelado em Administração Pública é ofertado em dez municípios, nas instalações dos polos presenciais de cada cidade. As informações sobre as instalações físicas dos polos presenciais estão apresentadas no Apêndice A.

14.1.1. Salas de Aula e Laboratórios de Informática

A infraestrutura do curso conta com amplas salas de aula, materiais de apoio audiovisual e laboratórios montados para realização de aulas práticas. Além disso, dispõe de biblioteca com títulos variados e específicos; terminais de acesso à Internet, laboratórios de informática disponíveis para aulas. A maioria das salas de aula possui capacidade de suportar uma média de 40 alunos.

Com as mesmas características das salas de aula, os laboratórios de informática são guarnecidos por, em média, 25 computadores, possibilitando ser compartilhado por 02 alunos ao mesmo tempo. Todos os computadores são interligados por equipamentos de conexão de rede e possuem acesso à internet. Além disso, os laboratórios possibilitam ao estudante o uso recursos computacionais próprios como *laptops*.

14.2. Dependências

14.2.1. Dependências Administrativas:

As instalações administrativas apresentam condições plenas no que se refere à limpeza, iluminação, climatização e conservação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

14.2.2. Dependências para Docentes:

As salas de professores dos respectivos polos são, temporariamente, de uso compartilhado, abrigando uma média de 16 professores. Todas são equipadas com mobiliário, computadores e acesso a Internet.

Alguns professores, com regime de trabalho dedicação exclusiva, possuem salas individuais, localizadas na UFRPE-Sede.

14.2.3. Dependências para Coordenações de Cursos:

A sala da coordenação é ampla, possui uma ótima iluminação e mobiliário adequado. Além disso, há computadores conectados a internet e uma impressora.

14.2.4. Dependências Sanitárias:

As instalações sanitárias apresentam condições plenas de uso, sendo equipadas de aparelhos sanitários e lavatórios. Além disso, em alguns pavimentos dos blocos de salas de aula, há banheiros equipados para uso exclusivo de deficientes físicos. A limpeza é realizada regularmente por prestadores de serviço contratados pela Mantenedora.

14.2.5. Auditório

O auditório do DEINFO tem capacidade para 50 lugares, apresentando ótimas condições de uso. Disponibiliza um ótimo acervo de recursos digitais: data show, telão, TV e DVD. Equipado com cadeiras altamente confortáveis e ambiente climatizado. Há banheiros equipados para uso exclusivo de deficientes físicos. A limpeza é realizada regularmente por prestadores de serviço contratados pela Mantenedora.

14.2.6. Recursos Tecnológicos e de audiovisuais

Os polos contemplados pela UAEDTec disponibilizam aos docentes equipamentos de audiovisual e multimídia, tais como data show, retroprojeto, aparelho de DVD, em número suficiente para a utilização em aulas. Alguns recursos tecnológicos e de audiovisual já estão instalados nas dependências físicas específicas e outros podem ser utilizados mediante agendamento prévio na secretaria da Instituição.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Quadro 6 – Equipamentos Tecnológicos e Audiovisuais

Recursos Tecnológicos e Audiovisuais	Quantidade
Datashow	12
Tablet	15
Computador	150
Equipamento de Som	1
Equipamento de Videoconferência	2
Impressoras	7
Notebook	5

14.3. Serviços

14.3.1. Manutenção e Conservação das Instalações Física

A UAEDTec dispõe de funcionários, servidores públicos e/ou funcionários de empresas especializadas previamente contratadas através de processo licitatório, em tempo integral para manutenção do campus. São funcionários que cuidam da limpeza, da recuperação e manutenção das instalações do prédio.

14.3.2. Manutenção e conservação dos equipamentos

Quanto à manutenção e a conservação dos equipamentos, dependendo de sua amplitude, são executadas por servidores concursados da Instituição e/ou por funcionários de empresas especializadas previamente contratadas através de processo licitatório. O UAEDTec conta com a colaboração de um servidor técnico em tempo integral responsável pela rede de computadores.

14.4. Informações dos Polos

As informações dos polos de apoio presencial em que o curso de Bacharelado em Administração Pública a Distância é atualmente ofertado estão apresentadas no Apêndice A.

14.5. Instalações Administrativas:

As instalações administrativas apresentam condições plenas no que se refere à



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

limpeza, iluminação, climatização e conservação.

14.6. Instalações para Docentes:

As salas de professores são, temporariamente, de uso compartilhado, abrigando em média 10 professores. Todas são climatizadas e equipadas com mobiliário, computadores e acesso a Internet.

14.7. Instalações para Coordenações de Cursos:

A sala disponível às coordenações de cursos, de uso compartilhado para todos os 9 cursos da UAEADTec, é bem dimensionada e dotada de iluminação, climatização e mobiliário adequado. Além disso, há computadores conectados a internet e impressoras de uso exclusivo para cada curso e internet sem fio.

14.8. Instalações Sanitárias:

As instalações sanitárias do UAEDTEC/Sede apresentam condições plenas de uso, sendo equipadas de aparelhos sanitários e lavatórios. Além disso, em todos os pavimentos dos blocos de salas de aula, há banheiros equipados para uso exclusivo de deficientes físicos. A limpeza é realizada regularmente por prestadores de serviço contratados pela Mantenedora.

14.9. Existência de rede de comunicação científica (Internet):

A UAEDTEC/UFRPE disponibiliza a todos os servidores que possuem computadores em seus departamentos acesso a Internet. Tanto os técnicos quanto os docentes, possuem acesso a conteúdos relacionados às necessidades acadêmicas, através de internet sem fio (Wireless) e intranet, disponíveis nos laboratórios e nas salas de trabalho do campus.

15. BIBLIOTECA

As informações aqui obtidas são oriundas da página virtual da biblioteca central da UFRPE³.

³ Fonte: <http://www.bc.ufrpe.br/>. Acesso em fevereiro de 2014.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

A Biblioteca Central da UFRPE surgiu no ano de 1914 como “depósito de livros” dos Cursos das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária, “São Bento”, localizados inicialmente em Olinda, PE. Em 1938 com a mudança desses Cursos para o bairro de Dois Irmãos, no município do Recife, o acervo foi igualmente transferido, passando a ocupar uma área de 229 m² no pavimento térreo do edifício central da UFRPE até o ano de 1976 quando foi construído prédio próprio com a 1026 m². Suas instalações físicas foram ampliadas em mais 2000 m² a partir de 1980 com a construção de um anexo, composto por 03 pavimentos, passando então a ocupar área física de 3026 m².

De 1947 a 1955 a Biblioteca era denominada “Biblioteca da Universidade Rural de Pernambuco (B-UFRPE)”. Federalizada, a Universidade através do Decreto nº 2.524 de 04/07/1955 combinado com a Lei nº 2.920 de 13/10/1956, passou a integrar o sistema federal de ensino como instituição didática e a Biblioteca, a denominar-se “Biblioteca da Universidade Federal Rural de Pernambuco (B-UFRPE)”. Nesse mesmo ano deu-se início ao tratamento técnico das coleções.

A partir do Decreto nº 93 de 03/11/1975, a Biblioteca passou a denominar-se Biblioteca Central da Universidade Federal Rural de Pernambuco (BC-UFRPE). Em 1978, a Administração Superior da UFRPE prestando homenagem póstuma a um dos mestres desta casa, deu o nome de Professor Mário Coelho de Andrade Lima. Historicamente, porém, pela tradição de tantos anos, a Biblioteca até os dias atuais é mais conhecida como Biblioteca Central da Universidade Federal Rural de Pernambuco (BC-UFRPE).

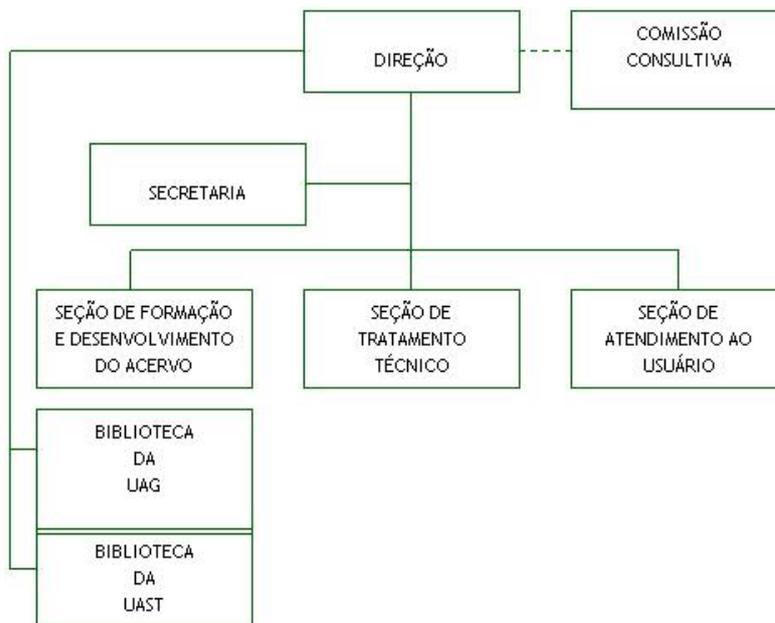
Missão: Mediar a informação entre os que a produzem e os que a utilizam, de forma que o conhecimento gerado a partir dessa informação, venha a ser socializado com os estudante e a população de forma geral, gerando novos conhecimentos.

Visão: Ser uma Biblioteca Universitária integrada e comprometida com o avanço da recuperação da informação, tornando-a disponível e acessível a toda comunidade acadêmica, e a sociedade em geral, contribuindo de forma decisiva na geração do conhecimento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Figura 4 - Estrutura Organizacional da Biblioteca da UFRPE (Sede)



15.1. Acervo

O acervo da biblioteca central da UFRPE, localizada na Sede, está apresentada na tabela a seguir.

Tabela 1 - Acervo da Biblioteca da UFRPE (Sede)

Área do Conhecimento	Livros		Periódicos		Vídeos	
	Títulos	Exemplares	Nacionais	Estrangeiros	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	4.134	17.684	67	41	52	97
Ciências Biológicas	4.745	16.740	125	179	67	83
Engenharia / Tecnologia	1.800	5.327	44	24	28	56
Ciências da Saúde	1.484	5.004	30	46	59	1.244
Ciências Agrárias	16.244	36.748	436	368	760	1244
Ciências Sociais Aplicadas	9.879	30.469	282	67	139	235
Ciências Humanas	5.053	16.193	154	12	48	118
Linguística, Letras e Artes	1.949	7.011	15	-	46	61
Total	45288	135176	1153	737	1199	3138

15.2. Espaço Físico

A biblioteca está instalada em uma área de 2.000 m² e conta com instalações que



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

incorporam concepções arquitetônicas, tecnológicas e de acessibilidade específicas para suas atividades, atendendo plenamente aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, climatização, segurança, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.

As instalações da biblioteca possuem os seguintes ambientes: sala para acervo; sala de processamento técnico e administração; sala para estudo em grupo; e balcão de atendimento. A biblioteca possui um acervo multimídia e disponibiliza aos docentes como recursos didáticos.

A sala do acervo possui acomodação de livros e obras de referência com livre acesso aos usuários da biblioteca. Dispõe, também, de estante apropriada para a organização do referido acervo.

O acervo está instalado em local com iluminação adequada e em ótimas condições para armazenagem, preservação e disponibilização. Existe extintor de incêndio e sinalização bem distribuída.

As instalações para estudos em grupo são adequadas no que se refere ao espaço físico, acústica, iluminação e climatização. A biblioteca conta com sala coletiva para leitura e trabalho em grupo. A sala tem mesas e cadeiras apropriadas para estudos em grupo.

15.3. Informatização

O software de automação utilizado é o *PERGAMUM* - Sistema Integrado de Bibliotecas, um sistema informatizado de gerenciamento de dados, direcionado aos diversos tipos de Centros de Informação. O Sistema foi implementado na arquitetura cliente/servidor, com interface gráfica - programação em Delphi, PHP e JAVA, utilizando banco de dados relacional SQL (ORACLE, SQLSERVER ou SYBASE). O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca, funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária com os seus usuários. Comercializado desde 1997 e atualmente possui mais de 220 Instituições, aproximadamente 2500 bibliotecas em todo o Brasil (atualmente com uma unidade em Angola), utilizando o Sistema.

O objetivo desse sistema é obter as melhores práticas de cada Instituição a fim de manter o software atualizado e atuante no mercado, tornando-o capaz de gerenciar qualquer tipo de documento, atendendo desde Universidades, Faculdades, Centros de Ensino fundamental e médio, assim como empresas, órgãos públicos e governamentais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Possui uma rede de cooperação - mecanismo de busca ao catálogo das várias Instituições que já adquiriram o software, com isto, formando a maior rede de Bibliotecas do Brasil. Neste catálogo o usuário pode pesquisar e recuperar registros on-line de forma rápida e eficiente.

15.4. Serviços

Horário de Funcionamento

A biblioteca funciona das 08h00m às 21h00m, de segunda a sexta-feira.

Pessoal Técnico-Administrativo

A equipe técnico-administrativa responsável pelos serviços da biblioteca é constituída por 03 (três) bibliotecárias, 02 (dois) Assistentes Administrativos e 01 (um) Auxiliar Administrativo.

A bibliotecária chefe é Williana Carla Silva Alves, Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Pernambuco, atualmente está cursando Especialização em Gestão Pública, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco / Universidade Aberta do Brasil, com registro profissional CRB 4/ 1783.

A equipe conta com a Bibliotecária Rosimeri Gomes Couto, Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Pernambuco, Especialista em Arquivo pela mesma instituição, com registro profissional CRB 4/ 1395.

E ainda conta com a Bibliotecária Jaciara Maria Felix, Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Pernambuco, Especialista em Planejamento e Gestão Organizacional pela Universidade de Pernambuco, com registro profissional CRB 4/ 1642.

Os assistentes e auxiliar têm escolaridade mínima de nível médio, sendo 01 nível médio, 01 com nível superior e 01 mestrando. Além disso, possuem habilidades para os serviços específicos de uma biblioteca, assim, executam com muita propriedade suas funções. Periodicamente, passam por cursos de capacitação que objetivam a progressão e motivação dos servidores organizados e ministrados pela própria UFRPE.

Serviço e Condições de Acesso ao Acervo

Para alcançar mediação à informação produzida e adquirida pela Unidade, a biblioteca disponibiliza os seguintes serviços: consulta local; empréstimo domiciliar, empréstimo especial, catalogação na fonte, normalização, atividades acadêmicas, BDTD



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

da UFRPE, reservas on-line, renovações on-line, visitas orientadas, sala de Estudo. Onde:

- Empréstimo Domiciliar - Permite o empréstimo de livros por prazo determinado, de acordo com o tipo de usuário a usar o serviço.
- Empréstimo especial - Permite o empréstimo de materiais especiais (livros de consulta e material de referência) durante o final de semana com devolução prevista para a segunda – feira, sem ônus para o usuário.
- Catalogação na Fonte - Elaboração da ficha catalográfica de trabalhos científicos e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs).
- Normalização – Auxílio a normalização de trabalho acadêmico de acordo com as normas da ABNT.
- Atividades Acadêmicas - Reserva de sala de consulta como espaço para exposições, etc.
- BDTD da UFRPE - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRPE. Parceria com a Biblioteca Central da UFRPE.
- Reservas on-line - Realiza via web, reservas de livros não disponíveis por estarem emprestados.
- Renovações on-line - Realizar via web, renovações de livros.
- Visitas Orientadas - Orientação quanto ao uso da biblioteca, oferecida aos novos alunos.
- Sala de Estudo - Espaços climatizados para estudo coletivo.
- Comut - Programa de comutação bibliográfica (busca de documentos não existentes na biblioteca).
- Ação Cultural: Reserva de auditório, sala de vídeo, espaço para exposições, etc.
- Portal Periódicos: Busca on-line de textos completos de artigos de periódicos.
- Núcleo do Conhecimento: Responsável pelo resgate e divulgação da produção científica da UFRPE.
- Ebrary: Bases de dados de Livros Eletrônicos da UFRPE.

Além dos serviços mencionados, a Biblioteca Central dispõe dos seguintes serviços aos seus usuários:

- Orientação quanto aos serviços prestados pela biblioteca e como utilizá-los;
- Serviço de Referência;
- Visitas Orientadas;
- Atendimento via e-mail;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

- Disseminação Seletiva de Informação (DSI);
- Empréstimo entre Bibliotecas da UFRPE.

16. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

16.1. Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico dos Cursos e tem por finalidade a atualização e revitalização do mesmo.

O Núcleo Docente Estruturante é constituído por um mínimo de cinco professores, pertencentes ao corpo docente do Curso, sendo o Coordenador do Curso seu presidente e membro nato. Entre os membros, pelo menos 25% devem ter titulação de Doutor e pelo menos 20% possuir regime de dedicação exclusiva. Os membros terão mandatos de dois anos, com possibilidade de recondução, e serão indicados pelo CCD do Curso homologados pelo CEPE, conforme resolução 065/2011, que regulamenta a implantação de NDE nos cursos de graduação da UFRPE.

São as atribuições do NDE, entre outras:

- estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
- atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
- conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
- analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- zelar pelo cumprimento das Diretrizes curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

O Núcleo Docente Estruturante reúne-se, ordinariamente duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, sendo as suas decisões tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

No Quadro abaixo é apresentada a relação nominal da atual composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE), seguida da formação acadêmica, titulação e regime de trabalho.

Quadro 7 - Descrição docente do NDE

Docente	Formação	Titulação	Regime de Trabalho
Alessandra Carla Ceolin	Ciências da Computação	Doutor	Dedicação Exclusiva
Carla Renata Silva Leitão	Ciências Contábeis	Doutor	Dedicação Exclusiva
Elidiane Suane Dias de Melo Amaro	Administração	Doutor	Dedicação Exclusiva
Jorge da Silva Correia Neto	Administração	Doutor	Dedicação Exclusiva
José de Lima Albuquerque	Engenharia Florestal	Doutor	Dedicação Exclusiva
Rodrigo Gayger Amaro	Administração	Mestre	Dedicação Exclusiva

Conforme pode ser observado no Quadro apresentado, 100% dos membros estão em regime de dedicação exclusiva e possuem titulação acadêmica obtidas em programas de mestrados reconhecidos pela CAPES.

16.2. Coordenação de Curso

Na Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia, o Coordenador de Curso tem as seguintes atribuições:

- criação do calendário acadêmico de encontros presenciais para todas as entradas do curso.
- alocação das disciplinas e convocação de professores executores externos, caso seja necessário.
- presidir reuniões do CCD e do NDE.
- participar das reuniões da Coordenação Geral de Cursos.
- submeter ao Colegiado as modificações propostas ao plano ou currículo do curso;
- solicitar materiais didáticos de uso institucional para impressão na Coordenação de Produção de Material Didático.
- solicitar a construção de novos materiais didáticos de uso institucional para a Coordenação Pedagógica.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

- atuar junto ao Colegiado Geral de Coordenação Didática e Diretoria Geral e Acadêmica, traçando as normas que conduzem à gestão racional e objetiva do curso o qual está representando; e
- cumprir e/ou fazer cumprir as determinações do Colegiado de Coordenação Didática e plano do curso o qual representa, da Administração Superior e de seus Conselhos, do Colegiado Geral de Coordenação Didática, bem como zelar pelo cumprimento das disposições pertinentes no Estatuto e neste Regimento Geral.
- fazer a gestão dos colaboradores alocados no curso a nível de Secretaria, Coordenação de Tutoria e Apoio Didático.

O Coordenador de Curso de Graduação e seu substituto eventual são escolhidos dentre os professores do curso, após consulta à comunidade, com participação de professores e alunos do respectivo curso.

Coordenador: Prof. Rodrigo Gayger Amaro

Titulação Acadêmica: Graduação em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco.

Experiência de Magistério Superior e de Gestão Acadêmica: 09 anos

Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva.

Substituto Eventual: Profa. Elidiane Suane Dias de Melo Amaro

Titulação Acadêmica: Graduação em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco, Doutora em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco.

Experiência de Magistério Superior e de Gestão Acadêmica: 09 anos

Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva.

16.3. Composição e Funcionamento do Colegiado de Curso

A coordenação didática do curso de Bacharelado em Administração Pública da UAEADTec é atribuída ao Colegiado de Coordenação Didática (CCD). Este órgão é presidido pelo Coordenador de Curso e por cinco docentes do curso, além de um discente, escolhidos na forma da legislação vigente, com mandato de um ano.

Os representantes docentes neste colegiado serão indicados pelo Colegiado Geral



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

de Coordenação Didática e nomeados pelo Diretor Geral e Acadêmico, com mandato de 02 (dois) anos. São atribuições do CCD a proposta de modificações do currículo do curso, disciplinas didáticas, planos de ensino das disciplinas, etc. As funções estão descritas no Regimento Geral da UFRPE.

Art. 6º - São atribuições dos Colegiados de Coordenação Didática de Curso:
(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº260/2008 DO CONSU)

- Elaborar modificações ao currículo do curso, propondo-as ao Colegiado Geral de Coordenação Didática;
- Propor ao Colegiado Geral de Coordenação Didática o elenco de disciplinas optativas do curso;
- Promover, através de propostas devidamente, justificadas, ao colegiado Geral de Coordenação Didática, a melhoria contínua do curso;
- Propor ao Colegiado Geral de Coordenação Didática modificações nos planos dos respectivos cursos;
- Propor, em cada período letivo, os planos de ensino das disciplinas do Currículo do Curso;
- Appreciar e deliberar sobre as solicitações acerca do aproveitamento de estudos e adaptações, ouvidos os docentes da Unidade com competência para julgar e emitir parecer sobre o conteúdo de tais solicitações;
- Aprovar o Regimento do Centro Acadêmico do Curso, submetendo-o depois à homologação do Conselho Universitário;
- Exercer as demais funções que lhe são, explícita ou implicitamente, deferidas em lei, no Estatuto e neste Regimento Geral;
- Deliberar sobre os casos omissos na esfera de sua competência.

16.4. Organização do Controle Acadêmico/ Registros Acadêmicos

O Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA) é órgão executivo da Administração Geral nos termos do Art. 28º do Regimento Geral da UFRPE, e tem por finalidade acompanhar a vida acadêmica dos alunos dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e *Latu Sensu* da Instituição, programando, orientando e coordenando a execução de registros e controles acadêmicos das atividades discentes, desde a admissão e matrícula até a conclusão do curso, com a realização dos registros acadêmicos e seus controles, na emissão de certificados, declarações, atestados,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

diplomas e outros documentos pertinentes.

A estrutura organizacional do DRCA é composta por uma Diretoria, e as divisões de: Admissão e Programação (DAP), de Registro Acadêmico (DRA), Secretaria, Informações gerais, Ingresso Extra-vestibular, Transferências, Dispensa de disciplinas e Desligamento. Tendo as divisões algumas seções como: Seção de Cadastro Escolar (SCE) e pelo Programa Estudante-Convênio (PEC) e Seção de Controle e Documentação (SCD) e pelo Setor de Mestrado (SM)

São atribuições da Direção do DRCA:

- Gerir as atividades do DRCA, no que diz respeito aos cursos de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* e *Latu Sensu*;
- Planejar e programar, juntamente com Pró-Reitorias, Departamentos e Núcleo de tecnologia da Informação, as atividades que os envolvem;
- Instruir, orientar, sugerir e supervisionar as atividades dos servidores lotados no DRCA;
- Recepcionar e esquematizar a efetivação de registros e controles acadêmicos;
- Decidir sobre a emissão e registros acadêmicos relativos ao Ensino de Graduação e Pós-Graduação;
- Emitir pareceres, sugerir e elaborar minutas e anteprojetos, instruções e indicações sobre a matéria de sua competência;
- Prestar assessoramento aos demais órgãos da UFRPE em matéria de sua competência;
- Desenvolver e interpretar a legislação e normas, juntamente com Departamentos, Coordenações, Pró-Reitorias, Procuradoria e setores técnicos;
- Promover o aprimoramento dos processos de registros e controles acadêmicos, juntamente com as Pró-Reitorias, Coordenações, Departamentos e outros órgãos;
- Desempenhar outras atividades no âmbito de sua competência.

Para o atendimento das suas atribuições o DRCA utiliza-se do Sistema de Informações e Gestão Acadêmica (Sig@)⁴, desenvolvido e implantado para dar suporte à

⁴ Sistema de Informações e Gestão Acadêmica - SIG@ - é o sistema institucional que fornece suporte ao controle de processos acadêmicos e administrativos da UFRPE. O SIG@ mantém o cadastro unificado de discentes, docentes e técnicos-administrativos. Mais informações sobre o sistema podem ser verificadas no endereço <http://www.nti.ufrpe.br/faq-siga>.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

gestão acadêmica do Campus Dois Irmãos e Unidades Acadêmicas, e dos demais órgãos da Administração.

16.5. Descrição do Gerenciamento Administrativo-Financeiro do Curso

Os resultados traduzem com mais acerto a aplicação dos mecanismos gerenciais de execução, além de possibilitar a confirmação da importância e da consistência do trabalho em equipe. Com certeza, são consequências de uma união de esforços que, somados, se mostram capazes de promover mudanças que, individualmente, jamais poderiam ser concretizados.

Ao longo do desenvolvimento do projeto, a Instituição buscará o estabelecimento de metas utilizando o fluxograma de gerenciamento administrativo-financeiro, com vistas a um trabalho conjunto, sempre focado na melhoria dos resultados. A importância do fluxograma é fator decisivo na medida em que se ampliam as atividades e permitem a sua extensão além dos limites da própria Instituição. A dinâmica dos setores da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia ligados ao curso de Bacharelado em Administração Pública a Distância estão descritas abaixo.

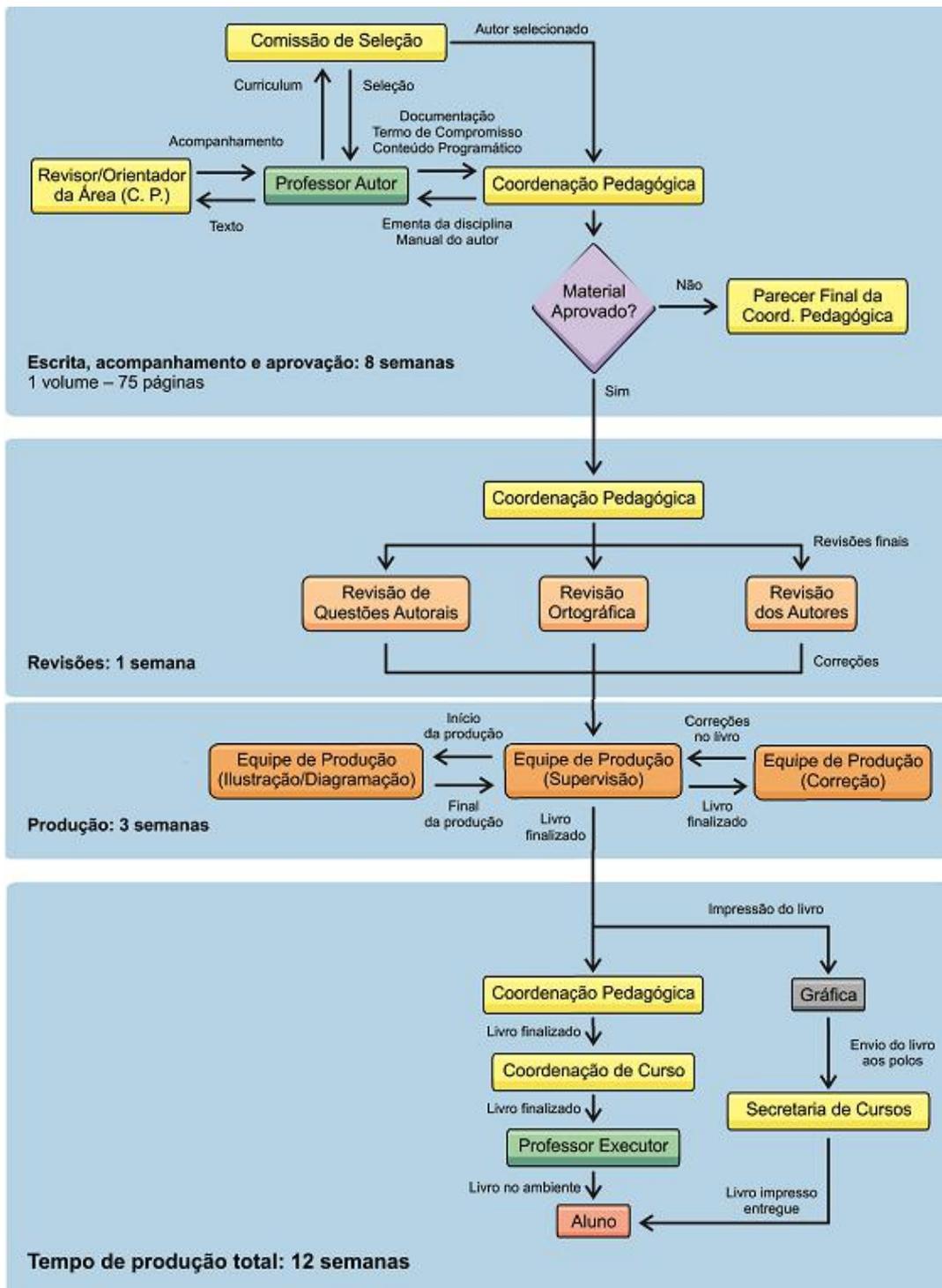
16.6. Coordenação Pedagógica do UAEADTec

A Coordenação Pedagógica (CP) da Unidade é responsável por receber a demanda de disciplinas emitidas pelas coordenações de curso. Em seguida, uma equipe faz a análise dos perfis profissionais docentes interessados na elaboração de material didático. O autor, com título de doutor, é selecionado para a escrita do material, recebe a ementa da disciplina e um revisor é alocado para realizar um processo iterativo de leituras e sugestões no manuscrito. Após a construção de quatro volumes, cada um com aproximadamente setenta e cinco páginas devidamente revisadas, a CP envia o material para a correção ortográfica. Em seguida, o material passa para a Coordenação de Produção de Material Didático. No diagrama abaixo (Figura 05), segue o fluxograma da Coordenação Pedagógica.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Figura 5 – Fluxograma da Coordenação Pedagógica





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

16.7. Coordenação de Produção de Material Didático

O material, escrito sob orientação da Coordenação Pedagógica, chega à Coordenação de Produção de Material Didático com textos revisados e corrigidos. A equipe desta coordenação realiza o processo de diagramação e edição do texto. Paralelamente, a equipe de ilustradores elabora todo o material gráfico do livro, por recomendação exclusiva do autor. Após o término da edição, o material volta para o parecer final do autor e passa a estar disponível para impressão e utilização no formato digital pelos discentes.

A UAEADTec conta também com uma gráfica exclusiva, que faz a impressão dos materiais no formato padrão especificado pela Coordenação de Produção de Material Didático, que também gerencia as atividades da gráfica.

16.7.1. Distribuição e Aplicação de Recursos

Os recursos disponibilizados para operacionalização do projeto, provenientes dos projetos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), serão utilizados para financiamento de bolsistas (pesquisadores, professores executores e tutores). Quando previsto nos editais de projetos, recursos poderão ser destinados à aquisição e instalação de equipamentos, material de consumo, serviços de terceiros de pessoas jurídica, despesas com pessoal, diárias e passagens necessárias para implementação da infraestrutura, obedecendo ao cronograma físico-financeiro de execução, sempre seguindo os padrões de funcionalidade.

16.7.2. Prestação de Contas e Outras questões do Exercício Financeiro

Ao final do prazo previsto no cronograma de execução para a realização das ações, a equipe responsável deverá elaborar relatórios de execução físico-financeira e prestar contas dos recursos recebidos de conformidade com a Instrução Normativa STN/MF n. 01, de 15 de janeiro de 1997, discriminando as atividades desenvolvidas, para atingir as metas propostas mencionando os resultados alcançados, sua contribuição para melhoria do desempenho desejado e a indicação de continuidade ao trabalho desenvolvido nesse período. O relatório financeiro constará de todas as atividades pertinentes ao exercício financeiro do projeto.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

16.7.3. Sistema que permite extração e envio de dados a SEED

O sistema informatizado para extração e envio de dados a SEED será composto pelo SIGA e o SIASG.

O Sistema SIGA é um software de gestão acadêmica desenvolvido pela Universidade Federal Pernambuco, mantido pela equipe técnica do Núcleo de Tecnologia da Informação da UFRPE, e tem por objetivo o controle acadêmico da instituição. O sistema permite o controle dos diversos cursos oferecidos, o controle do esforço docente e das atividades realizadas pelo aluno durante o vínculo com o curso.

Na área administrativa, será utilizado No sistema SIASG é possível encontrar o catálogo de materiais que permite fazer o controle do processo de compra, em todas as suas fases, desde a liberação do recurso e facilitando a prestação de contas da Instituição.

16.8. Atendimento ao Discente

O atendimento ao discente na modalidade de educação à distância é baseado de ferramentas que possibilitem a troca de informação entre os professores, tutores e a coordenação, muitas vezes sem a necessidade de um contato presencial. Para isso, aplicamos as ferramentas abaixo:

Fórum de Discussão: Esta ferramenta propiciará a interatividade entre aluno-aluno e aluno-formadores, oferecendo maiores condições aos participantes para se conhecerem, trocarem experiências e debaterem temas pertinentes. Nesse espaço os alunos poderão elaborar e expor suas ideias e opiniões, possibilitando as intervenções dos formadores e dos próprios colegas com o intuito de instigar a reflexão e depuração do trabalho em desenvolvimento, visando a formalização de conceitos, bem como a construção do conhecimento.

Chat ou Bate-Papo: Possibilita oportunidades de interação em tempo real, ou um momento de *brainstorm* entre os participantes, tornando-se criativo e construído coletivamente, podendo gerar ideias e temas para serem estudados e aprofundados. No decorrer do curso pretende-se realizar reuniões virtuais, por meio desta ferramenta, com o intuito de diagnosticar as dificuldades e inquietações durante o desenvolvimento das atividades. Neste instante, além de esclarecer as dúvidas sincronamente, caberá aos formadores levar os alunos/educadores a diferentes formas de reflexão, tais como: reflexão na ação, reflexão sobre a ação e a reflexão da ação sobre a ação, contribuindo assim para a mudança na prática pedagógica do professor.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Agenda: Todas as atividades propostas serão disponibilizadas nesta seção do ambiente. Esse recurso contribui para que o aluno possa manter-se em sintonia com as atividades que serão realizadas durante todo o processo de formação. Desta forma, será possível a realização das atividades em momentos agendados ou de livre escolha dos participantes. Nos momentos agendados, todos os participantes estarão trabalhando virtualmente em dias e horários pré-estabelecidos. Nos momentos de livre escolha os mesmos organizarão o desenvolvimento das atividades de acordo com suas possibilidades. Os formadores estarão acompanhando o desenvolvimento das atividades, dando as orientações necessárias e oferecendo apoio aos alunos.

A participação do tutor neste processo é primordial uma vez que ele irá acompanhar o desenvolvimento das atividades propostas, fazendo a verificação da participação dos cursistas, identificando os avanços e dificuldades no sentido de dar um máximo de subsídios aos professores para que ocorra uma melhor depuração do processo. Ele deverá manter o professor orientador da disciplina informado constantemente sobre o desenvolvimento dos cursistas e ser facilitador da interação com os cursistas por meio de recursos como: agenda, fórum, chat, e-mail e biblioteca, entre outros.

Horário de Atendimento: A Coordenação de Curso disponibiliza horário semanal de atendimento via telefone, e-mail ou reunião presencial (pelo menos vinte horas semanais de plantão, com escala dividida entre o Coordenador, Coordenador de Tutoria e Apoio Didático), inclusive aos sábados.

16.8.1. Apoio Psicopedagógico ao Discente

As atividades desenvolvidas pelo Setor de Psicologia envolvem a comunidade acadêmica como um todo (discentes, docentes, técnicos, terceirizados), além de familiares e comunidade local. É um trabalho amplo, que engloba públicos distintos. A abordagem é pontual, visando a minimização de situações já existentes, porém visando um caráter preventivo em determinadas circunstâncias (casos em que outros indicativos possam levar a agravamento do quadro) – nesse sentido há o trabalho em parceria com a rede assistencial ou outros profissionais da área de saúde, através do encaminhamento pelo setor.

Quanto ao apoio psicopedagógico ao Discente, há o primeiro atendimento por meio de demanda espontânea, encaminhamento por docente, coordenador de curso ou colegas de curso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

As ações desenvolvidas abordam aspectos de envolvimento nas atividades de ensino (mediação de caráter psicológico e psicopedagógica - dimensão ligada a metodologia diferenciada), pesquisa e extensão (por meio de projetos) com engajamento em atividades sociais locais (palestras) e representação em reuniões de entidades da região; contribuição técnica através de cursos de capacitação de segmentos da sociedade local; participação na seleção para residência estudantil (referente a questões que envolvam caráter psicológico); apresentação das atividades desenvolvidas pelo setor à comunidade discente (em algumas turmas iniciantes); outras atividades são desenvolvidas a partir de demandas.

Em relação aos trabalhos desenvolvidos na instituição (internos), a forma pela qual são realizados os atendimentos seguem um agendamento de datas e horários (todos os dias, de acordo com os horários estabelecidos de trabalho, englobando todos os turnos), salvo em casos emergenciais onde são atendidos de imediato.

16.8.2. Mecanismos de Nivelamento

Para contribuir também com reforço de conteúdos básicos para os estudos quantitativos, será ofertada ao estudante a disciplina Matemática Básica, como conteúdo de nivelamento, que não integra a matriz curricular, contudo reforça os estudos realizados no 2º grau.

16.8.3. Acompanhamento dos Egressos

A política de Acompanhamento e Monitoramento de egressos da UFRPE segue as diretrizes do projeto pedagógico institucional e projeto de desenvolvimento institucional, interagindo com a pesquisa e extensão e o mundo do trabalho. Tem o objetivo de desenvolver ações e promover a educação continuada para os egressos, com o auxílio das Coordenações de Curso e demais setores da UFRPE.

Neste sentido, foi criada a Coordenação de Acompanhamento e Monitoramento de Egressos – CAME que tem como objetivo, com base no PDI e PPI da UFRPE, desenvolver uma política de acompanhamento dos Egressos por meio de projetos que visam a realização de estudos, análises, parcerias, eventos temáticos, educação continuada, dentre outras ações, que possibilitem o retorno do ex-aluno a UFRPE, objetivando avaliar o grau de inserção desses profissionais no mundo do trabalho, ao mesmo tempo verificando a qualidade do ensino e a eficácia dos currículos na formação de profissionais e na



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

demanda da própria sociedade.

Desta forma, o projeto CAME tem como metas construir uma base de dados cadastrais e informações que possibilitem manter o egresso em comunicação permanente e estreito vínculo institucional; incentivar a participação do egresso em atividades da UFRPE, visando aperfeiçoamento e interação, implementando uma educação continuada; identificar o perfil do egresso, criando mecanismos de avaliação de seu desempenho profissional e institucional; identificar a adequação do curso ao exercício profissional; promoção de eventos, reuniões com egressos e coordenadores de curso, como também contato com gestores do mundo do trabalho onde nossos egressos estão inseridos, para obter opinião de como estão no desenvolvimento de suas atividades, além de disponibilizar currículos para empresas/instituições, dentre outras ações.

16.9. Estímulo a Atividades Acadêmicas

A UFRPE dispõe de um conjunto de políticas e programas institucionais de assistência estudantil que objetiva a integração dos estudantes à vida acadêmica, com o intuito de garantir a permanência e a conclusão de curso dos seus estudantes, especialmente os de baixa renda. O curso de Bacharelado em Administração Pública a Distância estimula as atividades acadêmicas através das resoluções da CEPE /UFRPE, que tem normas próprias para liberação das concessões ou bolsas. As resoluções estão abaixo elencadas:

Resolução Nº 179/2007: Define normas para concessão de Bolsas de Permanência nas modalidades transporte, alimentação e apoio acadêmico, para alunos de Graduação da UFRPE.

Resolução Nº 181/2007: Define normas para concessão de ajuda de custo para realização de Estágios Curriculares e Práticas de Ensino por discentes de Graduação da UFRPE.

Resolução Nº 182/2007: Define normas para concessão de ajuda de custo para discentes de Graduação da UFRPE para participação em eventos científicos e acadêmicos estudantis estaduais, regionais e nacionais.

Resolução Nº 183/2007: Define normas para concessão de ajuda de custo para discentes de Graduação desta Universidade, para realização de eventos científicos e acadêmicos na UFRPE.

Resolução Nº 184/2007: Define normas para concessão de ajuda de custo para



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA**

discentes de graduação da UFRPE para participação em jogos estudantis estaduais, regionais e nacionais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

17. CORPO DOCENTE DO CURSO

PROFESSOR	CPF	FORMAÇÃO ACADÊMICA		UFRPE	
		GRADUAÇÃO ÁREA/IES/ANO DE CONCLUSÃO	PÓS-GRADUAÇÃO TÍTULO/ÁREA/IES/ANO DE CONCLUSÃO	REGIME DE TRABALHO	VÍNCULO
Álvaro Furtado Coelho Júnior	072.074.364-83	Ciências Econômicas / UFCG / 2009	Doutorado / Economia / UFPE / 2015	Dedicação Exclusiva	Efetivo
Catarina Rosa e Silva de Albuquerque	021.570.674-93	Administração / FCAP / 1998	Doutorado / Administração / UFPE / 2015	Parcial	Efetivo
Felipe de Brito Lima	013.151.284-62	Comunicação Social / UFPE / 2010	Mestrado / Psicologia Cognitiva / UFPE / 2015	Dedicação Exclusiva	Efetivo
Alessandra Carla Ceolin	625.676.830-20	Ciência da Computação / UPF / 1996	Doutorado / Agronegócios / UFRGS / 2011	Dedicação Exclusiva	Efetivo
Ana Paula da Silva Farias	030.867.584-30	Administração / UFPE / 2003	Mestrado / Engenharia de Produção / UFPE / 2005	Dedicação Exclusiva	Efetivo
Caio Eduardo Silva Mulatinho	034.811.464-85	Ciências Contábeis / UFPE / 2004	Mestrado / Ciências Contábeis / UFPE / 2007	Parcial	Efetivo
Carla Renata Silva Leitão	971.481.804-49	Ciências Contábeis / UFRN / 2000	Doutorado / Administração / UFRGS / 2011	Dedicação Exclusiva	Efetivo
Elidiane Suane Dias de Melo Amaro	058.427.834-95	Administração / UFPE / 2008	Doutorado / Administração / UFPE / 2016	Dedicação Exclusiva	Efetivo
Fernando Joaquim Ferreira Maia	021.205.304-32	Direito / UNICAP / 1999	Doutorado / Direito / UFPE / 2012	Dedicação Exclusiva	Efetivo
Jorge da Silva Correia Neto	435.318.494-68	Administração / UFPE / 2002	Doutorado / Administração / UFPE / 2014	Dedicação Exclusiva	Efetivo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

José de Lima Albuquerque	401.357.724-00	Engenharia Florestal / UFRPE / 1985	Doutorado / Engenharia Florestal / UFRP/ 2002	Dedicação Exclusiva	Efetivo
Marco Aurélio Benevides de Pinho	869.045.584-15	Administração / UFPE / 1996	Mestrado / Administração / UFPE / 2005	Dedicação Exclusiva	Efetivo
Rodrigo Gayger Amaro	038.734.414-46	Administração / UFPE / 2007	Mestrado / Ciências Contábeis / UFPE / 2010	Dedicação Exclusiva	Efetivo
Ademir Macedo Nascimento	030.204.075-75	Administração / UFS / 2011	Mestrado / Administração / UFS / 2013	Parcial	Bolsista
Adherbal Lins Mazzoni	056.645.084-42	Ciências Econômicas / UFRPE / 2011	Mestrado / Administração / UFRPE / 2014	Parcial	Bolsista
Flávia de Oliveira Antunes	040.865.884-39	Administração / UFPE / 2007	Mestrado / Administração / UFPE / 2014	Parcial	Bolsista
Liliane Aparecida da Silva Santos	060.645.784-40	Administração / UFPE / 2010	Mestrado / Gestão Pública / UFPE / 2013	Parcial	Bolsista
Rafaela Rodrigues lins	065.969.004-79	Ciências Econômicas / UFRPE / 2011	Mestrado / Administração / UFRPE / 2013	Parcial	Bolsista
Anderson José de Araújo	010.073.984-93	Estatística / UFPE / 2009	Mestrado / Biometria e Estatística Aplicada / UFRPE / 2012	Parcial	Bolsista
José Amauri Nascimento Silva	047.495.904-01	Administração / UFPE / 2008	Mestrado / Administração / UFRPE / 2011	Parcial	Bolsista



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

APÊNDICE A - INFORMAÇÕES SOBRE OS POLOS PRESENCIAIS

POLO: AFRÂNIO - PE

Escola Estadual Clementino Coelho

Avenida Dom Malan, s/n, Afrânio – PE

Telefone: (87) 3868-1134

Estrutura Física Polo Afrânio:

Capacidade (Pessoas)	Quantidade	Dependência
40	07	Sala de Aula
05	01	Sala de Professores
02	01	Sala de Coordenação
04	10	WC
-	-	Área de lazer
05	01	Copa
30	02	Laboratório
20	01	Biblioteca

POLO: CAMAÇARI - BA

Prédio de capacitação, 2º andar, Rua do Telégrafo, s/n, Bairro do Natal, Camaçari - BA.

Telefone: (71) 3644-2095 R.259 / (71) 3622-9312 R.227

Estrutura Física Polo Camaçari:

Capacidade (Pessoas)	Quantidade	Dependência
70	08	Sala de Aula
15	02	Sala de Professores
04	01	Sala de Coordenação
07	07	WC
100	04	Área de lazer
05	02	Copa
40	03	Laboratório
10	01	Biblioteca



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

POLO: CARPINA - PE

Escola Jose de Lima Junior

Avenida Agamenon Magalhães s/n, Bairro São José, Carpina – PE.

Telefone: Polo: (81) 3621-5179 / (81) 3621-0960 / (81) 3622-8944

Estrutura Física Polo Carpina:

Capacidade (Pessoas)	Quantidade	Dependência
40	12	Sala de Aula
20	01	Sala de Professores
07	01	Sala de Coordenação
10	04	WC
100	01	Área de lazer
05	01	Copa
60	02	Laboratório
30	01	Biblioteca

POLO: GRAVATÁ - PE

Escola Professor Antônio Farias

Rua Quintino Bocaiúva, s/n – Bairro – Centro, Gravatá – PE.

Telefone: (81) 3533-6698

Estrutura Física Polo Gravatá:

Capacidade (Pessoas)	Quantidade	Dependência
40	16	Sala de Aula
20	01	Sala de Professores
30	01	Sala de Coordenação
16	02	WC
100	01	Área de lazer
06	01	Copa
40	02	Laboratório
35	01	Biblioteca



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

POLO: JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE

Escola Senador Aderbal Jurema

Rua Sete, s/n, Curado IV, Jaboatão dos Guararapes – PE.

Telefone: (81) 3181-3085

Estrutura Física Polo Jaboatão dos Guararapes:

Capacidade (Pessoas)	Quantidade	Dependência
40	23	Sala de Aula
15	01	Sala de Professores
05	01	Sala de Coordenação
16	04	WC
200	02	Área de lazer
08	01	Copa
60	03	Laboratório
30	01	Biblioteca

POLO: LIMOEIRO - PE

Centro Social Urbano

Rua São Vicente Férrer , 97, Bairro Juá, Limoeiro – PE.

Telefone: (81) 3628-0988

Estrutura Física Polo Limoeiro:

Capacidade (Pessoas)	Quantidade	Dependência
40	07	Sala de Aula
10	01	Sala de Professores
04	01	Sala de Coordenação
08	02	WC
100	01	Área de lazer
04	01	Copa
70	02	Laboratório
20	01	Biblioteca



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

POLO: OLINDA - PE

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos, Recife – PE.

Telefone: (81) 3183-5530 / (81) 3183-5528

Estrutura Física Polo Olinda:

Capacidade (Pessoas)	Quantidade	Dependência
50	06	Sala de Aula
12	01	Sala de Professores
12	01	Sala de Coordenação
04	02	WC
300	01	Área de lazer
05	01	Copa
30	01	Laboratório
150	01	Biblioteca

POLO: PESQUEIRA - PE

Avenida Ézio Araújo, nº 17, Centro, Pesqueira – PE.

Telefone: (87) 3835-8771

Estrutura Física Polo Pesqueira:

Capacidade (Pessoas)	Quantidade	Dependência
40	22	Sala de Aula
20	02	Sala de Professores
07	02	Sala de Coordenação
10	10	WC
100	02	Área de lazer
10	02	Copa
30	02	Laboratório
20	01	Biblioteca



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

POLO: RECIFE - PE

Centro de Formação Paulo Freire.

Rua Real da Torre, s/n, Recife – PE.

Telefone: (81) 3355-5858

Estrutura Física Polo Recife:

Capacidade (Pessoas)	Quantidade	Dependência
40	07	Sala de Aula
12	01	Sala de Professores
08	01	Sala de Coordenação
07	05	WC
200	01	Área de lazer
06	01	Copa
30	02	Laboratório
16	01	Biblioteca

POLO: SURUBIM - PE

UAB Polo Surubim

Rua Frei Ibiapina, nº 300, Bairro São José, Surubim – PE.

Telefone: (81) 3634-1434/ (81) 3634-1915 / 9999-3335

Estrutura Física Polo Surubim:

Capacidade (Pessoas)	Quantidade	Dependência
60	04	Sala de Aula
06	01	Sala de Professores
06	01	Sala de Coordenação
04	06	WC
		Área de lazer
04	01	Copa
30	01	Laboratório
15	01	Biblioteca



APÊNDICE B - EMENTAS

1º PERÍODO

Componente Curricular: Filosofia e Ética - NEAD9003

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Conceito de filosofia: filosofia como doutrina e como ato de pensar. Filosofia e outras formas de conhecimento humano. Características gerais dos grandes períodos da história da filosofia. Conceito de ética. Ética como problema teórico e como problema prático. Ética e responsabilidade. Teorias morais. Ética e “ética profissional”. Ética e política.

Conteúdo:

1 O que é filosofia? A atitude filosófica. Especificidade do conhecimento filosófico. Os gregos inventam a filosofia. O sentido da filosofia. Características gerais da História da Filosofia. A filosofia antiga. A filosofia medieval. A filosofia moderna. Sócrates e Platão: um confronto entre dois modos de entender a filosofia. A concepção socrática de filosofia: busca de sabedoria. A concepção platônica de filosofia: encontro da sabedoria. 2 Ética. Sobre a ética, a partir da crise ética. Ética e moral. Ética antiga, medieval e moderna. Ética da convicção e ética da responsabilidade. Afinal, o que é ética? “Crise ética” e “crise da ética”. Dificuldade atual de formular uma ética. A ética e a política. Poder, política e ética. Duas concepções de poder. O poder como relação entre seres humanos. Poder e liberdade. O problema ético, a “ética profissional” e a responsabilidade social na Administração Pública Brasileira. Administração pública brasileira e ética.

Referências Bibliográficas:

Básica:

ASSMANN, Selvino José. Filosofia e Ética – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012. 164p.

CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1995.

MARCONDES, Danilo. Textos básicos de Filosofia. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Complementar:

APEL, Karl-Otto. Estudos de moral moderna. Petrópolis: Vozes, 1994.

HADOT, Pierre. O que é filosofia antiga? São Paulo: Loyola, 1999.

MARCONDES, Danilo. Textos básicos de Ética: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

PLATÃO. A República. São Paulo: Martin Claret, 2002.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Componente Curricular: Introdução à Economia - ECON9001

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Conceitos e princípios de economia. Evolução do Pensamento Econômico. Noções de Microeconomia: mercado e preços; demanda e oferta; teoria do consumidor; teoria da firma; estrutura de mercado e eficiência. Noções de Macroeconomia: determinação da renda e do produto nacional; mercado de bens e serviços e lado monetário. O setor externo, câmbio e estrutura de balanço de pagamento. Setor Público: funções econômicas; estrutura tributária e déficit público. Desenvolvimento Econômico, fontes de crescimento, financiamento e modelos.

Conteúdo:

1 Conceitos fundamentais da Economia. O significado de Economia. Explicação sobre o sentido de escassez na economia. Tomada de decisões. Funcionamento das economias. Bens e serviços. Agentes econômicos. 2 Evolução do pensamento econômico. O pensamento econômico em diferentes épocas e escolas. Economia Medieval ou Economia da Idade Média. Mercantilismo. Escola Fisiocrata. Escola Clássica. Escola Marxista. Escola Neoclássica. Escola Keynesiana. 3 Mensuração da atividade econômica. O objetivo da análise econômica. Evolução dos sistemas econômicos. Funcionamento de uma economia de mercado. Mercado. Estrutura de mercado. 4 Introdução à Teoria Monetária. Introdução à Teoria Monetária. Princípios de Teoria Monetária. Tipos de moeda. Política monetária. Demanda de moeda. Oferta de moeda. Funções do Banco Central. Instrumentos de política monetária. 5 Noções de comércio internacional. Noções de comércio internacional. Os determinantes do comércio internacional. Taxa de câmbio. Balanço de pagamentos. O papel da Organização Mundial do Comércio (OMC). 6 Desenvolvimento econômico e funções do setor público. Desenvolvimento econômico: tópicos introdutórios. Guerra Fria. A economia brasileira e o desenvolvimento econômico. Fontes de financiamento. Fontes de crescimento. Funções do setor público. Intervenção governamental. O setor público nas correntes do pensamento econômico. Por que regular? O que é política fiscal? Déficit e Superávit. Opções de política fiscal. Financiamento. Política fiscal e taxa de juros. Tributação. Qualidade de Vida X Distribuição de Renda.

Referências Bibliográficas:

Básica:

MENDES et al. Introdução à economia – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 170p.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; DAVID, Begg. Introdução à economia (Para Cursos de Administração, Direito, Ciências Humanas e Contábeis. Tradução de Helga Hoffmam. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de. Manual de introdução à economia. Equipe de Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2006.

Complementar:

GREMAUD, Amaury Patrick; AZEVEDO, Paulo Furquim de; DIAZ, Maria Dolores Montoya. Introdução à economia. São Paulo: Atlas, 2007.

MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia (Edição Compacta). Tradução de Allan Vidigal Hastings. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. São Paulo: Atlas, 2003.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. Livro de Exercícios. São Paulo: Atlas, 2004.
SAMUELSON, Paul A.; NORDAUS, William D. Economia. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2004.

Componente Curricular: Psicologia Organizacional - NEAD9006

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Contribuições das teorias psicológicas para o campo do estudo das organizações. Impacto dos diversos modos de organização do trabalho na vida e saúde das pessoas. Temas da psicologia na interface com os estudos organizacionais: motivação, aprendizagem, percepção e grupos. Tensão e conflito. Processo de liderança.

Conteúdo:

1 Introdução ao estudo da Psicologia Organizacional. Introdução ao estudo da Psicologia Organizacional. O campo de ação da Psicologia Organizacional. Origem da Psicologia Organizacional. A Psicologia Organizacional no Brasil. 2 O indivíduo na organização. O indivíduo na organização. Motivação. Percepção. Aprendizagem. 3 O grupo na organização. Liderança. Características do líder. Teorias de liderança. Processo de socialização.

Referências Bibliográficas:

Básica:

CAMARGO, Denise de. Psicologia organizacional 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012. 124p.

BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. Psicodinâmica da Vida Organizacional. São Paulo: Atlas, 1997.

ZANELLI, José C.; BORGES, Jairo; BASTOS, Antonio V. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Complementar:

BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. Psicologia aplicada à administração de empresas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1982.

CHANLAT, Jean-François. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. Vol. 3. São Paulo: Atlas, 1996.

LANE, Silvia; CODO, Wanderley. Psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SCHEIN, Edgard H. Psicologia organizacional. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.

Componente Curricular: Introdução a Educação a Distância – NEAD9040

Carga Horária: 30 h



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Ementa:

Pressupostos da EAD em contraste a diferentes concepções de ensino e aprendizagem. Planejamento, qualidade e avaliação em Educação a Distância. Ferramentas tecnológicas de suporte ao estudo e à aprendizagem. Criação e edição de arquivos de texto, áudio, apresentações e vídeo. Produção colaborativa de arquivos digitais de mídia. Publicação de arquivos digitais de mídia em plataformas na web. Educação Corporativa.

Conteúdo:

1. Definições de EAD, evolução histórica e legislação vigente; 2. Conceitos básicos e diferenças entre EAD e ensino presencial; 3. Fatores relacionados ao sucesso acadêmico em EAD; 4. Roteiros e estratégias de estudo; 5. Avaliação da aprendizagem em EAD; 6. Planejamento e avaliação da qualidade em EAD na perspectiva das organizações; 7. Tecnologias de mediação da aprendizagem; 8. Gestão de conteúdos educacionais em EAD; 9. Uso colaborativo de editores de texto e slides; 10. Distribuição de arquivos de mídia em plataformas na web; 11. Educação Corporativa e sua prática nas organizações; 12. Casos de sucesso de Educação corporativa;

Referências Bibliográficas:

Básica:

TEDESCO, P.; SILVA, I. M.; SANTOS, M. S. Introdução à educação a distância. Recife: UFRPE, 2010.

_____. Tecnologia aplicada a educação a distância. Recife: UFRPE, 2010.

Componente Curricular: Seminário Integrador - NEAD9008

Carga Horária: 30 h

Programa Nacional de Formação em Administração Pública e Ensino a Distância. Organização estrutural da UFRPE. Pesquisa e publicação. Direitos do autor. Conceito de políticas públicas. Formação e gestão de políticas públicas. Ferramentas para formulação e gestão. Administração Pública e gestão de políticas públicas.

Conteúdo:

Projeto Pedagógico do Bacharelado em Administração Pública. 2 A UFRPE e sua organização institucional 3 A Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRPE. 4 Direitos autorais. 5 Políticas públicas e políticas públicas educacionais – Educação a Distância. 6 Problemas sociais, causas e diagnóstico. 7 Ferramentas de suporte aos processos de formação e gestão de políticas públicas. 8 Gerenciamento de políticas públicas.

Componente Curricular: Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração - NEAD9007



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Métodos de estudo: orientação para a leitura, análise e interpretação de texto. Ciência, metodologia e pesquisa em administração. Tipos de pesquisa. O processo de pesquisa. Instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos.

Conteúdo:

1 Orientação para estudo, leitura, análise e interpretação de texto. A Universidade como universo de conhecimento. O estudo na Universidade. Processo de leitura. Análise textual. Análise temática. Análise interpretativa. Problematização. Síntese ou conclusão pessoal. Técnicas de leitura. A técnica de sublinhar. A técnica de esquematizar. A técnica de resumir. A técnica da documentação do estudo. 2 Ciência, metodologia e pesquisa. A ciência e os diferentes tipos de conhecimentos. Conhecimento popular. Conhecimento religioso. Conhecimento filosófico. Conhecimento científico. As Ciências Sociais e suas especificidades. Método e metodologia. O que é pesquisa. 3 Tipos de pesquisa. A primeira grande divisão. O método e a forma de abordar o problema. Quanto aos objetivos da pesquisa. Quanto aos procedimentos adotados na coleta de dados. 4 O processo de pesquisa. O processo de pesquisa. Etapas da pesquisa científica. O planejamento da pesquisa. A execução da pesquisa. A comunicação dos resultados. O processo de pesquisa no Curso de Graduação em Administração Pública. 5 Instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados. Instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados. Técnicas de coleta de dados. Técnicas de análise de dados. 6 Estrutura e organização de trabalhos científicos. Os trabalhos científicos. Trabalho de Conclusão de Curso. Artigo científico.

Referências Bibliográficas:

Básica:

ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de estudo e de pesquisa em administração. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012. 164p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry, et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar:

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DEMO, Pedro. Metodologia para quem quer aprender. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUCKESI, Carlos et al. Fazer universidade: uma proposta metodológica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atualizada.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

São Paulo: Cortez, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 1997.

Componente Curricular: Teorias da Administração I - NEAD9004

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Introdução à Administração: mercado de trabalho; conceito de administração; o Administrador e seu papel na sociedade atual; formação e legislação profissional. As organizações: conceitos e ambientes competitivos globalizados. Funções administrativas e organizacionais. Composição Organizacional e Processo Administrativo. Novas tendências.

Conteúdo:

1 Introdução à Administração. Introdução. As organizações e a administração: conceitos e fundamentos. A formação profissional no campo da Administração. Teorias da Administração e das Organizações. 2 As funções administrativas e organizacionais. Funções desempenhadas pelos administradores. Níveis de administração. Número de empregados e atividades nos níveis. Funções organizacionais. Habilidades dos administradores. 3 Ambientes organizacionais e da administração. Ambientes organizacionais. Macroambiente. Ambiente de tarefa. Microambiente. 4 Processo administrativo integrado. Planejamento. Organização. Liderança. Execução e controle. 5 Composição organizacional e estrutural. Estrutura formal da organização. Tipos de organização. Departamentalização. Delegação e poder. Responsabilidade e prestação de contas. Centralização e descentralização. 6 O papel do administrador frente às mudanças na sociedade. Administração nos novos tempos. Paradigma da administração. Papel dos administradores.

Referências Bibliográficas:

Básica:

TRIGUEIRO, Francisco Mirialdo Chaves. MARQUES, Neiva de Araújo - Teorias da Administração I – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração /UFSC, 2012. 170p.

MAXIMIANO, Antônio Cesar A. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Reinaldo O. da. Teorias da administração. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

Complementar:

BATEMAN, Thomas S; SNELL, Scott A. Administração: liderança e colaboração no mundo competitivo. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

CARAVANTES, Geraldo R. et al. Administração: teorias e processos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

CHIAVENATO, Idalberto. Princípios da administração: o essencial em teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

_____. Introdução à Teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

FARIA, José C. Administração: introdução ao estudo. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

STONER, James Arthur. F.; FREEMAN, R. Edward. Administração. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999.

2º PERÍODO

Componente Curricular: Contabilidade Geral - NEAD9045

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Elementos de Contabilidade: definições. Aplicação. Exigências legais e finalidades de Contabilidade. Organização das unidades econômicas. Fatos contábeis e econômicos. Método das Partidas Dobradas: registros e sistemas contábeis. Demonstrações contábeis. Apuração do resultado do exercício. Balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício. Aspectos fundamentais da teoria contábil. Análise das informações contábeis.

Conteúdo:

1 Informações contábeis. Formas de organização de uma Entidade. Usuários. Atividades de uma Entidade. Comunicação com os usuários. Pressupostos básicos: regime de competência, continuidade. 2 Sistema Contábil. Transação e Contabilidade. Efeitos das Partidas Dobradas no Ativo e no Passivo. Demonstração dos Fluxos de Caixa. 3 Regime de Caixa e de Competência. Reconhecimento da receita. Confrontação da despesa. Ajustes. Fechamento do Exercício Social. Regime de Caixa e Competência em Ativos Não Circulantes. Sistema de Informação Computadorizado. 4 Analisando as demonstrações contábeis. Análise Vertical e Análise Horizontal. Indicadores de liquidez. Indicadores de atividade. Índices de endividamento e estrutura. Indicadores de rentabilidade. Indicadores da DFC.

Referências Bibliográficas:

Básica:

SILVA, César Augusto Tibúrcio. Contabilidade geral – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012. 134p.

IUDICIBUS, Sérgio et al. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (com Suplemento). São Paulo: Atlas, 2007/2008.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. Contabilidade básica. São Paulo: Atlas, 2008.

Complementar:

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – PRONUNCIAMENTOS. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 27 mar. 2009.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Componente Curricular: Ciência Política - NEAD9042

Carga Horária: 60 h

Ementa:

O pensamento político clássico: o conceito clássico e moderno da política. Estado e sociedade. Liberalismo e Socialismo. Democracia direta e representativa. Os atores políticos: parlamentos, partidos políticos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. Sufrágio e sistemas eleitorais; Planejamento e tomada de decisões. Decisões políticas, estratégicas, táticas e operacionais, análise política: estudo das categorias, conceitos e problemas básicos da ciência política, tais como: dominação, poder, conflito, autoridade e legitimidade. Política, participação e informação. Sistema político clássico e contemporâneo e sua influência em políticas empresariais. Destacando a importância de seu conhecimento para a Administração e relacionando-os com a realidade política brasileira atual.

Conteúdo:

1 Conceitos básicos da Ciência Política. Poder. A tipologia clássica das formas de poder. A tipologia moderna das formas de poder. Características do Poder do Estado. Organização do Estado. A preponderância do executivo e o papel da Administração Pública. 2 Fundamentos teóricos da Ciência Política. Fundamentos teóricos da Ciência Política. O pensamento liberal. O pensamento marxista. 3 Formas de governo e regimes políticos. Formas de governo e regimes políticos. Democracia e autocracia. Tipos de autocracias. Regimes autocráticos totalitários. Regimes autocráticos autoritários. Regimes autocráticos liberais. Tipos de democracias. Regimes democráticos liberais. Regimes democráticos não liberais. 4 Representação e sistemas partidários. Representação Política. Eleições Majoritárias e Eleições Proporcionais. O sistema de representação proporcional. O sistema de representação majoritária na composição dos parlamentos.

Referências Bibliográficas:

Básica:

COELHO, Ricardo Corrêa. Ciência política – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012. 159p.

BOBBIO, Noberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do Jogo. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O que é participação política. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Complementar:

GIDDENS, Anthony. Para além da esquerda e da direita. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

LEO MAAR, Wolfgang. O que é política. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAGALHÃES, José Antônio Fernandes de. Ciência política. Brasília: Vestcon, 2001.

MOISÉS, José Álvaro. Os brasileiros e a democracia. São Paulo: Ática, 1995.

WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1992.

Componente Curricular: Seminário Temático I - NEAD9047



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Carga Horária: 30 h

Ementa:

Gestão do Sistema de Saúde e Previdenciário. Segurança Alimentar. Planejamento de Sistemas Operacionais em saúde. Papéis e responsabilidades. Arquitetura de gestão. Gestão de operações. Sistematização de projeto de pesquisa e artigo científico.

Conteúdo:

1 Gestão do Sistema de Saúde Brasileiro. 2 Previdência Social. 3 Assistência Social e Segurança Alimentar. 4 Arquitetura e planejamento na gestão de saúde. 5 Gestão de operações em saúde. 6 Elaboração de projeto de pesquisa e resumo expandido (JEPEX).

Componente Curricular: Teorias da Administração II - NEAD9043

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Escolas e Evolução do Pensamento Administrativo. Gestão por função e gestão por processos. Sistema administrativo e mudança organizacional.

Conteúdo:

1 Conhecimento, Ciência e Administração. Conhecimento, ciência e administração – notas para reflexão. Senso Comum e Ciência. 2 Primórdios da Administração. Primórdios da Administração. 3 A Revolução Industrial e o pensamento da Administração: 1900 – 1950. Transformação do pensamento administrativo. Os primeiros 50 anos. Administração Sistemática. Administração Científica. Gestão Administrativa. Escola de Relações Humanas. Burocracia. 4 Escolas e abordagens do pensamento administrativo do período contemporâneo. Teorias contemporâneas. Administração Quantitativa. Comportamento Organizacional. Escola Sistêmica. Teoria Contingencial. Outras concepções teóricas. Gestão da Qualidade Total. Organizações Inteligentes. Reengenharia. Visão global das escolas contemporâneas. 5 Gestão por função e gestão por processo. Gestão por função. Gestão por processo. Análise das relações interorganizacionais e processo de convergência teórica. Guerreiro Ramos e os estudos organizacionais. Alberto Guerreiro Ramos: Cientista Social Brasileiro à frente de seu tempo. 6 Sistema administrativo e mudança na organização. Sistema Administrativo e mudança na organização. Mudança organizacional. Inspiração para mudar.

Referências Bibliográficas:

Básica:

JACOBSEN, Alessandra de Linhares. NETO, Luís Moretto. Teorias da administração II – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012. 168 p.

MARTINS-PEREIRA, José. Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo: Atlas, 2007.

PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

Complementar:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

MOTTA, Fernando C. P.; VANCONCELLOS, Isabella F. G. Teoria geral da administração. São Paulo: Pioneira Thonsom, 2005.

SALDANHA, Clezio. Introdução à gestão pública. São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, Arídio et al. Sistemas de informação na administração pública. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

WREN, Daniel A. Idéias de administração: o pensamento clássico. São Paulo: Ática, 2007.

_____. Idéias de administração: o pensamento moderno. São Paulo: Ática, 2007.

Componente Curricular: Matemática para Administradores - NEAD9046

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Teoria dos Conjuntos. Matrizes. Sistemas de equações lineares. Funções. Limites. Continuidade. Derivadas. Aplicação do conteúdo estudado em problemas administrativos.

Conteúdo:

1 Teoria dos Conjuntos. Conjuntos especiais. Subconjuntos – relação de inclusão. Conjuntos Iguais. Conjunto Universo. Outras relações entre conjuntos: diferença e complementar. Conjuntos Numéricos. Conjunto dos Números Naturais (N). Conjunto dos Números Inteiros. Conjunto dos Números Racionais. Conjunto dos Números Irracionais. Conjunto dos Números Reais. Sistemas de Coordenadas. 2 Matrizes e Sistemas de Equações Lineares. Introdução a matrizes. Matrizes Especiais. Operações com Matrizes. Igualdade de Matrizes. Adição e Subtração de Matrizes. Multiplicação de uma matriz por um número real. Multiplicação de Matrizes. Continuando com mais algumas Matrizes Especiais. Introdução a Sistemas de Equações. 3 Funções. Relação – Variação – Conservação. Notação. Funções Especiais. Significado dos coeficientes a e b da função $f(x) = ax + b$. Nomenclaturas Especiais. Interpretação Gráfica. Diferentes nomenclaturas. 4 Limite e Continuidade. Introdução: compreendendo o conceito de Limite. Existência de Limite. Caminhos para encontrar o Limite. Limites no infinito. Introdução ao conceito de continuidade Formalizando conceitos: definição de continuidade de função. 5 Derivada. Introdução ao conceito de Derivada. Taxa de Variação. Tipos de Inclinação. Definição de Derivada. Significado geométrico da Derivada. Condições de existência da Derivada. Regras de Derivação. A regra da Potência (x^n). Regra do Múltiplo – constante. Regra da soma e da diferença. A Regra do Produto. A Regra do Quociente. A Regra da Cadeia. Importância da Derivada. Pontos Extremos Relativos.

Referências Bibliográficas:

Básica:

FREITAS, Maria Teresa Menezes. Matemática para administradores – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 202p.

BOULOS, Paulo. Cálculo diferencial e integral. Vol. 1. São Paulo: Makron Books, 1999.

SILVA, Fernando Cesar Marra e; ABRÃO, Mariângela. Matemática básica para decisões administrativas. São Paulo: Atlas, 2007.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Complementar:

LARSON, Roland E.; HOSTETLER, Robert P.; EDWARDS, Bruce H. Cálculo com aplicações. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

WHIPKEY, Kenneth L.; WHIPKEY Mary Nell. Cálculo e suas múltiplas aplicações. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1982.

Componente Curricular: Macroeconomia - NEAD9044

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Fundamentos da análise macroeconômica; Problemas macroeconômicos; Modelos macroeconômicos; Contabilidade Nacional; Determinantes da demanda e oferta agregada; Moeda, juros e renda; Economia Aberta; Política econômica; O papel do governo; Inflação.

Conteúdo:

1 Macroeconomia. Definição de Macroeconomia. Problemas macroeconômicos fundamentais. Sucessos e fracassos macroeconômicos. Antecedentes da Macroeconomia. O surgimento da Macroeconomia Moderna – John Maynard Keynes. 2 Contabilidade Nacional. Fluxo Circular de Renda. A ótica da mensuração do produto. Os agregados macroeconômicos. Identidades contábeis. Economia fechada e sem governo. Economia fechada e com governo. Economia aberta e com governo. Sistema de contas nacionais. Balanço de pagamentos. 3 Oferta e demanda agregados. Oferta agregada. Demanda agregada. 4 O Modelo IS-LM. O lado IS do modelo. O lado LM do modelo. 5 Inflação e desemprego. Inflação: definições e tipos. A Curva de Phillips. A lei de Okun. 6 Políticas econômicas. Políticas econômicas ativistas e não ativistas. Razões para cautela com políticas econômicas. Políticas econômicas na prática. Política monetária. Política fiscal: antecedentes e o keynesianismo.

Referências Bibliográficas:

Básica:

HEINECK, Luiz Fernando Mählmann. Macroeconomia - 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012. 258p.

BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Complementar:

BACHA, Carlos José Caetano; LIMA, Roberto Arruda de Souza. Macroeconomia: teorias e aplicações à economia brasileira. São Paulo: Alínea, 2006.

CARVALHO, José L. et al. Fundamentos de economia: Macroeconomia. v. 1, São Paulo: Cengage Learnin, 2008.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Makron, 1991.

MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia. Rio de Janeiro:Campus, 1999.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. Introdução à economia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

3º PERÍODO

Componente Curricular: Contabilidade Pública - NEAD9051

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Elementos de contabilidade geral. Contabilidade Pública: métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Demonstrações contábeis: balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Aspectos fundamentais. Relatórios RREO e RGF.

Conteúdo:

1 Conceitos Orçamentários e Financeiros. Orçamento Público. Instrumentos de Planejamento na Administração Pública Federal. Esferas da Lei Orçamentária Anual (LOA). Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias. Princípios Orçamentários. Créditos Orçamentários e Adicionais. Descentralização Orçamentária. Programação Financeira. 2 Receitas e Despesas Públicas. Receitas. Ingressos Orçamentários (Receita Orçamentária). Ingressos Extraorçamentários. Características dos Ingressos Financeiros. Receitas Orçamentárias Efetivas e Não Efetivas. Classificações da Receita Orçamentária. Etapas e Estágios da Receita Orçamentária. Despesas. Dispêndios Orçamentários (Despesa Orçamentária). Dispêndios Extraorçamentários. Classificações da Despesa Orçamentária. Natureza da Despesa Orçamentária. Categoria Econômica. Etapas da Despesa Orçamentária. 3 Contabilidade Pública e Subsistemas de Contas. Conceitos. Objetos. Regimes Orçamentário e Contábil. Exercício Financeiro. Campo de Aplicação. Avaliação de Itens Patrimoniais. Classificação dos Fatos Contábeis Públicos. Variações Patrimoniais. Subsistemas de Contas. 4 Plano de Contas. Conceito, objetivos e composição do Plano de Contas. Estrutura Básica do Plano de Contas do Governo Federal. Contas de Controle (ativo e passivo compensado). 5 Demonstrações Contábeis. Balanço Patrimonial. Balanço Orçamentário. Balanço Financeiro. Indicadores de Gestão. Demonstração das Variações Patrimoniais. Demonstração do Resultado Econômico. Demonstrativos Exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Referências Bibliográficas:

Básica:

HADDAD, Rosaura Conceição. MOTA, Francisco Glauber Lima. Contabilidade Pública 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 150p.

MOTA, Francisco Glauber Lima. Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Brasília: autor-editor, 2009.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. Contabilidade Pública: uma Abordagem da Administração Financeira Pública. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Complementar:

ANGELICO, João. Contabilidade Pública. São Paulo: Atlas, 1994.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

CRUZ, Flavio da et al. Comentários à Lei nº 4.320: normas gerais de direito financeiro, orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. São Paulo, Atlas: 2008.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. São Paulo, Atlas, 2007.

KOHAMA, Helio. Contabilidade Pública: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2006.

MACHADO Jr., J. Teixeira. A Lei 4.320 comentada. Rio de Janeiro: IBAM, 1998.

SILVA, Lino Martins. Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo. São Paulo: Atlas, 2004.

SLOMSKI, Valmor. Manual de Contabilidade Pública: um enfoque na contabilidade municipal. São Paulo: Atlas, 2003.

Componente Curricular: Teorias da Administração Pública - NEAD9048

Carga Horária: 60 h

Ementa:

O estado, o governo e a sociedade. Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Reformas administrativas e programas de desburocratização: DASP, Decreto-Lei nº 200/67; Constituição de 1988 e Emenda Constitucional nº 19/98. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. A reforma de Estado e da administração pública: experiências inglesa, americana e brasileira. Representação e participação: gestão pública e privada. Accountability e Responsiveness: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.

Conteúdo:

1 Introdução ao estudo da Administração Pública. Administração Pública: noções básicas. Como podemos entender a Administração Pública. Governabilidade e governança (governance). 2 Administração Pública e suas tipologias. Dominação tradicional e Administração Pública Patrimonialista. Dominação racional-legal e Administração Pública Burocrática. A eficiência versus as disfunções da burocracia. A Nova Gestão Pública. 3 A Nova Gestão Pública: casos pioneiros. A configuração do Estado Gerencial. As características das estruturas organizacionais. Os servidores públicos no Estado Gerencial. As experiências pioneiras da NGP. 4 O patrimonialismo na Administração Pública brasileira. Os primórdios do patrimonialismo português na gestão colonial. O patrimonialismo no Brasil colonial. 5 A Administração Pública brasileira rumo à burocratização. Brasil: da Monarquia à República Velha. A burocratização: dos anos 1930 a 1985. 6 A Administração Pública Gerencial no Brasil. O advento da Administração Pública Gerencial. Críticas e alternativas teóricas à tipologia da Administração Pública Gerencial. Algumas reflexões críticas aos pressupostos do Gerencialismo.

Referências Bibliográficas:

Básica:

JUNQUILHO, Gelson Silva. Teorias da Administração – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 180p.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Org.). Reforma do estado e da administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Complementar:

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contra-reforma: reestruturação do estado e perda dos direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

JUNQUILHO, Gelson Silva. Gestão e ação gerencial nas organizações contemporâneas: para além do “folclore” e o “fato”. Revista Gestão & Produção, São Carlos, v. 8, n. 3, p. 304-318, Dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v8n3/v8n3a07.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2008.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. O que é burocracia. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

Componente Curricular: Instituições de Direito Público e Privado - NEAD9052

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Noções de Direito; Norma jurídica e outras normas sociais. Direito público e direito privado. Subdivisões. Fontes do direito. Conceito de Estado, sua origem e formação; Elementos de Estado: Estado de direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito; Poder e funções do Estado; Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Conceito de Constituição; classificação e poder constituinte; Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade; As Constituições brasileiras. A constituição vigente. Organização do Estado Brasileiro: Forma de Estado, forma de Governo e sistema de Governo; Poder legislativo: função, organização, garantias; Poder Judiciário: funções, organização, garantias. Poder Executivo: funções, organização, atribuições e responsabilidade. Conceito de Administração pública; Princípios; Organização administrativa. Administração Direta e indireta; Servidores públicos. Direitos e Garantias Individuais. Direitos fundamentais do Homem.

Conteúdo:

1 Noções preliminares do Direito. Norma jurídica e outras normas sociais. Direito Público e Direito Privado. Subdivisões do Direito Público e do Direito Privado. Fontes do Direito. 2 Teoria Geral do Estado. Origem. Formação. Elementos. Estado de Direito. Estado Democrático de Direito. Poder e funções do Estado. Formas de Estado. Formas de Governo. Sistemas de Governo. 3 Direito Constitucional. Constituição. Poder constituinte. Classificação das constituições. A supremacia da constituição e o controle de constitucionalidade. As constituições brasileiras. A Constituição vigente. 4 O Estado brasileiro. Forma de Estado. Forma de Governo. Sistema de Governo. Poder Legislativo. Poder Judiciário. Poder Executivo. 5 A Administração Pública. Princípios da Administração Pública. Organização administrativa. As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSICPs). As Parcerias Público Privadas (PPPs). 6 Direitos do Homem. O



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

desenvolvimento histórico dos Direitos Humanos. A Constituição brasileira e sua fundamentação nos Direitos Humanos e fundamentais.

Referências Bibliográficas:

Básica:

OLIVEIRA, João Rezende Almeida. COSTA, Tágory Figueiredo Martins. Instituições de Direito Público e Privado. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 158p.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2009.

Complementar:

BONAVIDES, Paulo. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Malheiros, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2009.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2009.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2009.

Componente Curricular: Economia Brasileira - NEAD9050

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: agricultura e indústria; comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais. Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores socioeconômicos; desemprego e informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais.

Conteúdo:

1 Fundamentos políticos da formação econômica do Brasil. Auge e declínio do modelo brasileiro de desenvolvimento. Os marcos da organização política e econômica no Brasil. Um período de rápidas transformações políticas e econômicas: 1930 a 1965. A economia brasileira nos períodos militar e democrático. O período militar. O período democrático. 2 O processo de industrialização no Brasil. Modernização e diversificação da economia brasileira. O atraso no processo de industrialização. A industrialização como objetivo central da política econômica. A trajetória mais recente do desenvolvimento industrial brasileiro. 3 Desigualdade, inflação e desemprego na economia brasileira. Os principais desequilíbrios do desenvolvimento capitalista no Brasil. O conturbado histórico da inflação brasileira na era republicana. Fatores conjunturais e estruturais na evolução do desemprego. Desigualdade de renda e desigualdades regionais. 4 A inserção externa da economia brasileira. A economia brasileira na era da globalização. Dívida externa e FMI. Déficit externo e vulnerabilidade. A atual estratégia brasileira de inserção na economia mundial.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Referências Bibliográficas:

Básica:

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. CHADAREVIAN, Pedro C. Economia Brasileira 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 138p.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). Economia brasileira. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Complementar:

ABREU, Marcelo de Paiva. A ordem do progresso: cem anos de política econômica Republicana (1889-1989). 15. tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André (Orgs.). Economia brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Atlas, 1997.

WERNER, Baer. A economia brasileira. São Paulo: Nobel, 2002.

Componente Curricular: Sociologia Organizacional - NEAD9049

Carga Horária: 60 h

Ementa:

A Sociologia e seu objeto de estudos. Conceitos básicos: relação social, estrutura e paradigmas de relacionamento, socialização e formação da cultura. Interação social: o indivíduo e a sociedade. Papel social, grupos e organização social. Organização formal e organização informal. Atitudes, valores e comportamento nas organizações. Cultura organizacional: tipologia, características e planejamento de mudanças.

Conteúdo:

1 Sociologia, relações sociais e convivência humana. A Sociologia e seu objeto de estudo. Relações Sociais. Tecnologia e relação social. A convivência humana. 2 Socialização e formação da cultura. Processo de socialização e formação da cultura. Personalidade, socialização e cultura. Elementos da cultura. 3 As organizações. Conhecendo uma organização. Conceitos de organização. Formalidade e informalidade. Tipos de organizações. Comportamento social e comportamento organizacional. Posição social e status. 4 Contexto social, administração e cultura de organização. Cultura e organização. Contexto social. Objetivo. Valores. Tecnologia. Estrutura de relacionamento. 5 Cultura das organizações: características, classificação e intervenção. Cultura das organizações: um pouco da história. As variáveis culturais e a Análise Transacional. Outras variáveis culturais. Buscando conhecer a cultura de uma organização. Intervenção na organização. Como a Análise Transacional interpreta estados do EUA.

Referências Bibliográficas:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Básica:

SILVA, Golias. Sociologia Organizacional. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 150p.

BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reinaldo C. Sociologia aplicada à administração. São Paulo: Saraiva, 2001.

DIAS, Reinaldo. Sociologia das organizações. São Paulo: Atlas, 2008.

Complementar:

CHANLAT, Jean-François. O indivíduo na organização. São Paulo: Atlas, 1992.

HERSEY, Paul P.; BLANCHARD, Kenneth H. Psicologia para administradores: a teoria e as técnicas da liderança situacional. São Paulo: Editora Peggagógica Universitária, 1986.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LANER, Aline; CRUZ JUNIOR João Benajamim. Repensando as organizações. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2004.

STONER, James A. F. Administração. 2. ed. Rio de Janeiro: McGraow-Hill do Brasil, 1982.

Componente Curricular: Seminário Temático II - NEAD9053

Carga Horária: 30 h

Ementa:

A Nova Administração Pública. Tecnologias de Gestão. Gestão de Riscos em municípios. Arranjos Produtivos Locais. Programas governamentais. Sistematização de projeto de pesquisa e artigo científico.

Conteúdo:

1 A administração municipal. 2 Tecnologias de gestão. 3 Desastres ambientais. 4 Sistemas locais de produção. 5 Programas governamentais aplicados nos municípios. 6 Elaboração de projeto de pesquisa e resumo expandido (JEPEX).

4º PERÍODO

Componente Curricular: Direito Administrativo - NEAD9058

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Conceito. Campo de Aplicação. Objeto do Direito. Sujeito direito. Pessoas jurídicas e administrativas. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Autarquias. Sociedades de economia mista. Empresas públicas. Fundações. Função pública e bens públicos. Relação de Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre Procedimento Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos. Domínio público. Intervenção na propriedade. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

contra a administração pública.

Conteúdo:

1 Gênese e evolução do Direito Administrativo. Direito Administrativo como ramo do Direito Público. História e Princípios do Direito Administrativo. O Direito Administrativo no Brasil. O ensino do Direito Administrativo. Princípios da Administração Pública. 2 Agentes públicos. Categorias de Agentes Públicos. Espécies de agentes públicos. Regime jurídico. Competência Organizacional. Sistema remuneratório dos agentes públicos. Direitos dos servidores. Responsabilidade do servidor. 3 Atos e fatos jurídicos. Os atos que movimentam a Administração Pública. Elementos do ato administrativo. Atributos do ato administrativo. Discricionariedade e vinculação. Formalização dos atos administrativos. Desfazimento dos atos administrativos. Prescrição dos atos inválidos. Poder de polícia. Intervenção na propriedade privada. 4 Serviço público e função pública. A organização da Administração Pública. Estrutura da Administração Pública brasileira. Entidades paraestatais (em colaboração). O terceiro setor e o direito administrativo brasileiro. 5 Licitação e Contrato Administrativo. Previsão Constitucional. A licitação. Contratos Administrativos. Convênios administrativos. Consórcios públicos. 6 Transparência e controle da Administração. Transparência na gestão pública. Controle da Administração. Controle interno. Controle externo. Crimes contra a Administração Pública.

Referências Bibliográficas:

Básica:

OLIVO, Luiz Carlos Cancelier de. Direito administrativo – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 160p.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2009.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2009.

Complementar:

ANTUNES ROCHA, Cármen Lúcia. Princípios constitucionais dos servidores públicos. São Paulo: Saraiva, 1999.

CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

Componente Curricular: Seminário Temático III - NEAD9059

Carga Horária: 30 h



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Ementa:

Políticas Sociais. Sistema Público de Emprego. Gasto Social do Governo. Educação. Política Industrial. Políticas Agrícolas. Sistematização de projeto de pesquisa e artigo científico.

Conteúdo:

1 Desenvolvimento e política social. 2 Financiamento de políticas públicas. 3 Políticas educacionais. 4 Política Industrial. 5 Políticas agrárias e desenvolvimento rural. 6 Elaboração de projeto de pesquisa e resumo expandido (JEPEX).

Componente Curricular: Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público - NEAD9056

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Fundamentos de sistemas, processos e informações; Tecnologia e sistemas de informações aplicações no setor público e privado; Gestão de tecnologia da informação no setor público; Planejamento Estratégico e Tecnologia da Informação; Governo Eletrônico; Governança Tecnológica; Padrões de Sistemas de Informação e Políticas Públicas.

Conteúdo:

1 Introdução aos Sistemas e Processos de Informação. Sistemas e Processos de Informação. Sistemas. Classificação de Sistemas. Informação. Sistema de Informação (SI). Gestão Integrada. Gestão por Função. Gestão por Processo. 2 Tecnologias e Sistemas de Informação. Tecnologias e Sistemas de Informação. Supply Chain Management (SCM). Fundamentos de SCM. Estrutura do Modelo de SCM. Customer Relationship Management (CRM). Conceito. Estágios Evolutivos do CRM. Aspectos Organizacionais. Enterprise Resource Planning (ERP). E-business. E-commerce, ou Comércio Eletrônico. E-government. Business Intelligence (BI) e Ferramentas de Suporte. Data Mining ou Mineração de Dados. Integrando os conceitos. 3 Gestão Estratégica e Sistemas de Informação (SIs). Gestão Estratégica e Sistemas de Informação (SIs). Gestão do Conhecimento (GC). Capital Intelectual (CI). Balanced Scorecard (BSC). Alinhamento entre Estratégia de Negócio e Estratégia de TI.

Referências Bibliográficas:

Básica:

ALBUQUERQUE, Jader Cristiano Magalhães. Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 148p.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. Gerenciamento de sistemas de informação. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

STAIR, Ralph M. Sistemas de informação: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

Complementar:

BOAR, Bernard. Tecnologia da informação: a arte do planejamento estratégico. 2. ed. São



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Paulo: Berkeley, 2002.

CASSARRO, Antonio Carlos. Sistema de informações para tomada de decisões. São Paulo: Pioneira, 1999.

LAURINDO, Fernando. Tecnologia da informação: eficácia das organizações. São Paulo: Futura, 2003.

O'BRIEN, James A. Sistemas de Informação e as decisões gerenciais na era da Internet. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

Componente Curricular: Teorias das Finanças Públicas - NEAD9054

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Finanças públicas: teorias, conceitos, evolução. Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e dívida pública. Renúncia de receita. Política fiscal e distribuição de renda. O problema previdenciário no Brasil. Reforma tributária e federalismo fiscal.

Conteúdo:

1 Estado e Economia. Gramsci e a Hegemonia. Hegemonia. Crise Hegemônica. Schumpeter, Downs e a Concorrência Política. Cidadãos. Políticos. Burocratas. Poderes e Níveis de Governo. 2 Os Setores Público e Privado. A Fronteira entre os Setores Público e Privado. Rivalidade e Exclusão. Externalidades. Regulamentação de Utilidades Públicas. Carga Tributária. A Crescente Participação do Setor Público. A Lei de Wagner. Situações Políticas Excepcionais. 3 Tributo. Receitas. Tributos Segundo Categorias Econômicas. Base Tributária. Principais Tributos. Incidência. A Incidência Econômica. Qualificações. 4 Despesa. Estrutura da Despesa. O Estado como Produtor. Avaliação do Investimento Público. Redistribuição de Renda. Incidência de Impostos e Gastos Públicos. 5 Déficit Público e Dívida Pública. Tipos de Déficit Público. O Sistema Financeiro Nacional. Déficit Público e Nível de Atividade Econômica. A Evolução e a Sustentabilidade da Dívida Pública. Estabilização e Crescimento Econômico. Federalismo Fiscal e a Estabilização.

Referências Bibliográficas:

Básica:

JUNQUILHO, Gelson Silva. Teorias da Administração Pública. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 180p.

Junquilha, Gelson Silva Teorias da administração pública / Gelson Silva Junquilha. – 2. ed. reimp. – Florianópolis:

Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2012. 180p. : il.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. Finanças Públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

REZENDE, Fernando. Finanças Públicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Complementar:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

MANKIW, N. Gregory. Introdução à Economia. São Paulo: Thompson Pioneira, 2005.
RIANI, Flávio. Economia do Setor Público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

Componente Curricular: Organização, Processos e Tomada de Decisão - NEAD9055

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Organização e reorganização. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico. Processos: fluxogramas e otimização. Condicionantes e componentes da estrutura organizacional: autoridade, responsabilidade e comunicação; estratégia, tecnologia, ambiente, pessoas e objetivos. Departamentalização. Centralização e Descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; tendências atuais. A função decisão no contexto da Administração. Administração como um processo de tomada de decisões empresarial: análise estratégica, alocação e mobilização dos recursos, especificações e desempenho. Tipos de decisão. Métodos e processos de tomada de decisão. Instrumentos para a tomada de decisão.

Conteúdo:

1 Organização e reorganização. Conceito de organização. Organograma, tipologias e layout. Gestão de processos. Características de processos. 2 Estruturas organizacionais. Tipos de estruturas. Características estruturais. Comportamentos organizacionais. 3 A função decisão no contexto da Administração. Noções preliminares sobre a história do processo decisório. Modelo Administrativo ou Teoria da Racionalidade Limitada. Tipos, estilos e níveis de tomada de decisão. Pensamento linear e sistêmico no processo decisório. 4 Liderança, informação e comunicação no processo decisório. Liderança e processo decisório. Informação e processo decisório. A tecnologia da informática como apoio à decisão. A importância da comunicação no ambiente da tomada de decisão. Os novos caminhos na pesquisa sobre a tomada de decisão. 5 Processo decisório nos setores público e privado. As dimensões da decisão no setor público. As dimensões da decisão no setor privado.

Referências Bibliográficas:

Básica:

PRÉVE, Altamiro Damian. MORITZ, Gilberto de Oliveira. PEREIRA, Maurício Fernandes. Organização, Processos e Tomada de Decisão. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 184p.
D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. Organização, sistemas e métodos. São Paulo: Atlas, 2001.
GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira. Tomada de decisão gerencial: enfoque multicritério. São Paulo: Atlas, 2002.

Complementar:

ARAÚJO. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional. Vol. I. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. Organização, sistemas e métodos. Vol. II. São Paulo: Atlas, 2006.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

MOTTA, Fernando Prestes; VASCONCELOS, Isabella Gouveia. Teoria geral da administração. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. Faces da decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão. São Paulo: Makron Books, 1997.

RAMOS, Guerreiro Alberto. A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

SIMON, Herbert Alexander. Comportamento administrativo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970.

Componente Curricular: Estatística Aplicada à Administração - NEAD9057

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Fases do método estatístico. Dados brutos e derivados. Medidas de tendência central, separatrizes, medidas de dispersão. Probabilidade. Distribuições discretas e contínuas. Amostras e populações. Testes de hipóteses.

Conteúdo:

1 Fases do Método Estatístico, População e Amostra. Fases do Método Estatístico. Definição do Problema. Planejamento. Coleta de Dados. Organização de Dados. Apresentação de Dados. Análise e Interpretação de Dados. População e Amostras. Amostragens Probabilísticas. Amostragens não Probabilísticas. 2 Distribuições de Frequências e Representação Gráfica. Distribuições de Frequências. Distribuições de Frequências de uma Variável Quantitativa Contínua. Distribuições de Frequências de uma Variável Qualitativa. Distribuições de Frequências de uma Variável Quantitativa Discreta. Representação Gráfica. 3 Medidas de Posição e Dispersão. Medidas de Posição. Média. Moda. Mediana. Separatrizes. Medidas de Dispersão. Amplitude Total. Variância. Desvio Padrão. Coeficiente de Variação. 4 Probabilidade. Experimento Aleatório. Espaço Amostral. Evento. Definições de Probabilidades. Probabilidade Condicional. Regra do Produto e Eventos Independentes. Algumas Regras Básicas de Probabilidades. 5 Distribuição de Probabilidades Discretas e Contínuas. Distribuições Discretas. Distribuição Binomial. Distribuição de Poisson. Distribuições Contínuas. Distribuição Normal. Distribuições Amostrais. Distribuição t de Student. Distribuição de Qui-Quadrado. Distribuição de F. Noções de Estimação. Estimação por Intervalos. Dimensionamento de Amostras. 6 Testes de Hipóteses. Estrutura dos Testes de Hipóteses. Teste de Hipótese para uma Média. Teste de Hipótese para a Razão de duas Variâncias. Teste de Hipótese para a Diferença entre Médias. Teste de Hipótese para a Diferença entre Proporções. Teste de Qui-Quadrado de Independência. Associação entre Variáveis.

Referências Bibliográficas:

Básica:

TAVARES, Marcelo. Estatística aplicada à administração. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 220p.

BRUNI, Adriano Leal. Estatística aplicada a gestão empresarial. São Paulo. Editora Atlas, 2007.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

MCCLAVE, James T.; BENSON, P. George; SINCICH, Terry. Estatística para administração e economia. Traduzido por Fabrício Pereira Soares e Fernando Sampaio Filho. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

5º PERÍODO

Componente Curricular: Planejamento e Programação na Administração Pública - NEAD9060

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Planejamento e políticas públicas. Teorias e modelos de planejamento governamental. Enfoque sistêmico e estratégico de planejamento. Métodos, técnicas/características e etapas Avaliação e acompanhamento como parte do processo de planejamento. Construção de indicadores de monitoramento e avaliação. Evolução do planejamento governamental no Brasil. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento. Planejamento governamental no Brasil contemporâneo: concepção, estrutura e sistema do PPA.

Conteúdo:

1 Introdução ao Planejamento Público. Por que Planejar. O Plano. Principais Abordagens de Planejamento Público. 2 Planejamento Estratégico Situacional. O Momento Explicativo. O Momento Normativo. O Momento Estratégico. O Momento Tático-operacional. 3 Evolução do Planejamento Governamental no Brasil. Estado, Administração Pública e Planejamento. Reforma do Estado e da Administração Pública. 4 Planos de Desenvolvimento no Brasil. Experiências do Planejamento Governamental no Brasil. 5 A Estrutura do Planejamento Governamental. A Constituição Federal de 1988 e o Planejamento. Os Planos Plurianuais – PPA. Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal – SPOF. 6 Práticas Participativas na Gestão e no Planejamento. A Participação na Administração Pública Brasileira no Período Recente. Vantagens e Desvantagens em Processos Participativos. Planejamento Estratégico Participativo (PEP).

Referências Bibliográficas:

Básica:

MISOCZKY, Maria Ceci Araujo. GUEDES, Paulo. Planejamento e Programação na Administração Pública. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 182p.

IANNI, Otávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MATUS, Carlos. Adeus, senhor presidente: governantes governados. São Paulo: FUNDAP, 1997.

Complementar:

CARVALHO, Horácio M. Introdução à teoria do planejamento. São Paulo: Brasiliense, 1976.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

FERREIRA, Francisco Whitaker. Planejamento sim e não. 15ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HUERTAS, Franco. O método PES: entrevista com Matus. São Paulo: FUNDAP, 1996.

LAFER, Betty M. Planejamento no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1970.

MATUS, Carlos. Estratégias políticas. São Paulo: FUNDAP, 1996.

Componente Curricular: Matemática Financeira e Análise de Investimento - NEAD9063

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Capitalização simples e composta. Descontos simples e compostos. Equivalência de fluxos de caixa em regimes de capitalização simples e composta. Anuidades ou rendas. Sistemas de amortização. Inflação e correção monetária. Fluxos de caixa e análise de investimentos. Critérios econômicos de avaliação de projetos: taxa interna de retorno, valor presente líquido e índice de lucratividade.

Conteúdo:

1 Conceitos Fundamentais de Matemática Financeira. Elementos Básicos. Fluxo de Caixa. Taxa de Juros. 2 Regime de Juros Simples (Capitalização Simples). Conceitos e Fórmulas Básicas. Taxas de Juros Proporcionais e Equivalentes. Taxas Proporcionais. Taxas Equivalentes. Descontos em Regime de Juros Simples. Conceito de Desconto. Desconto Racional (Por Dentro). Desconto Comercial (Desconto Bancário, ou Por Fora). Custo Efetivo do Desconto Comercial Simples. Equivalência de Capitais. Equivalência de Fluxos de Caixa. Equivalência de Fluxos de Caixa em Desconto Racional. Equivalência de Fluxos de Caixa em Desconto Comercial. 3 Regime de Juros Compostos. Fórmulas Básicas. Capitalização e Descontos. Taxas de Juros em Regime de Juros Compostos. Desconto em Juros Compostos. Valor Presente de um Fluxo de Caixa. Taxa Interna de Retorno de um Fluxo de Caixa. Equivalência de Fluxos de Caixa. 4 Rendas, ou Anuidades. Classificação das Rendas. Nomenclatura Adotada. Equivalências Básicas em Rendas. Rendas Postecipadas e Imediatas. Rendas Postecipadas e Diferidas. Rendas Antecipadas e Imediatas. Rendas Fracionárias: a questão da taxa de juros. 5 Sistemas de Amortização. Sistema de Prestação Constante (SPC). Sistemas de Amortização Constante (SAC). 6 Avaliação Econômica de Projetos de Investimento. Dados Básicos para o Estudo dos Projetos. Métodos de Análise. Análise Comparativa dos Métodos. 7 Inflação e Correção Monetária. Índice de Preços. Índice e Taxa de Inflação ou de Correção Monetária. Taxas de Juros Aparente e Real. Índice de Correção Monetária como Inflator e como Deflator. Financiamentos com correção Monetária.

Referências Bibliográficas:

Básica:

PUCINI, Ernesto Coutinho. Matemática Financeira e Análise de Investimentos. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; CAPES: UAB, 2012.

ASSAF NETO, Alexandre. Matemática Financeira e suas aplicações. São Paulo: Atlas, 2008.

MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. Matemática Financeira. São Paulo:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Atlas, 2009.

Complementar:

ASSAF NETO; LIMA, Francisco Glauber. Curso de administração financeira. São Paulo: Atlas, 2008.

FARIA, Rogério Gomes. Matemática Comercial e Financeira. São Paulo: Ática, 2007.

FARO, Clóvis F. Fundamentos de matemática financeira. São Paulo: Saraiva, 2006.

PUCCINI, Abelardo Lima. Matemática financeira objetiva e aplicada. São Paulo: Saraiva, 2008.

Componente Curricular: Gestão de Operações e Logística I - NEAD9062

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Evolução e conceitos de logística e de administração de materiais. Previsão da demanda interna de bens e serviços. Estudo do gerenciamento da administração de recursos materiais, como função básica de administração. Gestão de transportes. Gestão de estoques e materiais. Gestão de compras. Gestão de fornecedores (contratos). Administração de Patrimônio.

Conteúdo:

1 Introdução à Logística. Definição de Logística. Nível de Serviço. Qualidade do Serviço Logístico. Atividades da Logística. Tempo do Ciclo do Pedido. Processo Logístico. Administração de Materiais. Distribuição Física. Equilíbrio de Custos sob a Ótica da Logística. Planejamento da Logística. 2 Gestão do Processamento do Pedido. Definição de Gestão do Processamento do Pedido. Manutenção da Informação. 3 Gestão de Transporte. Análise Comparativa dos Modais. Custos de Transporte. Fatores que Impactam os Custos do Modal de Transporte. 4 Gestão de Estoque. Definição de Gestão de Estoque. Razões para a Organização Manter Produtos em Estoque. Classificação dos Estoques. Custos Relacionados ao Estoque. Planejamento de Estoque. Controle de Estoque. Gestão de Compras. Seleção de Fornecedores. Armazenagem. Tipos de Armazéns. Gestão de Almoxarifado. Inventário. Manuseio de Materiais. Embalagem de Proteção. Classificação de Materiais. Administração de Patrimônio. Classificação dos Recursos Patrimoniais. Depreciação. Vida Econômica dos Recursos Patrimoniais.

Referências Bibliográficas:

Básica:

ROSA, Rodrigo de Alvarenga. Gestão de Operações e Logística I. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 158p.

BALLOU, Ronald H.. Logística Empresarial. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 6. ed. São Paulo: Bookman, 2006.

Complementar:

FRANCISCHINI, Paulino, G.; GURGEL, Floriano do Amaral. Administração de Materiais e do Patrimônio. São Paulo: Thomson/Pioneira, 2004.

KEEDI, Samir. Transportes, Unitização e Seguros Internacionais de Carga. São Paulo:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Aduaneiras, 2006.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. São Paulo: Saraiva, 2003.

POZO, Hamilton. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2007.

VIANA, João, J. Administração de Materiais: um enfoque prático, São Paulo: Atlas, 2008.

Componente Curricular: Legislação Tributária e Comercial - NEAD9064

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Envolve conceitos sobre Direito Empresarial e sua evolução. Pessoas Físicas e jurídicas. Atos e fatos jurídicos. Empresário. Empresa. Estabelecimento Empresarial/Comercial. Obrigações profissionais do Empresário/Comerciante. Sociedades Empresariais/Comerciais, sua constituição, modificação, extinção e liquidação. Contratos em geral. Títulos de crédito. Noções de falência e Recuperação Judicial. Envolve conceitos de Direito Tributário, tais como, conhecimento sobre ramos do Direito Público, com ênfase no ramo do Direito Tributário. Estudo das normas constitucionais relativas ao sistema tributário nacional e das normas gerais de Direito Tributário. Estudo e discussão da legislação tributária federal, estadual e municipal.

Conteúdo:

1 Introdução ao Direito Tributário. Conceito e Objeto do Direito Tributário. Princípios Constitucionais do Direito Tributário. Noção de Tributo. Elementos da Obrigação Jurídica Tributária. Classificação dos Tributos. Receitas Originárias. 2 Direito e Legislação Tributária. O Crédito Tributário e suas garantias. A Constituição do Crédito Tributário – O Lançamento. Causas Suspensivas do Crédito Tributário – Artigo 151 do CTN. Causas Extintivas do Crédito Tributário – Artigo 156 do CTN. Exclusão do Crédito Tributário. Impostos em Espécie. 3 Empresário e sociedade empresária. Estabelecimento empresarial. Nome empresarial. Direito societário. Falência. Recuperação judicial. Títulos de crédito. Protesto de títulos e documentos de dívida (Lei 9.492/97). Microempresa e empresa de pequeno porte (LC 123).

Referências Bibliográficas:

Básica:

RODRIGUES, Luiz Antônio Barroso. Direito e Legislação Tributária. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 72p.

Rodrigues, Luiz Antônio Barroso Direito empresarial / Luiz Antônio Barroso Rodrigues. – 2. ed. reimp. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2012. 144p. : il.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Curso de Direito Empresarial. 2. ed. São Paulo: Jus Podium, 2008.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

Complementar:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito societário. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial. Vol. 2, 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
RESTIFFE, Paulo Sérgio. Manual do novo direito comercial. São Paulo: Dialética, 2006.

Componente Curricular: Gestão de Pessoas no Setor Público - NEAD9061

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Evolução da gestão de pessoas. Conceitos da gestão de pessoas. Processos de gestão de pessoas. Planejamento estratégico de pessoas. Gestão de equipes, gestão por competências e gestão do conhecimento. Gestão de pessoas no setor público: teoria e prática. Admissão e dispensa de servidores públicos. Cargos e salários. Programas de incentivos e benefícios. Prêmios e recompensas. Desenvolvimento de pessoas. Políticas de desenvolvimento de servidores. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Avaliação de desempenho individual. Sistemas de informações gerenciais na gestão de pessoas. Higiene e segurança no trabalho. Qualidade de vida no trabalho. Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público.

Conteúdo:

1 Introdução à Gestão de Pessoas. Evolução da Gestão de Pessoas no Setor Público. Estabelecendo Relações entre Conceitos. Planejamento Estratégico de Pessoas. Gestão de Pessoas no Serviço Público. 2 Processos de Cargos, de Carreiras e de Admissão de Servidores. Processo de Desenho de Cargos. Conceitos de Cargo. Desenho de Cargos. Planejamento de Carreira. Admissão e Dispensa de Servidores Públicos. Admissão de Servidor Público. Processos de Recrutamento e Seleção de Pessoas. Processo de Recrutamento. Processo de Seleção. Provas de Conhecimentos. Prova de Títulos. Dispensa de Servidor Público. 3 Processos de Recompensas e de Desenvolvimento. Remuneração e Incentivos. Incentivo, Remuneração, Recompensa, Salário. Remuneração Estratégica. Benefícios. Processos de Treinamento e Desenvolvimento (T&D). Processo do Treinamento. 4 Avaliação, Informação e Bem-Estar. Avaliação de Desempenho Humano. Sistemas de Informações Gerenciais. Higiene e Segurança no Trabalho. Qualidade de Vida no Trabalho. Clima e Cultura Organizacionais. 5 Gestão da Organização Moderna e Tendências da Gestão de Pessoas. Gestão de Equipes. Gestão por Competências. Gestão do Conhecimento. Tendências da Área de Gestão de Pessoas no Serviço Público.

Referências Bibliográficas:

Básica:

OLIVEIRA, José Arimatés de. MEDEIROS, Maria da Penha Machado de. Gestão de Pessoas no Setor Público. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 182p.

LIMA, Paulo Daniel Barreto. A excelência em Gestão Pública. Rio de Janeiro: QualityMark,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

2007.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Práticas de recursos humanos – PRH: conceitos, fundamentos e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.

Complementar:

ARAÚJO, Luís Cesar G. Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2006.

BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. Administração de recursos humanos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DEMO, Gisela. Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, Peter M. A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Best Seller, 1990.

ZARIFIAN, Philippe. Objetivo competência: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

6º PERÍODO

Componente Curricular: Elaboração e Gestão de Projetos - NEAD9072

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Planejamento e projeto: conceituação, Estruturas organizacionais voltadas para projeto. Habilidades de gerente de projetos. Equipes de projeto. Ciclos e fases do projeto: fluxo do processo. Definição do escopo do projeto. Identificação de restrições. Planejamento de recursos e estimativas. Definição dos controles de planejamento do projeto. Criação do plano de projeto. Avaliação e controle do desempenho do projeto. Planejamento, programa e controle de projetos e produtos especiais, produzidos sob encomenda. Métodos e técnicas utilizados na avaliação econômica e social de projetos. Avaliação do risco e do retorno dos projetos. Análise de custos futuros gerados pelo projeto. Aceleração de projetos. Organização geral. Aplicação de técnicas de Gantt, CPM, PERT/TEMPO e PERT/CUSTO. Uso de software para gerenciamento de projetos.

Conteúdo:

Introdução ao Estudo de Projetos; Uso de Projetos na Área Pública; Um Pouco da História sobre Projetos; Conteúdos Presentes em um Projeto; Ciclo de Vida de um Projeto; Elaboração de Projetos; Escopo; Definição das Atividades e da Estrutura Analítica do Projeto; Definição das Precedências das Atividades; Cronograma e Diagramas de Dependência; Método do Caminho Crítico, ou Critical Path Method (CPM); PERT/Tempo e PERT/Custos; Avaliação de Projetos; Custos e Despesas Futuras de Projetos; Risco e Retorno; Análise de Projetos Alternativos; Técnicas Quantitativas para Avaliação de Projetos; O Excedente do Consumidor; Administração de Projetos; Organização e a Equipe de Projetos; Planejamento e Desempenho de Custos; Disciplinas em Projetos.

Referências Bibliográficas:

Básica:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

CARVALHO, Claudinê Jordão de. *Elaboração e Gestão de Projetos*. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 120p.

CLEMENTE, Ademir (Org.). *Projetos empresariais e públicos*. São Paulo: Atlas, 2002.

MAXIMIANO, Antônio Cesar A. *Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Complementar:

CARVALHO, Marly Monteiro; REBECHINI JUNIOR, Roque. *Gerenciamento de projetos na prática (casos brasileiros)*. São Paulo: Atlas, 2006.

CLEMENTS, James P.; GIDO, Jack. *Gestão de projetos*. São Paulo: Thomson, 2007.

CONTADOR, Cláudio R. *Projetos sociais: avaliação e prática*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MOURA, Dácio Guimarães; BARBOSA, Eduardo F. *Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

PMI. *PMI-BOK – Book of Knowledge*. Trad. Equipe PMI-MG. Belo Horizonte: PMI/MG, 2002.

Componente Curricular: Gestão de Operações e Logística II - NEAD9071

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Introdução a operações e à natureza do serviço. Operações de serviço. Sistemas e processos de serviço. Projeto e organização do posto de trabalho. Arranjo físico e fluxo. Localização de instalações. Gestão de filas. Gestão da capacidade e da demanda. Relacionamento com clientes e fornecedores. Melhoria operacional: produtividade, qualidade, garantia e recuperação de falhas. Planejamento e gestão da rede de operações e serviço.

Conteúdo:

Introdução às Operações e Serviços: Operações de Serviço; Sistemas e processos de Serviço; Relacionamento com Clientes e Fornecedores. Localização e Arranjo Físico: Localização de Instalações; Arranjo Físico e Fluxo; Ambientes de Trabalho; Projeto e Organização do Posto de Trabalho; Noções de Ergonomia. Gestão de Operações Logísticas: Planejamento e Gestão de Rede de Operações de Serviço; Gestão de Filas; Gestão da Capacidade e da Demanda; Melhoria Operacional.

Referências Bibliográficas:

Básica:

CARDOSO, Patrícia Alcântara. *Gestão de Operações e Logística II*. 2. ed. reimp – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 150p.

CARDOSO, P. A. *Gestão de Operações e Logística II*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2012.

Complementar:

ARNOLD Jr., Tony. *Administração de materiais: uma introdução*. São Paulo: Atlas, 1999.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

JOHNSTON, Robert; CLARK, Grahan. Administração de Operações de Serviços. São Paulo: Atlas, 2002.

FRITZSIMMONS, James A.; FRITZSIMMONS, Mona J. Administração de Serviços. Porto Alegre: Bookman, 1998.

SLACK. Nigel et al. Administração da Produção. São Paulo: Atlas, 2002.

Componente Curricular: Administração Estratégica - NEAD9070

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Evolução do pensamento estratégico. Administração Estratégica e Planejamento Estratégico. Vantagens e desvantagens do Processo de Planejamento Estratégico. Etapas do processo de Planejamento Estratégico na Administração Pública: implantação, controle e avaliação do processo de Planejamento Estratégico.

Conteúdo:

Introdução à Administração Estratégica: A Evolução do Pensamento Estratégico e Planejamento: Importância, Conceitos e Elementos de um Modelo de Plano Estratégico; Etapas do Processo de Planejamento Estratégico na Administração Pública: Etapas do Processo de Planejamento Estratégico na Administração Pública: Declaração de Valores, Missão, Visão e Fatores Críticos de Sucesso; Análise Ambiental: Análise Externa, Análise Interna e Matriz FOFA; O Processo Estratégico: Conceito, Questões Estratégicas, Estratégias e Ações Estratégicas (Implementação, Acompanhamento e Controle); A Prática do Planejamento Estratégico na Administração Pública e Casos Reais de Planejamento Estratégico no Setor Público.

Referências Bibliográficas:

Básica:

PEREIRA, Maurício Fernandes. Administração Estratégica. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 166p.

THOMPSON Jr., Arthur A.; STRICKLAND III, Alonzo J. Planejamento estratégico: elaboração, implementação e execução. São Paulo: Pioneira, 2000.

JOHNSON, Guerry; SHOLES, Kevan; WHITTINGTON, Richard. Explorando a estratégia corporativa. Porto Alegre: Bookman, 2007.

Complementar:

HITT, Michel A.; IRELAND, R. Duane.; HOSKISSON, Robert E. Administração estratégica: competitividade e globalização. São Paulo: Thompson, 2008.

Componente Curricular: Orçamento Público - NEAD9069

Carga Horária: 60 h



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Ementa:

Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento: receita e despesa. Execução orçamentária e financeira: etapas da receita e da despesa. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.

Conteúdo:

Introdução ao Planejamento e ao Orçamento Público; O Papel do Orçamento na Gestão Pública; O que é Orçamento Público? Sistema Brasileiro de Planejamento e Orçamento; Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual e Classificações das Receitas e Despesas Públicas; Lei Orçamentária Anual; Finalidade e Conteúdo; Receitas Públicas; Classificação Orçamentária das Receitas; Despesas Públicas; Classificações Orçamentárias das Despesas; Sistemas de Informações Orçamentárias e Elaboração da Lei Orçamentária Anual; Sistemas de Informações Orçamentárias e Elaboração da Lei Orçamentária Anual; Sistemas de Informações Orçamentárias; Elaboração da Proposta Orçamentária; Orçamento Participativo; Apreciação Legislativa da Proposta Orçamentária; Execução, Controle e Evolução do Orçamento Público; Execução da Lei Orçamentária Anual; Cronograma de Desembolso e Programação Financeira; Licitação; Empenho, Liquidação e Pagamento; Analisando o Perfil das Despesas; Execução de Despesas por Convênios e Contratos; Avaliação e Controle da Gestão Orçamentária; Instâncias de Avaliação e Controle; Instrumentos de Avaliação e Controle; Avaliação de Desempenho; Evolução e Perspectivas do Orçamento Público; O Orçamento como Processo Evolutivo.

Referências Bibliográficas:

Básica:

SANTOS, Rita de Cássia Leal Fonseca dos. Orçamento público 2. ed. reimp – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 150p.

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 2. ed. Brasília: Editora Paulo Henrique Feijó, 2008.

GIACOMONI, James. Orçamento público. 11. ed. Amp. Rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2002.

Complementar:

CORE, Fabiano Garcia. Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos públicos. Anais do IX Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Madrid, España, 2004. Disponível em: <<http://www.clad.org.ve/fulltext/0049604.pdf>>.

FREITAS, Mário S. N. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. Bahia Análise e Dados. Salvador, 2003. Disponível em: <http://wi.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/financas/pag_09.pdf>.

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

<www.preac.unicamp.br/arquivo/materiais/txt_apoio_ronaldo_garcia.pdf>.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil: planejamento e políticas públicas, 2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/ppp/pdf/ppp26.pdf#page=6>>. Acesso em: 9 abr. 2009.

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado I - NEAD9243

Carga Horária: 150 h

Ementa:

O Estágio Curricular Supervisionado tem por objetivo proporcionar ao discente a realização de atividades na área de gestão pública, aprimorando sua formação profissional e contribuindo à realização de discussões e reflexões sobre os conteúdos e práticas de gestão.

Conteúdo:

1 Formalização do Estágio Curricular Supervisionado. 2 Relatório do Estágio Curricular Supervisionado.

Referências Bibliográficas:

UFRPE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 678, de 17 de Dezembro 2008. Estabelece norma para organização e regulamentação do Estágio Supervisionado Obrigatório para os estudantes dos Cursos de Graduação da UFRPE e dá outras providências.

7º PERÍODO

Componente Curricular: Auditoria e Controladoria - NEAD9076

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Probidade administrativa. Princípios e sistema de controle na administração pública. Controle social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na administração pública Fluxo da gestão governamental (PPA, LDO, LOA). Conceitos de Auditoria Governamental. Tipos de Auditoria Governamental. Controles da Administração Pública. Elaboração de Relatório de Auditoria.

Conteúdo:

Controle Estatal; Probidade Administrativa; Princípios do Controle na Administração Pública Estatal; Abrangência da Administração Direta e da Administração Indireta; Introdução ao Estudo do Controle Estatal e Transparência no Brasil; Controle Social; Princípio da Publicidade e Transparência na Administração Pública; Transparência: divulgação, compreensão e iniciativas populares; Organização do Controle Externo e do Controle Interno; Organização do Controle Externo e do Controle Interno; Fiscalização Orçamentária, Financeira, Contábil e Patrimonial; Organização do Controle Externo na



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

União nos Estados e nos Municípios; Principais Atividades dos Órgãos de Controladoria; Introdução à Auditoria Governamental; Conceito e Finalidades da Auditoria; Modalidades, Tipos e Formas de Auditoria Governamental; Como Executar a Auditoria e o que deve ser feito para se Tornar um Auditor.

Referências Bibliográficas:

Básica:

CRUZ, Flávio da. Auditoria e Controladoria. 2. ed. reimp – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 180p.

CRUZ, Flávio da. Auditoria governamental. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUNKES, Rogério João; SCHNORREBERGER, Darci. Controladoria: na coordenação dos sistemas de gestão. São Paulo: Atlas, 2009.

Complementar:

MACHADO, Marcus Vinícius Veras; PETER, Maria da Glória Arrais. Manual de auditoria governamental. São Paulo: Atlas, 2003

CRUZ, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo. Controle interno nos municípios. 3. ed. São Paulo, Atlas, 2006.

SLOMSKY, Valmor. Controladoria e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas, 2005.

SANTOS, Gerson dos. Manual de administração patrimonial. Florianópolis: Papa-livro, 2003.

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado II - NEAD9244

Carga Horária: 150 h

Ementa:

O Estágio Curricular Supervisionado tem por objetivo proporcionar ao discente a realização de atividades na área de gestão pública, aprimorando sua formação profissional e contribuindo à realização de discussões e reflexões sobre os conteúdos e práticas de gestão.

Conteúdo:

1 Formalização do Estágio Curricular Supervisionado. 2 Relatório do Estágio Curricular Supervisionado.

Referências Bibliográficas:

UFRPE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 678, de 17 de Dezembro 2008. Estabelece norma para organização e regulamentação do Estágio Supervisionado Obrigatório para os estudantes dos Cursos de Graduação da UFRPE e dá outras providências.

Componente Curricular: Tecnologia e Inovação - NEAD9079

Carga Horária: 60 h



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Ementa:

História da tecnologia. Conceitos fundamentais: ciência, tecnologia e inovação. Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação. Principais condicionantes do processo de inovação tecnológica. Gestão da inovação tecnológica. Avaliação de projetos de P&D. Financiamento para a inovação no Brasil. Tecnologias convencionais e tecnologias sociais. Novas tecnologias e suas implicações sociais. As TICs em foco.

Conteúdo:

Conceitos Fundamentais; Do Início até os Dias de Hoje; Ciência, Tecnologia e Inovação Tecnológica; Indicadores e Condicionantes do Processo de Inovação; Indicadores de Inovação Tecnológica; Condicionantes da Inovação Tecnológica; Intensidade Tecnológica; Padrões Setoriais de Inovação Tecnológica; Influência da Localização Geográfica sobre o Processo de Inovação; Estratégias Organizacionais; Estratégias Tecnológicas; Tecnologias Básicas, Críticas e Emergentes; Cooperação para a Inovação; Avaliação de Projetos de PD&I; Financiamento para a Inovação; Inovação para o Desenvolvimento Sustentável; Tecnologias Convencionais e Tecnologias Sociais; Inovação e Desenvolvimento Sustentável; As TICs em Foco; Um Novo Entendimento das Organizações Contemporâneas.

Referências Bibliográficas:

Básica:

PINTO, Miriam de Magdala. Tecnologia e inovação. 2. ed. reimp – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 150p.

CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline França de (Orgs.). Gestão integrada da inovação: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2008.

TIGRE, Paulo Bastos. Gestão da Inovação: a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Complementar:

BRUNO, Lúcia (Org.) Organização, trabalho e tecnologia. São Paulo: Atlas, 1986.

LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (Orgs.). Tecnologia e desenvolvimento social e solidário. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

TARAPANOFF, Kira (Org.) Inteligência organizacional e competitiva. Brasília: Editora UNB, 2001.

WARSCHAUER, Mark. Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate. São Paulo: Editora Senac, 2006.

Componente Curricular: Negociação e Arbitragem - NEAD9077

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Mediação e arbitragem: o marco regulatório brasileiro. Negociação: conceitos e princípios; o conflito; o negociador; o objeto; o lugar; os modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; feedback. Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; a sentença arbitral.

Conteúdo:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Negociação: histórico e conceitos fundamentais; A Negociação como Instrumento e Estratégia de Sobrevivência; Áreas Fontes de Conhecimento para a Negociação; Negociação: o processo; Negociação e Comunicação; Negociação: um processo a ser gerenciado; A Negociação em Processo: estratégias, estilos, táticas e técnicas; Negociação e Setor Público; Arbitragem: histórico e processo; Mediação e Arbitragem: conceito e razão de ser; Mediação e Arbitragem: procedimentos.

Referências Bibliográficas:

Básica:

PINHEIRO, Ivan Antônio. Negociação e arbitragem. 2. ed. reimp – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 80p.

CARMONA, Carlos A. Arbitragem e processo: um comentário à Lei nº 9.307/96. São Paulo: Atlas, 2004.

MARTINELLI, Dante P.; GHISI, Flávia A. Negociação: aplicações práticas de uma abordagem sistêmica. São Paulo: Saraiva, 2006. **Complementar:**

BURBRIDGE, R. Marc et al. Gestão de negociação. São Paulo: Saraiva, 2005.

CARVALHAL, Eugênio do et al. Negociação e administração de conflitos. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FALJONE, Ademar. Negociações sindicais: como negociar em tempos de globalização. São Paulo: Makron Books, 1998.

HIRATA, Renato H. Estilos de negociação. São Paulo: Saraiva, 2007.

MAGRO, Maíra; BAETA, Zínia. Guia valor econômico de arbitragem. Rio de Janeiro: Globo, 2004.

Componente Curricular: Gestão da Regulação - NEAD9080

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Direito e Economia da Regulação e da Concorrência; O Poder Regulatório do Estado e Concessão de Serviços Públicos; Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil; Defesa do Consumidor; Defesa da Concorrência. O marco regulatório brasileiro: legislação, órgãos e entidades (nacionais, estaduais e municipais).

Conteúdo:

Estado e Sociedade: a necessária regulação; O Marco Regulatório Brasileiro.

Referências Bibliográficas:

Básica:

PINHEIRO, Ivan Antônio. Gestão da Regulação. 2. ed. reimp – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 94p.

PINDICK, Robert. S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

MOLL, Luiza Helena. Agências de regulação do mercado. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

Complementar:

ARAGÃO, Alexandre Santos de. A organização e controle social das agências reguladoras:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

crítica aos anteprojetos de lei. Porto Alegre: ABAR, 2004.

CAMARGO, Ricardo A. L. Agências de regulação no ordenamento jurídico-econômico brasileiro. Porto Alegre: Fabris, 2000.

SALGADO, Lucia H. A economia política da ação antitruste. São Paulo: Singular, 1997.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. Direito, Economia e mercados . Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Cap. 6 – Regulação dos Serviços Públicos.

Componente Curricular: TCC I - NEADXXXX

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Elaboração do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso. Artigo científico e monografia: estrutura e organização. Normas da ABNT. Normas para elaboração e apresentação de trabalhos científicos. Redação científica: considerações gerais. Produção e revisão textual do TCC. Seminários de divulgação científica

Conteúdo:

Elaborar o TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, tendo em vista características do gênero científico requerido (artigo científico e/ou monografia) e as normas da ABNT.

Referências Bibliográficas:

Básica:

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Complementar:

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.) Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. Série Educação a

Distância. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MONTEIRO, G. Guia para a elaboração de projetos, trabalhos de conclusão de curso (TCCs), dissertações e teses. São Paulo:

Edicon, 1998.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. Metodologia de pesquisa. Porto Alegre: Artmed, 2006

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez Editora — Autores Associados. 1986

8º PERÍODO

Componente Curricular: Relações Internacionais - NEAD9083



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Analisar as relações internacionais no período contemporâneo e verificar como se encontra estruturado o sistema internacional. Temas como a globalização, a regionalização, a interdependência e aqueles que têm ocupado a agenda dos governos nos anos de 1990, tais como as organizações internacionais e não-governamentais, o meio ambiente, os direitos humanos, os conflitos étnicos e religiosos, os nacionalismos e o terrorismo.

Conteúdo:

Conceitos Fundamentais; Sociedade e suas Instituições; Política, Poder, Estado e Governo; Liberalismo e Marxismo; Mercado e Estado: o público e o privado na regulação da vida social; O Estado de Bem-Estar Social: histórico e tipologias; Histórico; Modelos de Estado de Bem-Estar Social; Políticas Públicas: teorias e métodos de análise; Modelos Teóricos para a Análise de Políticas Públicas; Ciclos de Políticas Públicas.

Referências Bibliográficas:

Básica:

RODRIGUES, Thiago Moreira de Souza. Relações Internacionais. 2. ed. Reimp – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 164p.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. O que são relações internacionais. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SEITENFUS, Ricardo. Manual das organizações internacionais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

Complementar:

PASSETTI, Edson; OLIVEIRA, Salete (orgs.). Terrorismos. São Paulo: Educ, 2006.

RESENDE, Paulo-Edgar; DOWBOR, Laislau; IANNI, Octavio (orgs.). Desafios da globalização. Petrópolis: Vozes, 2002.

ROMÃO, Wagner; XAVIER, Marcos; RODRIGUES, Gilberto (orgs.). Cidades em relações internacionais. São Paulo: Desatino, 2009.

VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luis Eduardo; MARIANO, Marcelo (orgs.). Dimensão subnacional e as relações internacionais. São Paulo: Unesp/Educ, 2004.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Relações exteriores do Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

Componente Curricular: Gestão Ambiental e Sustentabilidade - NEAD9082

Carga Horária: 60 h

Ementa:

A evolução da gestão ambiental; as políticas de comando e controle; conceitos e propostas para um desenvolvimento sustentável; a evolução da legislação ambiental; o novo papel dos Municípios, dos Estados e da União na gestão ambiental pública; o setor público como cliente e seu poder de compra; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); o desenvolvimento regional sustentável; as políticas do governo brasileiro frente aos acordos internacionais de proteção ambiental.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Conteúdo:

Questões Ambientais e sua Evolução; A Evolução da Consciência Ambiental; Impactos Ambientais; Desenvolvimento Sustentável; Agenda 21 Global; Agenda 21 Brasileira; Agenda 21 Local; Conferência de Joanesburgo: Rio+10; Produção e Consumo Sustentável; Gestão Ambiental e a Perspectiva Pública; Gestão Ambiental Pública; Educação Ambiental e Conscientização; Gestão Ambiental Doméstica; Sistema de Gestão Ambiental, P+L e Ecodesign; Sistema de Gestão Ambiental e a ISO 14000; Produção Mais Limpa; Conceituando e Diferenciando a P+L; Ecodesign.

Referências Bibliográficas:

Básica:

NASCIMENTO, Luis Felipe. Gestão Ambiental e Sustentabilidade. 2. ed. reimp – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 146p.

MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson; SATTERTHWAITE, David. Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

NASCIMENTO, Luís Felipe; LEMOS, Ângela Denise Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu. Gestão Socioambiental Estratégica. Porto Alegre: Editora Bookman, 2008.

Complementar:

BIDERMAN, Rachel et al. Guia de compras públicas sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/guia_compras_sustentaveis.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2009.

BUARQUE, Sergio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Rio de Janeiro: Gramond, 2002.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios. Campinas: Papyrus, 2003.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS L. Hunter. Capitalismo Natural: criando a próxima Revolução Industrial. São Paulo: Cultrix, 1999.

QUINTAS, José Silva. Introdução à Gestão Ambiental Pública. Coleção Meio Ambiente – Série Educação Ambiental. IBAMA, Brasília, 2002.

Componente Curricular: Políticas Públicas e Sociedade - NEAD9081

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Introdução ao estudo das políticas públicas. Conceitos fundamentais: políticas públicas, público e privado, público e estatal, público e governamental. Estado, mercado e esfera pública. O Estado de Bem-Estar Social, a formação da cidadania moderna e o desenvolvimento da democracia. Histórico do Estado de Bem-Estar Social. Tipologias de Estados de Bem-Estar Social. A formação da Agenda Pública. A questão da decisão e da não decisão. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos políticos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. Implementação e avaliação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

das políticas públicas. Tendências das políticas públicas no início do século XXI. Liberalismo, social democracia e políticas públicas. O efeito da globalização para as políticas públicas. A participação da sociedade na decisão e acompanhamento da execução das políticas públicas: a gestão democrática. Compreender os grupos étnicos “minoritários”. Políticas afirmativas para populações étnicas e políticas afirmativas específicas em educação.

Conteúdo:

Exploração de conceitos como Sociedade, Estado, Política e Governo, entre outros; Sociedade e suas Instituições; Política, Poder, Estado e Governo; Liberalismo e Marxismo; Mercado e Estado: o público e o privado na regulação da vida social; Políticas Públicas; Diferença entre Administração Patrimonial e a Administração Burocrática; Razões que levam os indivíduos a se organizarem para a realização dos interesses comuns; A conjuntura histórica que funda o Estado de Bem-Estar Social; Caracterização dos modelos de Estado de Bem-Estar Social, segundo Esping-Andersen; Variáveis que contribuem na formação de um modelo de Estado de Bem-Estar, segundo Esping-Andersen; Diferença entre análise política de análise de Políticas Públicas; Modelos teóricos que influenciam a análise de Políticas Públicas; Nova Gestão Pública; Agenda de Política Pública.

Referências Bibliográficas:

Básica:

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. Políticas Públicas e Sociedade. 2. ed. reimp – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012. 98p.

BOLETIM DE POLÍTICAS SOCIAIS: Acompanhamento e análise. Rio de Janeiro BRAVO, M I (org.). Política social e democracia. São Paulo: Cortez, 2001.

BRESSER PEREIRA, L.C et al. (org.). Sociedade e Estado em transformação. São Paulo: ENAP, 1999.

CUNILL GRAU, N. Repensando o público através da sociedade. Rio: ENAP, 1998.

DAGNINO, E. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. Rio: Paz e Terra, 2002.

IPEA, 2000-. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. BRASIL. Ministério da Educação. Relatório de evolução do Programa Bolsa Escola 2002/2003. Disponível em:<<http://www.mec.gov.br/secie/estrut/serv/resultado/default.asp>>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola. Relatório de Evolução da Implantação do Planejamento Estratégico 2002/2003 do PNBE. Disponível<http://www.mec.gov.br/secie/estrut/serv/resultado/relatorio_de_evolucao.pdf>.

HENRIQUES, R. (Org.). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

INSTITUTO CIDADANIA. Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. Instituto Cidadania/Fundação Djalma Guimarães, 2001.

LISBOA, M. B; MENEZES FILHO, N.A. (Org.). Microeconomia e sociedade no Brasil. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.

MEDEIROS, M. C. Trajetória do welfare state no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão, n. 852).

Complementar:

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

MARTINS, Adalberto (organizador), O cooperativismo no pensamento Marxista. Caderno das Experiências Históricas da Cooperação, Nº02. São Paulo, CONCRAB, 2000.

OLIVEIRA, Francisco. Os direitos do Antivalor. A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis, Vozes, 1998.

PEREIRA, Edmilson de Almeida. Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescentes em educação. São Paulo: Paulinas, 2007.

SANTOS, Renato Emerson dos. (org.) Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil. 2 ed. Belo Horizonte: Gutemberg, 2009.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Minas Gerais: Ed. da UFMG, 2001.

CANCLINI, Nestor. Consumidores e cidadãos. 5. ed. Rio de Janeiro: ED. da UFRJ, 2005

Componente Curricular: TCC II - NEADXXXX

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Elaboração do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso. Artigo científico e monografia: estrutura e organização. Normas da ABNT. Normas para elaboração e apresentação de trabalhos científicos. Redação científica: considerações gerais. Produção e revisão textual do TCC. Seminários de divulgação científica

Conteúdo:

Elaborar o TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, tendo em vista características do gênero científico requerido (artigo científico e/ou monografia) e as normas da ABNT.

Referências Bibliográficas:

Básica:

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Complementar:

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.) Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. Série Educação a

Distância. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MONTEIRO, G. Guia para a elaboração de projetos, trabalhos de conclusão de curso (TCCs), dissertações e teses. São Paulo:

Edicon, 1998.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. Metodologia de pesquisa. Porto Alegre: Artmed, 2006

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez Editora — Autores Associados. 1986



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

OPTATIVAS

Componente Curricular: Informática para Administradores - NEAD9068

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Estrutura de computadores. Softwares. Aplicativos: processadores de textos, planilha eletrônica e apresentação de slides. Sistemas Computacionais: características, noções de modelagem de dados. Bancos de dados. Internet e páginas web. Correio Eletrônico: uso corporativo, atividades em grupo.

Conteúdo:

Tecnologia de Informação; Hardware; Elementos de entrada de dados; Elementos de processamento de dados; Elementos de saída de dados; Elementos de memória auxiliar; Software; Automações na atualidade do mercado; Automação de escritório; Automação de Serviços; Automação de fábricas; Automação comercial; Gestão informatizada em organizações da iniciativa privada; Gestão informatizada na esfera governamental; O que é internet; O que é Software de navegação na internet e quais os principais disponíveis no mercado; Como navegar na internet; O que é um gerenciador de mensagens, e quais os encontrados no mercado; O Popmail; Administração da comunicação por e-mail; O que é um editor de textos e quais são encontrados no mercado?; Versões do Writer; Compondo planilhas eletrônicas com o BrOffice Calc; O que é uma planilha e quais são encontradas no mercado; Versões do Calc; Preparando suas apresentações com o BrOffice Impress; O que é um sistema de apresentação e quais são encontrados no mercado?; Criando uma apresentação; Estruturando banco de dados com o BrOffice Base; O que é um banco de dados.

Referências Bibliográficas:

Básica:

ALMEIDA, Mário de Souza. Schenini, Pedro Carlos. Informática para administradores. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012. 164p.
NORTON, Peter. Introdução à informática. São Paulo: Pearson Makron Books, 1996.
STAIR, Ralph M. Princípios de Sistemas de Informação: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1998.

Complementar:

GORDON, Steven R.; GORDON, Judith R. Sistemas de informação: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2006.
LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. Sistemas de informação com Internet. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1999.
O'BRIEN, James A. Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da Internet. São Paulo: Saraiva, 2003.
REBOUÇAS DE OLIVEIRA, Djalma de Pinho. Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas, operacionais. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2007.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

TURBAN, Efraim; RAINER Jr., R. Kelly, POTTER, Richard E. Administração de tecnologia da informação. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

Componente Curricular: Língua Brasileira de Sinais (Libras) - NEAD 9032

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Aspectos clínicos; educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais; Noções de variação. Experimentação dos sinais: desenvolvendo a expressão gestual visual espacial; Conhecendo a Surdez; Quem é o Aluno Surdo e sua Família; História da Educação de Pessoas Surdas; O Outro da Educação: A Pessoa Surda; O Mundo dos Surdos; Aquisição da Linguagem: Língua Portuguesa x Libras; Libras, que Língua é essa?; Estrutura Gramatical da Libras

Conteúdo:

Inclusão social dos Surdos: Tipos de surdez; Legislação pertinente a LIBRAS; Metodologias aplicadas na educação de surdos; Importância do intérprete em sala de aula; Língua Brasileira de Sinais; Classificação da língua; Estrutura gramatical da Língua; Configuração de mãos; Alfabeto Manual; Sinais básicos.

Referências Bibliográficas:

Básica:

FALCÃO, Luiz Albérico. Aprendendo a LIBRAS e reconhecendo as diferenças: um olhar reflexivo sobre a inclusão: estabelecendo novos diálogos. 2. ed., rev. ampl. Recife: Ed. do Autor, 2007.

LACERDA, Cristina Braglia Feitosa. Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental . 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

KLIMSA, Bernardo Luís Torres; SAMPAIO, Maria Janaina Alencar; KLIMSA, Severina Batista de Farias. Língua brasileira de sinais - Libras. Recife: UFRPE, 2010.

FALCÃO, Luiz Albérico. Surdez, cognição visual e libras: estabelecendo novos diálogos. Recife: Ed. do Autor, 2010.

LOURENÇO, Érika. Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva. Belo Horizonte: Autêntica; Ouro Preto: UFOP, 2010.

ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valer Roberto. Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

Complementar:

DICIONÁRIO enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira: libras. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

EDUCAÇÃO de surdos. Manaus, AM: Ministério da Educação, 2005. 8 discos a laser para computador.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro ilustrado de língua Brasileira de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez . São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

FREITAS, Marcos Cezar de. Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

juventude. São Paulo: Cortez, 2006.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais. Belo Horizonte: Autêntica, Ouro Preto: UFOP, 2010.

SMIERS, Joost. Artes sob pressão: promovendo a diversidade cultural na era da globalização. São Paulo: Instituto Pensarte, Escrituras, 2006.

GADOTTI, Moacir. Diversidade cultural e educação para todos. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

Componente Curricular: Redação Oficial - NEAD9087

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Características do texto administrativo e a linguagem oficial aplicadas na produção de documentos e correspondências oficiais e empresariais.

Conteúdo:

Redação Oficial; Características da Redação Oficial; Pronomes de Tratamento; Comunicações e Documentos Oficiais; Ofício; Memorando Oficial; Carta; Mensagem eletrônica; Ata; Atestado; Edital de Convocação; Requerimento; Comunicado ou aviso; Portaria; Certidão; Telegrama; Fax; Produção Textual e Revisão Gramatical; A Atividade de Produção Textual; Técnicas de comunicação verbal: a produção de sentidos pela escrita; Pontos de Revisão Gramatical; Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Referências Bibliográficas:

Básica:

FERREIRA, Eric Duarte. CAMBRUSSI, Morgana Fabiola. Redação Oficial. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012. 138p.

BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Congresso Nacional – Câmara dos Deputados. Manual de Redação. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

Complementar:

BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. 12. ed. São Paulo: Ática, 1995.

FLORES, Lúcia Locatelli. Redação oficial. 3 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

GOLD, Mirian. Redação empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização. 3. ed. São Paulo: Pearson Pretice Hall, 2005.

MEDEIROS, João Bosco. Correspondência: técnicas de comunicação criativa. 13 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Patrimônio e documentação. Padronização e redação dos atos oficiais. 2 ed. rev. e atual. Florianópolis: SEA, 2003.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Componente Curricular: Seminário Temático I na LFE I - NEAD9065

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Projeto de pesquisa na LFE I. Normalização. Tipos de pesquisa. Instrumentos de pesquisa.

Conteúdo:

1 Partes constituintes do projeto de pesquisa. 2 Referenciação. 3 Pesquisa qualitativa X quantitativa. 4 Entrevista, questionário, formulário, filmagem. 5 Coleta e análise de dados. 6 Elaboração de projeto de pesquisa.

Referências Bibliográficas:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

_____. NBR 15287: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação, Rio de Janeiro, 2006.

GUNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? Psicologia: teoria e pesquisa, v.22, n.2, p. 201-210, 2006.

ZANELLA, L. C. H. Metodologia de estudo e de pesquisa em administração. Florianópolis: UFSC; Brasília, DF: CAPES: UAB, 2009.

Componente Curricular: Seminário Temático I na LFE II - NEAD9066

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Projeto de pesquisa na LFE I. Normalização. Tipos de pesquisa. Instrumentos de pesquisa.

Conteúdo:

1 Partes constituintes do projeto de pesquisa. 2 Referenciação. 3 Pesquisa qualitativa X quantitativa. 4 Entrevista, questionário, formulário, filmagem. 5 Coleta e análise de dados. 6 Elaboração de projeto de pesquisa.

Referências Bibliográficas:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

_____. NBR 15287: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação, Rio de Janeiro, 2006.

GUNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? Psicologia: teoria e pesquisa, v.22, n.2, p. 201-210, 2006.

ZANELLA, L. C. H. Metodologia de estudo e de pesquisa em administração. Florianópolis: UFSC; Brasília, DF: CAPES: UAB, 2009.

Componente Curricular: Seminário Temático I na LFE III - NEAD9067

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Projeto de pesquisa na LFE I. Normalização. Tipos de pesquisa. Instrumentos de pesquisa.

Conteúdo:

1 Partes constituintes do projeto de pesquisa. 2 Referenciação. 3 Pesquisa qualitativa X quantitativa. 4 Entrevista, questionário, formulário, filmagem. 5 Coleta e análise de dados. 6 Elaboração de projeto de pesquisa.

Referências Bibliográficas:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

_____. NBR 15287: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação, Rio de Janeiro, 2006.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

GUNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? Psicologia: teoria e pesquisa, v.22, n.2, p. 201-210, 2006.

ZANELLA, L. C. H. Metodologia de estudo e de pesquisa em administração. Florianópolis: UFSC; Brasília, DF: CAPES: UAB, 2009.

Componente Curricular: Seminário Temático II na LFE I - NEAD9073

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Elementos textuais da pesquisa.

Conteúdo:

Fundamentação teórica da pesquisa.

Referências Bibliográficas:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ZANELLA, L. C. H. Metodologia de estudo e de pesquisa em administração. Florianópolis: UFSC; Brasília, DF: CAPES: UAB, 2009.

Componente Curricular: Seminário Temático II na LFE II - NEAD9074

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Elementos textuais da pesquisa.

Conteúdo:

Fundamentação teórica da pesquisa.

Referências Bibliográficas:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ZANELLA, L. C. H. Metodologia de estudo e de pesquisa em administração. Florianópolis: UFSC; Brasília, DF: CAPES: UAB, 2009.

Componente Curricular: Seminário Temático II na LFE III - NEAD9075

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Elementos textuais da pesquisa.

Conteúdo:

Fundamentação teórica da pesquisa.

Referências Bibliográficas:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ZANELLA, L. C. H. Metodologia de estudo e de pesquisa em administração. Florianópolis: UFSC; Brasília, DF: CAPES: UAB, 2009.

Componente Curricular: Empreendedorismo Governamental - NEAD 9360

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Fundamentos do Empreendedorismo – definição e origem; migração do Estado patrimonialista ao Estado empreendedor; empreendedorismo privado x público; razões do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

empreendedorismo. Gestão Empreendedora – análise de cenários; identificação de oportunidades; o ciclo orçamentário e as proposições de ações; casos de sucesso; gestão por resultados; Perfil e Comportamento Empreendedor – síndromes, mitos, características, habilidade inata ou comportamento aprendido, empreendedor e intraempreendedor, e empreendedor estratégico.

Conteúdo:

Fundamentos do Empreendedorismo; Definição e Origem do Empreendedorismo; Definição de Empreendedorismo; Origem do Empreendedorismo; Brasil: de Estado Patrimonialista para a Administração Pública Gerencial; Será que Tudo Depende do Governo?; Incubadoras de Empresas; Razões para se Empreender; Metodologia Balanced Scorecard (BSC); Mapeamento de Processo; Análise de Cenários; Ambiente Externo – Análise Exógena; Ambiente Interno – Análise Endógena; Declaração de Missão; Missão; Visão; Definição de Objetivos; Definição de Metas; Planificação de Metas; Perfil e Personalidade Empreendedora; Empreendedor e Intra-empreendedor; O Mito do Empreendedor; O Empreendedor, o Gerente e o Técnico; Perfil e Personalidade Empreendedora; O Empreendedor Estratégico

Referências Bibliográficas:

Básica:

TSUFA, Evandro. Empreendedorismo Governamental. 2. ed. reimp – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2011. 108p.
GERBER, Michael E. Empreender Fazendo a Diferença. São Paulo: Fundamento, 2004.
REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. Planejamento Estratégico Municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, Prefeituras e Organizações Públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

Complementar:

ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.
BANDEIRA, Cynthia. Aprender a Empreender. Juiz de Fora: Esdeva, 2006.
HERMANN, Ingo Louis. Empreendedorismo e Estratégia. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2005.
MINTZBERG, Henry. AHLSTRAND, Bruce. LAMPEL, Joseph. Safári de estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2000.
SOLONCA, Davi. Gestão por Resultados na Administração Pública. 2. ed. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2007.

Componente Curricular: Gestão da Qualidade no Setor Público - NEAD9240

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Considerações sobre o setor público. Qualidade: conceitos e princípios. Planejamento e controle da qualidade. Ferramentas. Melhoria em operações. Qualidade em serviços: projeto, desenho de processos, programação de serviços e controle de qualidade.

Conteúdo:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Caracterização do Setor Público; A Necessária Ênfase na Qualidade; A Natureza dos Serviços e o seu Planejamento; A Programação e Controle de Serviços e Aspectos Estruturais. Caracterização do Setor Público.

Referências Bibliográficas:

Básica:

ERDMANN, Rolf Hermann. Gestão da Qualidade no Setor Público. 2. ed. reimp – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 114p.

CAMPOS, Vicente Falconi. Gerência da qualidade total. Rio de Janeiro: Bloch, 1990.

FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de serviços. Porto Alegre: Bookman, 2000.

Complementar:

CAMPOS, Vicente Falconi. TQC: gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia. Belo Horizonte: UFMG, Escola de Engenharia, 1994.

CORRÊA, Henrique L.; CAON, Mauro. Gestão de serviços. São Paulo: Atlas, 2002.

DEMING, W. Edwards. Qualidade: a revolução da administração. Rio de Janeiro: Marques-Saraiva, 1990.

DEMING, William. Edwards. Saia da crise: as 14 lições definitivas para controle de qualidade. São Paulo: Futura, 2003.

JURAN, Joseph M; GRYNA, Frank M. Controle da qualidade. São Paulo: Makron: McGraw-Hill, 1991.

_____. A qualidade desde o projeto: novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços. São Paulo: Pioneira, 1992.

LOVELOCK Christopher; WRIGHT Lauren. Serviços: marketing e gestão. São Paulo: Saraiva, 2006.

SCHMENNER, Roger W. Administração de operações em serviços. São Paulo: Futura, 1999.

Componente Curricular: Licitação, Contratos e Convênios - NEAD9242

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade, modalidades, pregão eletrônico e presencial, fases, revogação e invalidação, controle. Contratos: formalização, direitos e deveres, execução, alteração, inexecução, extinção, espécies, controle. Convênios: aspectos gerais, participantes, objeto, formalização, controle.

Conteúdo:

Conceitos técnicos; Modalidades e formas de Contratação; Inexigibilidade e Dispensas de licitação; - O Edital; Modalidades e regras gerais de licitação; O Contrato Administrativo e seu equilíbrio econômico-financeiro; Execução e imprevisão dos Contratos; Modalidades de contratos; Convênios; Formalização dos convênios; A prestação de contas e demais



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

trâmites.

Referências Bibliográficas:

Básica:

OLIVO, Luis Carlos Cancellier de. Licitações, Contratos e Convênios. 2. ed. reimp – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 114p.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo, Atlas, 2009.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

Complementar:

CRUZ, Flávio da (Coord). Lei de Responsabilidade Fiscal comentada. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. Atualização de Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo, José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2008.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2009.

Componente Curricular: Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública - NEAD9241

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Conceito, gênese e tipos de redes, modelos de gestão e estruturas de redes públicas. Redes federativas e redes públicas de cooperação, redes comunitárias. Complementaridade e Supletividade nas redes híbridas.

Conteúdo:

Introdução à Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública. Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública. Redes de Cooperação na Esfera Pública: Conceitos, Características e Tipologias. Redes: Conceitos Múltiplos. Redes: Características. Tipologias de Rede. Modelos de Gestão e Estruturas Básicas. Modelos de Gestão das Redes de Cooperação. Estruturas das Redes de Cooperação. O Papel das Redes na Universalização dos Serviços Públicos. Serviços Públicos: Variedade e Complexidade. Redes e Resultados. Gestões Específicas de Redes na Esfera Pública. Gestões Específicas de Redes na Esfera Pública. Tipologias Importantes para Gestão. Redes para Prestação de Serviços Sociais. Características Gerais das Redes de Prestação de Serviços Sociais. Mecanismos de Gestão: Participação da Sociedade Civil, Controle Social e Órgão. Instrumentos de Formalização para a Gestão Redes para Prestação de Serviços de Infraestrutura. Características Gerais das Redes de Prestação de Serviços de Infraestrutura. Mecanismos de Gestão: Relações de Parcerias, Agências Reguladoras e Sistema de Defesa do Consumidor. Instrumentos para a Formalização de Gestão. Redes de Prestação de Serviços de Intervenção do Estado. Características Gerais das Redes de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Prestação de Serviços de Intervenção do Estado. Instrumentos de Gestão.

Referências Bibliográficas:

Básica:

MALMEGRIN, Maria Leonídia. Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública. 2. ed. reimp – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 102p.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. (Orgs.) Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, Willian (Org.). Governar em rede: o novo formato do setor público. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

Complementar:

CRUZ, Junior Alisson Westarb; MARTINS, Tomas Sparano; AUGUSTO, Paulo Otávio Mussi (Orgs.). Redes Sociais e Organizacionais em Administração. Curitiba: Juruá, 2008.

CRUZIO, Helnon de Oliveira. Cooperativas em redes de autogestão do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FLEURY, Sonia; OUVENEY, Assis M. Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da política de saúde, Rio de Janeiro: FGV, 2007.

NETO, João Amato. Redes Entre Organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

SCHLITHLER, Célia Regina Belizia. Redes de Desenvolvimento Comunitário: Iniciativas para a transformação social. São Paulo: Global Editora, 2004.

Componente Curricular: Controle Interno - NEAD9359

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Controle Interno: Definição e limitações. Componentes do Controle Interno. Funções e responsabilidades. Diretrizes para o Controle Interno no Setor Público.

Conteúdo:

Definição e limitações. Componentes do Controle Interno: ambiente de controle; avaliação de risco; procedimentos de controle; procedimentos de controle de tecnologia da informação; informação e comunicação; e monitoramento. Funções e responsabilidades. Diretrizes para o controle interno no setor público: gestão do sistema de controle interno; auditoria governamental; controladoria; corregedoria; e ouvidoria.

Referências Bibliográficas:

Básica:

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE ENTIDADES FISCALIZADORAS SUPERIORES. Diretrizes para as normas de controle interno do setor público — Organización Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores; Tradução de Cristina Maria Cunha Guerreiro, Delanise Costa e Soraia de Oliveira Ruther. Salvador: Tribunal de Contas do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Estado da Bahia, 2007.

CONSELHO NACIONAL DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO DOS ESTADOS BRASILEIROS E DO DISTRITO FEDERAL. Diretrizes para o controle interno no setor público. Pernambuco, 2010.

FILHO, José Francisco Ribeiro; LOPES, Jorge; PEDERNEIRAS, Marcleide. (orgs). Estudando Teoria da Contabilidade. São Paulo. Editora Atlas S.A. – 2009.

Complementar:

ANTONY, Robert N.GOVINDARAJAN, Vijay. Contabilidade gerencial. São Paulo: Atlas, 1976.

ANTUNES, Chussy Karla Souza. OUVIDORIA COMO UNIDADE DE INTELIGÊNCIA COMPETITIVA: análise a partir da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco – SDEC. Dissertação de Mestrado – Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste (MPANE) – UFPE. Recife, PE. 2009.

FILHO, José Francisco Ribeiro. As Macrofunções do Controle Interno: Uma Análise com base na Perspectiva de Governança do Setor Público -Sumário Executivo. Pernambuco, 2009.

GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W. Contabilidade Gerencial. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

MOSIMANN, Clara Pellegrinello; ALVES, Osmar de C.; FISCH, Sílvio. Controladoria: seu papel na administração de empresas. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1993.

Componente Curricular: Tópicos Especiais em Gestão Pública - NEADXXXX

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Temas contemporâneos em Gestão Pública

Conteúdo:

Temas contemporâneos em Gestão Pública

Componente Curricular: Tópicos Especiais em Transparência Pública - NEADXXXX

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Temas contemporâneos em Transparência Pública

Conteúdo:

Temas contemporâneos em Transparência Pública

Componente Curricular: Controle Externo - NEADXXXX



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Controles da Administração Pública: Externo, Interno e Social. Controle Externo: Definição e limitações. Tipos de Controle Externo. Principais órgãos, procedimentos e ferramentas do Controle Externo. Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conteúdo:

Controles da Administração Pública: Externo, Interno e Social. Controle Externo: Definição e limitações. Tipos de Controle Externo. Funções e responsabilidades do poder Legislativo, dos Tribunais de Contas e do Ministério Público. Atuação do controle externo na Administração Direta e Indireta. Mecanismos e ferramentas de controle utilizados pelos controles externos. Questões contemporâneas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Referências Bibliográficas:

Básica:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2015.
GUERRA, E. M. Os Controles Externo e Interno da Administração Pública. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2007.
JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
TORRES, M. D. F. Agências, Contratos e OSCIPs: A Experiência Pública Brasileira. Rio de Janeiro: EDITORA FGV, 2007.

Complementar:

PASCOAL, Valdecir. Direito Financeiro e Controle Externo: Teoria Jurisprudência e 400 questões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
PELEIAS, I. R.; SANTOS, M. C. L. Conselho Fical: Responsabilidade com a sociedade e os investidores. São Paulo: Atlas, 2010.

Componente Curricular: Gestão da Cadeia de Suprimentos - NEADXXXX

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Introdução à logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos: O produto logístico. Papel estratégico da Logística na Economia e na Organização: Alianças e parcerias estratégicas. Logística Integrada e Gestão da Cadeia de Suprimentos. Estratégia e o Planejamento da Logística e da Gestão da Cadeia de Suprimentos. Iniciativas e práticas na SCM.

Conteúdo:

Logística na indústria. Identificação dos componentes da cadeia de suprimentos. Integração da cadeia de suprimentos. Estruturas de coordenação da cadeia de suprimentos: verticalização, descentralização, terceirização, formação de redes, alianças, consórcio modular. Relacionamento na cadeia de suprimento: competição, risco, poder e liderança. Coordenação das atividades internas, externas e dos operadores logísticos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Referências Bibliográficas:

Básica:

BALLOU, R. Gerenciamento da Cadeia de Suprimento. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J. Logística Empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimentos. São Paulo: Atlas, 2007.

PIRES, Silvio, R. I. Gestão da cadeia de suprimentos: conceitos, estratégias, práticas e casos. São Paulo: Atlas, 2007.

Complementar:

CHING, H. Y. Gestão de Estoques na Cadeia Logística Integrada. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.

CHRISTOPHER, Martin. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: criando redes que agregam valor. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

NOVAES, Antonio G. N.; ALVARENGA, Antonio C. Logística aplicada: suprimento e distribuição física. São Paulo: Pioneira, 1994.

Componente Curricular: Inglês Instrumental - NEADXXXX

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Conscientização do processo de leitura. Utilização dos elementos iconográficos do texto. Estratégias de leitura. Gramática da língua inglesa. Aquisição de vocabulário. Reconhecimento de gêneros textuais. Análise textual de um gênero.

Conteúdo:

Significado proposicional e contextual. Reconhecimento de estruturas textuais e características lingüísticas de textos acadêmicos diversos; Marcadores sintáticos de coesão. Compreensão geral e detalhada. Significado proposicional e contextual. Conscientização de desvios lingüísticos característicos de leitores brasileiros lendo em língua inglesa. Compreensão e estratégias de leitura. Afixos constitutivos de diferentes classes gramaticais como substantivos, adjetivos e advérbios. Reconhecimento de diferentes gêneros textuais; resumo de dissertação e tese. Abstracts (resumos); artigos científicos; resenhas.

Referências Bibliográficas:

Básica:

MUNHOZ, Rosângela. Inglês instrumental: estratégias de leitura. São Paulo: Textonovo: Centro Paula Souza, 2004.

SWAN, M. Practical English Usage. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 1995.

DICIONÁRIO Oxford escolar: para estudantes brasileiros de inglês: português-inglês, inglês-português. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2007.

Complementar:

CRISTOVÃO, Vera Lucia Lopes. Modelos didáticos de gênero: uma abordagem



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

para o ensino de língua estrangeira. Londrina, PR: UEL, 2007.

SOUZA, Adriana Grade Fiori et al. Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental. São Paulo, SP: DISAL, 2005.

GRELLET, Françoise. Developing reading skills: a practical guide to reading comprehension exercises. Cambridge: Cambridge University Press, c1981.

SWALES, John M. Genre analysis: english in academic and research settings. Cambridge, UK: Cambridge at the University Press, c1990.

NUTTALL, Christine E. Teaching reading skills in a foreign language. London: Macmillan, 2005.

Componente Curricular: Língua Portuguesa - NEADXXXX

Carga Horária: 60 h

Ementa:

Comunicação. Palavra. Textos literários e não literários. Aspectos morfosemântico e funcional das palavras. Frase, oração e período. Processos sintáticos. Circunstâncias e relações entre as ideias. Texto literário (prosa). Parágrafo: unidade de composição. Pontuação. Expressão escrita. Sintaxe de concordância e de regência. Como desenvolver o parágrafo. Redação de texto.

Conteúdo:

Introdução à Comunicação. Conceitos, elementos e processos. Códigos e signos. Níveis lingüísticos. Diferenças entre o registro oral e escrito. A importância da leitura e a leitura informativa. Compreensão e Interpretação de textos. Acentuação gráfica. Concordâncias: nominal e verbal. Colocação pronominal. Redação Técnica e Científica. A tripartição tradicional (textos argumentativos, descritivos e narrativos). O texto argumentativo. O texto científico. Modalidades de texto na redação científica (paráfrase, resumo, resenha e fichamento). Organização do parágrafo. Produção e interpretação de textos nos gêneros textuais úteis ao desempenho profissional (cartas, circulares, ofício, relatório e outros).

Referências Bibliográficas:

Básica:

ANDRADE, Maria Margarida. Língua Portuguesa: noções básicas para os cursos superiores. São Paulo: Atlas, 2004.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira. 2009.

CAMPEDELLI, Samira Youssef; SOUZA, Jésus Barbosa. Produção de textos & usos da linguagem: curso de redação. São Paulo: Saraiva. 2002.

CIPRO NETO, Pasquale. Gramática da língua portuguesa. São Paulo: Scipione. 2007.

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes. 2008.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

MEDEIROS, João Bosco. Redação empresarial. São Paulo: Atlas, 2010.

Complementar:

BECHARA, Evanildo. Lições de português pela análise sintática. São Paulo: Lucerna. 2000.

CEREJA, William Roberto. Gramática: texto, reflexão e uso. São Paulo: Atual. 2004.

RIBEIRO, Alceu Leite. Não tropece na língua: as maiores confusões da língua portuguesa. São Paulo: Madras. 2003.